



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO ACADÊMICO EM
DEMANDAS POPULARES E DINÂMICAS REGIONAIS

AURÉLIA MATOS BRITO

**AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN:
UM ESTUDO EM HORTAS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO**

Araguaína/TO
2020

AURÉLIA MATOS BRITO

**AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN:
UM ESTUDO EM HORTAS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Orientador: Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes
Coorientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Araguaína/TO
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

B862a Brito, Aurélia Matos.
AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN.: UM
ESTUDO EM HORTAS NA CIDADE DE ARAGUAINA-TO . / Aurélia
Matos Brito. – Araguaina, TO, 2020.
139 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaina - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) em Demandas Populares e Dinâmicas
Regionais, 2020.

Orientador: Luciano Da Silva Guedes

Coorientador: Júlio César Suzuki

1. Desenvolvimento. 2. Amartya Sen. 3. Agricultura Urbana. 4.
Horta. I. Título

CDD 711.4

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

AURÉLIA MATOS BRITO

**AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN:
UM ESTUDO EM HORTAS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais como exigência parcial à obtenção do título de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Data de aprovação: 08 de abril de 2020.

Banca Examinadora

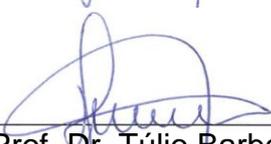


Prof. Dr. Luciano da Silva Guedes, (UFT)

(Orientador)



Profª. Dra. Tatiane Marinho Vieira Tavares, (UFT)



Prof. Dr. Túlio Barbosa, (UFU)



Prof. Dr. Júlio César Suzuki(USP)
Coorientador

*A Luiz Fernando, pessoa que
compartilhou toda essa jornada comigo e
foi meu ponto de apoio, luz, amor, consolo
e paciência. Sem você, certamente não
chegaria até aqui.*

*Todas as grandes coisas são simples. E
muitas podem ser expressas numa só
palavra: liberdade; justiça; honra; dever;
piedade; esperança.
(Winston Churchill)*

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a relação das hortas intraurbanas com o desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen. Para tanto, foi realizado um estudo de caso em hortas localizadas na zona intraurbana do município de Araguaína-TO. Investigaram-se oito hortas (casos), tendo sido os dados colhidos por meio das técnicas de entrevista semiestruturada a partir de formulário-base cujos dados foram discutidos por meio da análise de conteúdo. Foi investigado se este tipo de agricultura urbana, evidenciado por meio das hortas, poderia ser considerado um instrumento potencial para o processo de desenvolvimento teorizado por Amartya Sen, sendo considerado que para que haja desenvolvimento todas as formas de privação de liberdade devem ser removidas, sendo que a liberdade deve ser um meio para que se atinja o desenvolvimento e um objetivo também a ser alcançado. O estudo permite considerar que a horta se apresenta como um instrumento positivo para ser utilizado, entretanto, o empreendimento por si só não consegue eliminar todas as formas de privação de liberdade e capacidade, considerando que muitas delas se perfazem pela ausência do Estado. Do ponto de vista positivo, foi possível compreender que o empreendimento proporciona uma renda favorável para os horticultores, levando em conta a baixa capacitação escolar e técnica, o que reflete diretamente nos bens e serviços aos quais tem acesso e nas condições de moradia, que foram consideradas satisfatórias considerando os dados levantados. O empreendimento agrícola também traz contribuição para a economia local, dada a produção local dos vários tipos de resultados advindos das plantações, o que reverbera positivamente nas questões de emprego e renda, bem como o impacto na composição do espaço urbano, pois contribui para limpeza e paisagem. Ainda que seja potencial, a horticultura a partir dos dados não se revelou como uma simples escolha, já que foi mais a impossibilidade de outras oportunidades que levaram os horticultores para aquele empreendimento, e ainda assim muito bem quisto pelos entrevistados que não se imaginam em outra profissão, além de expressarem que dentre outras escolhas possíveis esta é a mais vantajosa, principalmente economicamente. As questões desfavoráveis ao empreendimento estão ligadas ao próprio tipo de trabalho que exige fisicamente dos produtores e a falta de reconhecimento e investimento do poder público e privado na atividade, o que influencia na escassez de capital para aplicar e expandir. Foi possível inferir que os horticultores são privados de liberdades básicas ligadas às oportunidades sociais, como educação, saúde e saneamento básico que dizem sobre o bem-estar. Portanto, a horta é um empreendimento potencial para trabalhar alguns aspectos ligados às oportunidades sociais dentro do processo do desenvolvimento, ainda que não consiga lidar com todos, e como apresentado tem muitos aspectos positivos o que a coloca como uma possibilidade viável que deveria ser mais utilizada, em especial no escopo das políticas públicas que visam o desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Amartya Sen. Agricultura Urbana. Horta. Cidade Média.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the relationship between intra-urban gardens and development in the Senian perspective. For this purpose, a multiple case study was carried out in vegetable gardens located in the intra-urban area of the municipality of Araguaína-TO. Eight gardens (cases) were investigated, and the data collected using semi-structured interview techniques and forms were analyzed using content analysis. It was investigated whether this type of urban agriculture, as evidenced by vegetable gardens, could be considered a potential instrument for the development process theorized by Amartya Sen, considering that in order for there to be development all forms of deprivation of liberty must be removed, and the Freedom must be a means to achieve development and an objective to be achieved. The study allows us to consider that the vegetable garden presents itself as a positive instrument to be used, however, the enterprise alone cannot eliminate all forms of deprivation of freedom and capacity, considering that many of them are made up of the absence of the State. From a positive point of view, it was possible to understand that the enterprise provides a favorable income for horticulturists, taking into account the low educational and technical training, which directly reflects in the goods and services to which they have access and in the living conditions, which were considered satisfactory from the data. The venture also contributes to the local economy, given the local production of the various types of products from the plantations, which has a positive impact on issues of employment, income and the composition of the urban space, as it contributes to cleanliness and the landscape. Although it is potential, horticulture from the data did not prove to be a simple choice, it was more the lack of other opportunities that led horticulturists to that enterprise, and still very well liked by the interviewees who do not imagine themselves in another profession and expressed that among other possible choices this is the most advantageous, mainly economically. Issues unfavorable to the enterprise are linked to the type of work that physically demands from producers and the lack of recognition and investment by public and private authorities in the activity, which influences the scarcity of capital to invest and expand. It was possible to infer that horticulturists are deprived of basic freedoms linked to social opportunities, such as education, health and basic sanitation that they say about well-being. Therefore, the vegetable garden is a potential undertaking to work on some aspects related to social opportunities within the development process, although it cannot deal with all of them, and as presented, it has many positive aspects which makes it a viable possibility that should be used more, especially in the scope of public policies aimed at development.

Key-words: Development. Amartya Sen. Urban Agriculture. Vegetable gardens. Garden. Middle City.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa de localização da cidade de Araguaína	56
Figura 2- Perímetro urbano do Município de Araguaína-TO	62
Figura 3- Categorias definidas para o agrupamento das Unidades de Registro	75
Figura 4- Localização das hortas selecionadas e não selecionadas na pesquisa.....	79
Figura 5- Fotografia da Horta H1, localizada no Setor Couto Magalhães	80
Figura 6- Fotografia da Horta H2, localizada no Setor Couto Magalhães	81
Figura 7- Fotografia da Horta H3, localizada no Loteamento Nova Araguaína	81
Figura 8- Fotografia da Horta H4, localizada no Setor Rodviário	82
Figura 9- Fotografia da Horta H5, localizada no Setor Brasil	82
Figura 10- Fotografia da Horta H6, localizada no Setor Couto Magalhães	83
Figura 11- Fotografia da Horta H7, localizada no Setor Noroeste.....	83
Figura 12- Fotografia da Horta H8, localizada no Setor Jardim Paulista.....	84
Figura 13- Foto do projeto de conscientização ambiental aplicado na Escola Municipal Tereza Hilário Ribeiro, onde é possível a reutilização de material para cultivo de horta na escola.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Escolaridade dos Horticultores no Município de Araguaína-TO.....	85
Tabela 2- Renda individual dos produtores obtida apenas com a horta no município de Araguaína-TO.....	87
Tabela 3- Renda familiar incluindo o produtor.....	88
Tabela 4- Caracterização do tipo e condições de Moradia dos horticultores do município de Araguaína-TO	90
Tabela 5- Lista de bens de compõem a estrutura da moradia	91
Tabela 6- Descrição das condições sanitárias da residência dos horticultores da cidade de Araguaína-TO	93
Tabela 7- Espécies cultivadas nas hortas de Araguaína-TO.....	98
Tabela 8- Visão dos entrevistados sobre as facilidades e desafios enfrentados por um horticultor na cidade de Araguaína-TO	106
Tabela 9- Melhorias indicadas na qualidade de vida ou bem-estar associado à horticultura.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFSC	American Friends Service Comumittee
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COAG	Comissão de Agricultura
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDMH	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDRC	do <i>International Development Research Centre</i>
NUPEDS	Núcleo de Desenvolvimento e Práticas Sociais
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDire	Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais
PROAURP	Programa de Agricultura Urbana e Periurbana
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado do Tocantins
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento e Livre Esclarecido
UNCED	United Nations Conference on Environmente and Development
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UFT	Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE AGRICULTURA URBANA E DESENVOLVIMENTO	22
1.1 Agricultura urbana: conceitos e potencialidades	22
1.2. Considerações acerca da concepção do termo desenvolvimento	32
1.3. A perspectiva do desenvolvimento na teoria de amartya sen	37
1.3.1. Liberdades instrumentais e seus aspectos fundamentais	48
2 METODOLOGIA	55
2.1 Caracterização do local de realização da pesquisa	55
2.2. Classificação metodológica da pesquisa.....	62
2.3. Caminho da pesquisa	66
2.4. Procedimentos das etapas de pesquisa	67
2.5. Seleção da amostragem	71
2.6. Elaboração dos dados	72
2.7 Caracterização dos procedimentos de análise.....	73
3 AGRICULTURA URBANA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONOMICO DE HORTICULTORES EM ARAGUAÍNA-TO	77
3.1. Dados gerais sobre as hortas pesquisadas.....	77
3.2 Perfil socioeconômico dos horticultores	84
3.3. Condições sanitárias e de saúde.....	92
3.4 Características da propriedade.....	97
3.5. Relação dos produtores com a agricultura urbana.....	101
3.6. Potencialidades da agricultura urbana.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICES	130
ANEXO.....	137

INTRODUÇÃO

A urbanização é uma característica marcante e crescente em todo o mundo, sendo necessário, portanto, olhar para o ambiente urbano com uma perspectiva diferente, pois esse crescimento que ocorre na maioria das vezes de forma não planejada tem criado vários problemas sociais, econômicos e ambientais.

No Brasil, essa representatividade de crescimento pode ser demonstrada da década de 1940 até os anos 2000, quando a urbanização inverteu fortemente a distribuição da população. Enquanto em 1945, a população residente nas cidades era estimada em 25% de um total de 45 milhões de indivíduos, àquela época, no início dos anos 2000 esse percentual subiu para 81% do total de 169 milhões de habitantes (FRICKE; PARISI, 2004). Haddad-Kessous e Sabrou (2005) estimam que 30 milhões de agricultores migraram para as cidades neste período.

Os números do último Censo Demográfico, realizado, no ano de 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), continuam a afirmar que em sua maioria a população brasileira vive nas cidades, em registro 84% dos 190.731.694 habitantes. No Estado do Tocantins, foram identificados como residentes da zona urbana 78,8% dos 1.383.445 moradores, e na cidade de Araguaína, onde a pesquisa aqui delineada foi realizada essa representatividade aumenta consideravelmente, sendo 95% das 150.484 pessoas. (IBGE, 2019).

Essa expansão urbana acentuada traz diversos problemas estruturais, como a ruptura da produção alimentar pelo abandono dos campos, questões ligadas à habitação, saúde, saneamento básico, dentre outros, que por vezes dependem do Estado e podem não atender a demanda da população. Este crescimento populacional se deu por diferentes processos em todo o mundo, e dentro de cada estado no Brasil também sucedeu de forma distinta, seja de maneira espontânea quando as pessoas migraram na busca de melhores perspectivas para uma vida digna e condições para gerar e acumular renda, ou na forma induzida, pelas políticas de desenvolvimento regional, dada a fome, pobreza, expropriação e tantos outros projetos e acontecimentos que influenciaram a migração no Brasil e a composição do ambiente urbano.

Nesse curso migratório, a própria relação com a natureza sofreu um processo de erosão de seus saberes, e a mudança de hábitos alimentares também tem se demonstrado outra característica marcante. Paralelamente a isto, as cidades e o seu

modelo econômico não conseguem absorver esse novo aglomerado e torná-los economicamente ativos, o que impossibilita ou mitiga as condições apropriadas de sobrevivência e de qualidade de vida. (BELTRAN, 1994).

E nessa interação cidade-campo, a agricultura urbana se manifesta como uma maneira de expressar e firmar os conhecimentos e práticas trazidos do campo, nos mais variados ambientes, sendo a representação desse processo (urbanização) que é multifacetado. A associação quase instantânea que é feita entre agricultura e meio rural pode levar a uma impressão de incompatibilidade entre esta e o ambiente urbano. Entretanto, a agricultura urbana não é uma atividade recente e, de alguma forma, sempre se expressou nas áreas urbanas, mesmo que timidamente. Na concepção de Madaleno (2001) a agricultura urbana não é um fenômeno novo nas cidades e vem cada vez mais sendo considerada como parte integrante da gestão urbana.

A prática da agricultura urbana tem um papel de suma importância para a cidade no que se refere ao aproveitamento de espaços inutilizados ou subutilizados, destaca-se também que a atividade pode despertar ações de limpeza de áreas que são depósito de lixo e entulhos, que contribuem diretamente na degradação do meio ambiente. (MACHADO; MACHADO, 2002).

Dentre outros benefícios que podem ser mensurados, como por exemplo, a independência no mercado dada a produção local de produtos como frutas, verduras e legumes, custo logístico baixo, melhorias ligadas ao ecossistema, aumento de circulação de renda em determinada localidade, o uso apropriado da terra atendendo a sua função social, inserção social através do trabalho ou uso da agricultura como ferramenta terapêutica.

A agricultura urbana tem despertado um elevado e crescente interesse, tanto dos urbanistas, quanto dos pesquisadores e responsáveis pela elaboração de políticas, na medida em que, onde se estabeleceu com eficiência, desempenhou um papel muito importante na alimentação das populações urbanas, e na geração de emprego e renda. (*FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION* -FAO, 1999).

A conceituação da agricultura urbana envolve vários fatores, diferentemente ao que a nomenclatura simplesmente pressupõe esse tipo de prática não está apenas ligada à espacialidade, também está vinculada aos tipos de atividades econômicas exercidas, as categorias e subcategorias de produtos sendo alimentares ou não, as características locais (intraurbana e periurbana), os tipos de sistema

de produção empregados e a quantidade de produção (AQUINO; MONTEIRO, 2005).

Dito de outra maneira, este tipo de produção se caracteriza como um:

Conceito multidimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agroextrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte), voltados ao autoconsumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão de obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intraurbana ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 37).

Esta modalidade de cultivo tem uma especificidade que integra a agricultura à cidade, e essa associação na cadeia produtiva pode se dar pelo uso de insumos e mão de obra local e pela comercialização regional dos produtos. (MOUGEOT, 2005).

A agricultura urbana engloba uma variedade de culturas, como será demonstrado em momento oportuno, entretanto, a mais presente em solo urbano é a horticultura¹, a qual será investigada por meio de hortas no perímetro intraurbano no município de Araguaína-TO.

Diante desses problemas sociais inicialmente citados, gerados pela urbanização expressiva e da presença das práticas rurais no ambiente urbano, como uma maneira de representar os hábitos trazidos do campo, é que esta pesquisa se propôs a investigar a agricultura urbana do ponto de vista do desenvolvimento na perspectiva Seniana, que considera que para tal processo ocorrer é necessário que as pessoas tenham a liberdade e a capacidade de escolha, sendo a liberdade tanto um instrumento de desenvolvimento como um objetivo a ser alcançado por este.

Esta visão leva em conta as questões da sociedade como muito importantes no processo, isto é, o desenvolvimento como olhar teórico aborda todos esses dilemas do corpo social, e aqui considera-se que a urbanização é um dos fatos geradores destes imbrólios coletivos e a agricultura nesse ambiente é uma alternativa potencial para enfrentar as consequências desse processo, logo, podendo ser investigada para mensurar sua contribuição para o desenvolvimento.

O local escolhido para pesquisa em tela foi a zona intraurbana do município de Araguaína-TO, por se tratar de um local onde os residentes estão em suma

maioria na zona urbana, e também, por ser considerada uma cidade média, dada a sua importância e centralidade regional que extrapola os seus limites territoriais do norte do estado do Tocantins, sendo referência na prestação de serviços de diversas naturezas e na disponibilização de bens, sendo cabíveis às proposições sobre desenvolvimento neste contexto.

A discussão sobre o desenvolvimento representado pelo bem-estar social tem sido constantemente realizada por diferentes óticas, especialmente no campo da economia. Dessa forma, o desenvolvimento de uma sociedade está representado por aquilo que se dimensiona como bem-estar e/ou qualidade de vida, entretanto, essa avaliação representa um grande desafio. Considerar um país desenvolvido ou não apenas pelos seus aspectos econômicos, não é mais uma ideia diluída, pois historicamente após alguns adventos como a Segunda Guerra Mundial, firmou-se o entendimento de que uma métrica justa deve ser multifatorial, assim como os problemas que atingem a sociedade são, e neste ponto surgem as adversidades ao tratar da temática.

Nesta conjectura, surge a abordagem do desenvolvimento por meio das liberdades, projetada por Amartya Sen, que encara o desenvolvimento de um ponto de vista que considera vários elementos como importantes, extrapolando a visão anterior economicista que primava por aqueles apenas de ordem econômica, desse modo as questões sociais também são consideradas no processo.

Amartya Kumar Sen, ou como comumente chamado Amartya Sen, é um indiano, economista e professor, que conduziu seus esforços para contribuir com a área econômica do ponto de vista do bem-estar social. Sen é reconhecido pela sua colaboração em diversas áreas da economia e filosofia destacando-se por ser um dos criadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é o parâmetro utilizado para avaliar o desenvolvimento dos países, uma métrica que na década de 90 ganhou destaque por considerar além dos fatores econômicos, também os sociais na análise da sociedade, e posteriormente, com o seu trabalho em economia do bem-estar, em 1998, ganhou o Prêmio Nobel de Economia, evidenciando-se por ser a primeira pessoa de um país não desenvolvido a ganhar tal honraria, como afirmado por (KANG, 2011) nas linhas seguintes:

Para o notório professor, o desenvolvimento de uma sociedade se dá pelo o bem-estar social, e não apenas pela prosperidade econômica. Sen, ao analisar o bem-estar social, entendeu que seria papel do Estado conter as

desigualdades sociais, uma vez que o mercado, por si próprio, não se mostraria como elemento suficiente para fazer cumprir tal objetivo. Assim, os serviços prestados pelo Estado deveriam garantir a construção de uma boa sociedade por meio da educação, saúde e proteção das minorias. Por tais estudos, Amartya Sen ganhou o Prêmio Nobel de Economia, em 1998. (KANG, 2011, p. 17).

Sen foi instigado pelas próprias questões que diziam respeito ao seu país, em especial pela fome que assolou a Índia na década de 40, e assim vem construindo uma carreira com abordagens reconhecidas mundialmente, que tratam assuntos como por exemplo, crescimento econômico, escolha social, bem-estar, pobreza, desigualdade e desenvolvimento. O economista foi ousado ao discutir a própria base conceitual do sistema econômico clássico, ao introduzir novos elementos, tal como a liberdade como fundamento da economia para superação da pobreza, que é a base teórica desta investigação.

Desse modo, este trabalho mobilizou a teoria proposta por Amartya Sen das liberdades como um meio de desenvolvimento. Segundo essa perspectiva, para que se alcance desenvolvimento é necessário ter liberdades instrumentais e a capacidade real de escolha. Em outras palavras, é fundamental ter opções disponíveis e poder usufruir de fato de tais possibilidades, como disposto pelo autor “O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo com a melhora de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.”. (SEN, 2010, p. 29).

Quando se prioriza o desenvolvimento do ângulo social, o objetivo é dizer sobre a pluralidade que está imbuída neste termo. Sen (2010, p. 58) não traz uma conceituação restrita para a concepção de desenvolvimento, como será disposto em momento oportuno, ele caracteriza quais as ferramentas básicas para que se alcance o desenvolvimento, sendo estas as liberdades instrumentais, que segundo o autor são cinco, as denominadas também liberdades individuais, como posto “a) liberdades políticas; b) facilidades econômicas; c) oportunidades sociais; d) garantias de transparência; e e) segurança protetora.”. Elas podem ser analisadas de forma conjunta ou separadas, sendo que se reforçam mutuamente e são coesas.

Em que pese à capacidade para usufruir dessas liberdades, pode ser entendida como:

A “capacidade” [capability] de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar

combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). (SEN, 2010. p. 105).

Outra colocação conceitual muito importante é:

A capacidade é principalmente um reflexo da liberdade para realizar funcionamentos valiosos. Ela se concentra diretamente sobre a liberdade como tal e não sobre os meios para realizar a liberdade, e identifica as alternativas reais que temos. Neste sentido, ela pode ser lida como um reflexo da liberdade substantiva. Na medida em que os funcionamentos são construtivos de bem-estar, a capacidade representa a liberdade de uma pessoa para realizar bem-estar. (SEN, 2017, p. 88).

Dito de outra maneira, as alternativas existentes não são acessíveis para todas as pessoas, então não é resolutivo que apenas existam possibilidades distintas e liberdade para fazer as escolhas, é necessário que haja capacidade por parte do agente de decidir concretamente o que deseja e usufruir de tal arbítrio, e para tanto são necessárias estruturas básicas que o condicionem para tal.

A capacidade está relacionada a muitas formas de liberdades que uma pessoa consegue desfrutar, podendo ser um excelente parâmetro para avaliar o desenvolvimento a partir das liberdades em contextos variados, é um instrumento de grande valor quando se analisa as desigualdades sociais, por exemplo.

A concepção de desenvolvimento por meio da expansão das liberdades é ampla, e chama atenção para o aumento da capacidade para que as pessoas tenham acesso às liberdades instrumentais. As liberdades são um fim e também um meio para o desenvolvimento, como não seria possível trabalhar todas elas, isto porque, o desenvolvimento é um mecanismo complexo e o Brasil não é um país desenvolvido, está em processo de desenvolver-se, desse modo, por meio do método e metodologia posteriormente mencionados, serão investigadas as oportunidades sociais que se caracterizam por meio de todas as liberdades do indivíduo ligadas a uma vida de qualidade e digna, no tocante, por exemplo, à alimentação, saúde, educação, moradia, segurança, e etc., isto para entender em que condições vivem os horticultores, partindo da compreensão que estas estruturas estão ligadas ao Estado.

Nesta pesquisa, a teoria convocada visa compreender a possível relação de algum tipo de contribuição no processo de desenvolvimento por meio dessas hortas, por considerar este um instrumento potencial. Por se tratar de uma alternativa econômica, estes princípios trouxeram o suporte para investigar quais as

possibilidades foram proporcionadas a partir daquela renda gerada. Essa investigação foi realizada por meio das próprias falas dos produtores.

Sob essa perspectiva, a presente pesquisa diz sobre a agricultura urbana, realizada por meio das hortas intraurbanas localizadas na cidade de Araguaína-TO, investigadas a partir da concepção de desenvolvimento de Sen. Este tema é de relevância e digno de ser elevado a objeto de estudo científico, uma vez que, a agricultura tem se demonstrado como uma alternativa viável para enfrentar problemas sociais, considerando que o Estado ainda não consegue lidar de maneira integral com estes, do mesmo modo, vem se destacado como prática mundial, segundo o arcabouço teórico levantado.

Isto é, diante de tantos problemas advindos da estrutura social atual, instrumentos como as hortas são importantes de serem dimensionados e mensurados. Os dados sobre a agricultura urbana não são escassos em algumas vertentes, entretanto, a pesquisa se torna expressiva, pois será tratada como novidade a proposição de uma temática voltada para a perspectiva do desenvolvimento no contexto da localização geográfica a ser investigada, ou seja, numa cidade média do norte do estado do Tocantins. Por meio da teoria e metodologia apresentadas, investigou-se o quanto essa prática seria capaz de contribuir e funcionar como um instrumento potencial dentro do processo de desenvolvimento, podendo, com isso, vir a figurar como uma alternativa para amenizar problemas sociais, como já afirmado, e, ainda, representar uma base para se pensar políticas públicas voltadas para esse contexto, integrando o urbano e o rural e aproveitando os saberes do campo.

Diante desse quadro, esta pesquisa tem por objetivo geral avaliar, a partir da perspectiva de Amartya Sen, a influência da agricultura urbana no desenvolvimento social e econômico dos produtores de hortas intraurbanas na cidade de Araguaína-TO.

Os objetivos específicos propostos são: a) Caracterizar os horticultores, por meio da construção de um perfil socioeconômico, bem como o local onde estes produzem; b) Identificar por meio das falas desses horticultores as razões que os levaram ao envolvimento com esse tipo de produção; e c) Discutir os benefícios, que na visão dos atores sociais envolvidos, foram possíveis a partir da horta, voltados à concepção de desenvolvimento adotada.

Diante do exposto, trabalhou-se com a seguinte pergunta de pesquisa: A prática da horta indicia um tipo de agricultura intraurbana. Esse tipo tem relação ou impacto em termos de desenvolvimento?

Em que pese a metodologia, esta é uma parte primordial nas pesquisas científicas, pois a partir desta são delineados os caminhos a serem percorridos para que se construa conhecimento científico por meio dos métodos, técnicas e procedimentos a serem utilizados para que os objetivos sejam atingidos e a problemática proposta resolvida.

Desse modo, para alcançar os objetivos propostos, esta dissertação está estruturada com uma introdução e três capítulos. Na introdução, foi contextualizada a problemática proposta e uma breve consideração acerca dos aspectos conceituais e teóricos sobre agricultura urbana e desenvolvimento, que serão discutidos de maneira mais densa no capítulo a seguir, bem como traz a justificativa, os objetivos e menciona de forma pontual a metodologia e a composição da dissertação.

Os caminhos teóricos foram construídos no primeiro tópico, em que estão delineados conceitos acerca da agricultura urbana, bem como uma discussão a respeito da teoria sobre desenvolvimento de Amartya Sen, a qual este trabalho se apropria para debater a agricultura urbana na cidade de Araguaína e suas implicações socioeconômicas para os produtores entrevistados.

É preciso fazer uma breve consideração sobre a escolha de como foram alocadas as concepções teóricas a respeito do desenvolvimento e da agricultura urbana que regem a percepção deste trabalho, isto porque, às questões que levaram a urbanização e a posterior prática da agricultura nas cidades estão contidas no início do processo que compõe a concepção de desenvolvimento. Isto fica claro até mesmo como um fator histórico, pois a urbanização e as práticas decorrentes desta, no caso a agricultura urbana, influenciaram na necessidade de discutir mecanismos que levassem em conta os problemas das pessoas, o que firmou o termo desenvolvimento. E para debater tal perspectiva, preferiu-se apresentar primeiro a agricultura, para depois então discorrer sobre o desenvolvimento que é mais denso, e isto é apenas uma preferência como tantas outras dessa construção científica.

No segunda capítulo, estão descritos os procedimentos metodológicos, em que são apresentados o local da realização do estudo e breve histórico, caracterização minuciosa da pesquisa e os procedimentos técnicos de coleta e

análise de dados utilizados, por acreditar que, entender o caminho do método construído e justificá-lo tornaria mais inteligível a composição teórica.

No terceiro e último capítulo, apresentam-se os resultados e a discussão dos dados, coletados à luz de todo o arcabouço teórico levantado e regido pelos procedimentos metodológicos escolhidos. E por último, na quinta parte serão dispostas as ponderações conclusivas relativas à agricultura urbana, praticada na zona intraurbana na cidade de Araguaína-TO, a partir do que se concebeu como desenvolvimento.

1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE AGRICULTURA URBANA E DESENVOLVIMENTO

Muitas são as vertentes que podem ser investigadas e analisadas em relação à agricultura urbana. Este trabalho debruçou-se em uma concepção de desenvolvimento em relação à agricultura urbana. Neste sentido, dois aspectos serão abordados devido aos objetivos e a problemática proposta nesta pesquisa, quais sejam: a agricultura urbana, entendida a partir de seus conceitos e potencialidades; e a definição de desenvolvimento na perspectiva teórica de Amartya Sen, sendo esta a base conceitual.

1.1 Agricultura urbana: conceitos e potencialidades

A aglomeração urbana é uma realidade notável em todo o Brasil, como demonstram os números censitários já pontuados, e essa concentração populacional exige estruturas e condições de vida adequadas para seus novos habitantes. E não raro, o modo como ocorre este processo não é planejado, e por consequência, os núcleos urbanos começam a enfrentar adversidades do ponto de vista social para lidar com essa nova condição.

Neste contexto, a agricultura urbana emerge como uma prática representativa da interação entre o campo e a cidade e o urbano e rural. A agricultura e a cidade sempre mantiveram uma relação muito estreita, não somente no contexto da produção de alimentos, assim como na utilização racional dos espaços urbanos, o que também remete à problemática do planejamento urbano, isto é, inverte a maneira como uma localidade é pensada, pois neste aspecto o novo direcionamento sobre o modo como a cidade é 'construída' parte dos indivíduos que compõem a comunidade.

Em que pese essa nova compreensão do ambiente urbano, Coutinho (2007) ensina que:

De todo modo, a realização de práticas agrícolas dentro das cidades traz novas possibilidades de compreensão do espaço urbano e novos elementos para fortalecer os argumentos que buscam dismantlar as dicotomias modernas entre campo-cidade, agricultura-indústria, natural-artificial que afetam diretamente a dinâmica territorial. A cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos

ritmos da natureza. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações socioespaciais entre esses elementos possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades dela advindas. (COUTINHO, 2007, p. 48).

E com essa nova concepção da cidade e da agricultura urbana, investiga-se o cultivo que se disseminou no ambiente urbano e modificou as bases teóricas que colocavam o urbano e o rural em planos distintos, renovando tanto o ponto de vista conceitual, como o prático, na medida em que o desempenho desta atividade se tornou uma realidade recorrente.

Partindo agora para asserções históricas e conceituais, é preciso inicialmente referir-se a Luc Mougeot, um geógrafo canadense, com estudos voltados para área de impactos ambientais, pois este teórico é referência nesta construção científica, com o suporte de outros pesquisadores sobre a mesma matéria, por este ter comandado estudos e programas do *International Development Research Centre* (IDRC) durante o período de 1993 a 2004, focados na administração do ambiente urbano e na agricultura urbana, o que possibilitou a ele uma gama de experiências sobre a agricultura em diferentes espaços e condições, tornando-se uma referência para investigações nesse campo, juntamente com os outros pesquisadores com quem trabalhou em parceria no IDRC.

A IDRC foi introdutória no reconhecimento, apoio e financiamento de estudos e projetos com essa temática, colaborando com a construção do conhecimento referente ao tema, com intuito de promover pesquisas que se alinhassem ao desenvolvimento de ações práticas em localidades diferentes do mundo (LOVO, 2011). Por isso, essa base de dados será amplamente utilizada neste trabalho.

Historicamente, a produção nas cidades sem a denominação “agricultura urbana” era realizada no mesmo espaço geográfico onde nasceram outras atividades características das cidades como a moradia, a educação e o culto. O surgimento dessa expressão é mais recente, recebendo destaque há poucas décadas no campo científico, político e social, mesmo que sua prática se reporte à antiguidade, como dito, “A expressão ‘agricultura urbana’, ou ‘agricultura intra e periurbana’, usada originalmente apenas nos meios acadêmicos e ocasionalmente pelos meios de comunicação, agora vem sendo adotada amplamente”. (MOUGEOT, 2000, p.2).

Desse modo, desde a construção do que se concebe por ambiente urbano ou cidade, sempre houve o aproveitamento dos espaços para produção de alimentos. Mougeot (1999) retrata um cenário histórico da produção de alimentos nas cidades, levando em consideração as sociedades antigas de diferentes regiões do mundo, destacando que se tratava de uma prática comum nas comunidades.

Do mesmo ponto de vista o autor ensina:

Durante a maior parte da história da humanidade e em diferentes civilizações, populações urbanas têm se engajado em graus variáveis na produção de pelo menos alguns dos alimentos que necessitam, próximo ou em sua própria residência, dentro ou mesmo fora da cidade. (MOUGEOT, 1999, p. 4-5).

A agricultura urbana pode ser caracterizada mais fortemente a partir da Revolução Industrial, momento em que a produção de alimentos em espaços urbanos se intensificou e ganhou significado, associando-se a crises econômicas, situação que pode ser observada em diferentes países e épocas, até mesmo atualmente quando a produção pode estar ligada a fatores de sobrevivência.

Otoni (1996) descreve uma grande tensão na história das cidades, sobretudo no final do século XVIII, quando ocorreu um intenso êxodo rural na Inglaterra e na França no período do processo de industrialização, momento em que a massa trabalhadora vivia no centro de Londres, por exemplo, em condições precárias e insalubres, enquanto ao contrário, a burguesia desfrutava de toda a riqueza e se instalava por vezes nas zonas periféricas das cidades, que possuíam grandes parques e se caracterizavam como uma espécie de campo.

Continua aduzindo o autor que os espaços abertos e verdes, foram destaques para a melhoria da salubridade das cidades e uma alternativa para o lazer dos trabalhadores, isso devido às leis que visavam o controle das baixas condições de higiene cotidiana, sendo esses fatores determinantes para a origem do planejamento urbano no fim no século XIX.

Inicialmente esse planejamento urbano visava à produção de alimentos para subsidiar as demandas cotidianas locais, um bom exemplo disso foram as Cidades-Jardins propostas por Ebenezer Howard. Encontra-se descrita em Howard (1996) essa proposta, cujos principais objetivos foram:

- 1) Encontrar para nossa população operária trabalho com salário de poder aquisitivo superior e assegurar-lhes um ambiente mais saudável e uma oferta mais constante de empregos.
- 2) Oferecer a industriais com espírito empreendedor, sociedades cooperativas, arquitetos, engenheiros, construtores e técnicos de todos os tipos, e a muitos outros atuando em várias profissões, os meios de assegurar um novo e melhor emprego para seu capital e talentos, ao passo que, para os agricultores que no momento ocupem a propriedade ou aos que porventura venham a migrar para lá, visa-se abrir um novo mercado para seus produtos à sua porta. Numa palavra, visa-se elevar os padrões de conforto e saúde de todos os verdadeiros trabalhadores de todos os níveis, constituindo os meios pelos quais esses objetivos terão atingidos uma combinação saudável, natural e econômica de vida urbana e rural, e isso em terras de propriedade da municipalidade. (HOWARD, 1996, p. 113-114).

Nas palavras de Ottoni (1996), as Cidades-Jardins mantinham como um dos pontos mais importantes de seu ideário a continuidade entre o espaço urbano e o rural. Na concepção do autor esse projeto ganhou robustez depois da Segunda Guerra Mundial, em meio à reconstrução das cidades inglesas, o que influenciou diretamente no padrão de qualidade de vida das pessoas e nos atributos técnicos e ambientais das novas indústrias.

Neste cenário, Londres e as novas cidades passam a ser rodeadas por cinturões verdes, e havia um propósito nisso de enfrentar os problemas à época, servindo como proteção também da grande expansão. Essa ideologia de Howard de conteúdo também social produziu reflexos na Europa com o surgimento de subúrbios-jardins, como também em outros lugares, a exemplo no Brasil, onde é possível encontrar a Cidade-Jardim Laranjeiras em São Paulo, e o bairro Cidade-Jardim em Belo Horizonte, este e aquele com o intuito inicial de atender os clientes de elevado padrão econômico. (LOVO, 2011).

Voltando o olhar para o Brasil, quatro exemplos relevantes são trazidos ao texto, que demonstram a presença da agricultura nas cidades, especialmente programas realizados com incentivos públicos. Em Teresina-PI, no ano de 1986 foi implantado o programa Hortas Comunitárias, que inicialmente visava coibir a marginalização de crianças e adolescentes e depois da grande adesão popular passou a figurar como fonte de renda e inclusão social, ganhando expansão nas áreas de pobreza, chegando em 2004 ao total de cinquenta hortas (MONTEIRO; MONTEIRO, 2006). Desse modo, a política pública surge como uma reação a problemas pontuais na comunidade, e consegue se alinhar a outros fatores, como aumento de renda, dada as potencialidades e benefícios que a atividade carrega.

O caso de Governador Valadares é amplamente discutido e divulgado, a cidade é comumente chamada de Cidade verde, isto porque, existe um programa para otimizar o uso dos espaços vazios para produção de alimentos. O programa objetiva sensibilizar diferentes atores locais para dialogarem sobre a agricultura urbana, em especial, sobre a importância de inserir essa atividade como instrumento legal (Lei) no planejamento e ordenação do espaço urbano, identificando assim possibilidades de introduzir esta ação no planejamento das cidades, criando normas que facilitem o acesso à terra no núcleo urbano. A implementação deste plano ocorreu com a junção de vários entes representando o poder público e a sociedade civil, a partir da identificação dos vazios urbanos que poderiam ser utilizados na produção de alimentos, bem como da percepção da incidência desse fato e da criação de meios legais de acessar esta terra. (LOVO; COSTA, 2007).

Outro projeto foi o Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola – PROVE. Este programa foi criado em 1995 no Distrito Federal com a finalidade de promover nas áreas urbanas e periurbanas, a pequena produção agrícola, seu processamento e comercialização, englobando hortas, frutas e a criação de animais. (CARVALHO, 2002).

A cidade de São Paulo - SP possui uma legislação expressiva para incentivar esse tipo de produção no ambiente urbano, a Lei nº 13.727/04 e o Decreto 45.665/04 que disciplinam matérias do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), para o incentivo à criação de hortas comunitárias e hortas caseiras para autoconsumo. E a última inovação foi a sanção da Lei Municipal nº 16.212/15 que autorizou a partir da gestão participativa formada por meio de um comitê de moradores, a utilização de praças para hortas comunitárias.

Essa produção de alimentos, por meio das mais variadas formas, como explanado, se relaciona não apenas como um subterfúgio para os menos desfavorecidos economicamente enfrentarem às dificuldades, pode também funcionar como um mecanismo para o Estado lidar com alguns problemas estruturais advindos da crescente urbanização, tratados nas primeiras linhas desta escrita, como a geração de emprego, aproveitamento ambientalmente correto de espaços urbanos, política de inclusão social, alimentação de qualidade, educação ambiental, dentre outros.

Mougeot (2006) explica que as cidades podem e devem vincular a prática de produção de alimentos com a reciclagem e a conservação de recursos, a terapia e a

recreação, a educação e o abastecimento seguro de alimentos, a arquitetura ecológica e a gestão de espaços abertos.

Dito de outra maneira, a produção de alimentos, nesse contexto, assume o papel de uma alternativa capaz de lidar com vários problemas sociais, pois atinge benfeitorias em campos sociais distintos como a melhoria do ambiente urbano e o enfrentamento de situações de crise econômica e ambiental, por exemplo, como já afirmado.

Smit (1996) traça um panorama de três décadas que foram importantes para o reconhecimento e construção do conceito de agricultura urbana. A década de 1970 que foi marcada pelos projetos de cooperação internacional exitosos, especialmente na África envolvendo o governo francês, a FAO, o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), o *American Friends Service Comumittee* (AFSC) e o Banco Mundial. Essas corporações e seus projetos obtiveram sucesso o que possibilitou uma projeção positiva da agricultura urbana, fomentando estudos e publicações científicas sobre o tema.

Nas palavras do autor, a década de 1980 foi marcada por essa propulsão de estudos e publicações acadêmicas, destacando-se projetos de pesquisa como o *Food Energy Nexus* da *United Nations University* e o interesse de organismos internacionais como o das Nações Unidas (ONU), que realizaram pesquisas sobre os sistemas de distribuição de alimentos urbanos e temas ligados à segurança alimentar em diferentes países. Essa década foi marcada por um grande envolvimento de organizações e agências internacionais, o que propiciou um acúmulo de conhecimento nesta década e desaguou na popularização da agricultura urbana e na visibilidade da importância e viabilidade de sua prática, o que pode ser demonstrado na sua indicação como importante componente para o desenvolvimento urbano no Relatório 'Nosso Futuro Comum'.

O autor termina explicando que a década de 1990 foi importante para esta atividade, dadas às agências de cooperação internacional que trabalharam com a agricultura urbana e o volume de publicações, seminários, encontros e conferências globais como a *United Nations Conference on Environment and Development* (UNCED) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, comumente conhecida como Eco 92 que tiveram em seus painéis de discussão este tema.

Foi nessa década que o movimento ganhou força, se consolidando nos campos político e acadêmico, surgindo assim a necessidade de uma definição mais concreta. Neste cenário se destacam três obras que transitam na maior parte das pesquisas sobre esta matéria, o livro *Urban Agriculture: Food, Jobs and Sustainable*, escrito por Smit (1996), publicado pelo PNUD, programa este que tem por finalidade oportunizar o desenvolvimento e erradicar a pobreza nas nações, os livros e publicações do IDRC, elaborados por Mougeot (1994;1999;2004) e as publicações da Comissão de Agricultura (COAG) (COAG/FAO, 1999). Esses trabalhos foram importantíssimos no campo teórico e também para embasar projetos e propostas de políticas públicas, e trouxeram asserções sobre a definição de agricultura urbana.

Para a construção da definição da prática da agricultura urbana, Mougeot (1999) considera o histórico das pesquisas já realizadas e propõe uma conceituação a partir de blocos. Nesta perspectiva, ele dispõe sobre os seguintes blocos: as espécies de atividade econômica; categorias e subcategorias de produtos alimentares ou não alimentares; a peculiaridade da localização da produção, se intraurbana ou periurbana; e o destino e proporção da produção. Dessa forma, o autor conceitua agricultura urbana como:

O cultivo, o processamento e a distribuição, com fins alimentícios e não alimentícios, de plantas, árvores e a criação de animais, tanto dentro como na periferia de uma área urbana, dirigidos ao mercado urbano. Para lograr êxito, a agricultura urbana aproveita recursos (espaços usados ou subutilizados, resíduos orgânicos), serviços (extensão técnica, financiamento, transporte) e produtos (agroquímicos, ferramentas, veículos), encontrados nessa área urbana, gerando por sua vez recursos (áreas verdes, microclimas, composto), serviços (abastecimento, recreação, terapia), e produtos (flores, aves de curral e lácteos), em grande parte para mesma área urbana. (MOUGEOT, 1999, p.5).

De qualquer maneira, o autor assente que essa conceituação não consegue dar conta de expressar o alcance de todas as práticas ou das infinitas variedades de técnicas empregadas. Isto aponta para um processo constante de elaboração conceitual, levando em consideração o contexto e as especificidades existentes.

Na perspectiva de Mougeot (1999), o que diferencia fortemente a agricultura de base rural da urbana é sua relação íntima com o sistema econômico, político e ecológico das cidades, que faz a agricultura urbana ser influenciada pelas políticas desenvolvidas no contexto urbano.

Outra base conceitual que descreve de maneira assertiva tal atividade:

A agricultura urbana caracteriza-se como uma forma de autoprodução, de folhosas e animais, facilitadora do acesso a alimentos pela família e comunidade, cujo excedente pode ser comercializado localmente. Ocorre em diferentes locais, como, por exemplo, quintais, lajes de cobertura residencial, escolas públicas, terrenos vazios, ao longo de avenidas e faixas de domínio de redes de alta tensão. Revela-se como uma atividade produtiva e interativa que rebate a ideia predominante de que área urbana não-construída é sinônimo de área ociosa. (COUTINHO, 2007, p.49).

Em que pese às nomenclaturas utilizadas, agricultura intraurbana e periurbana, para a FAO (2007), a primeira é praticada nos centros ou interiores das cidades aproveitando espaços ociosos como terraços, pátios, residências, espaços impróprios para construção civil como embaixo de redes elétricas ou próximo a aeroportos, áreas subutilizadas como as margens de rios ou rodovias, além das áreas públicas potenciais para esse tipo de uso, e de maneira geral é orientada por uma produção em menor escala. A segunda é praticada em áreas periféricas ou nos arredores das cidades, e geralmente em maior tamanho espacial e escala de produção, sua definição é bem mais complexa, pois depende do quanto de desenvolvimento que as rodeia, geralmente essas áreas são vizinhas a áreas rurais, e se diferem dessas por combinarem o trabalho rural e não rural.

Vencendo essa denominação produtivista e espacial, e como aludido, não é marcadamente determinada, pois as bordas das cidades são cada vez mais englobadas no contexto urbano, os agricultores são capazes de se organizar de diferentes formas para produzir, podendo ser de forma individual, familiar ou coletiva, e essa organização pode ganhar corpo formal como é o caso das cooperativas, ou não, como na maioria das hortas comunitárias, até por que o próprio termo 'comunitária' pode estar ligado apenas à divisão de espaço e não necessariamente divisão da produção.

Para o início do século XXI, Smit (1996) aposta de maneira assertiva na agricultura urbana como uma tendência em ascensão e uma promissora parceria entre o público e o privado, como foi demonstrado em exemplos em momento anterior, como também entre associações de agricultores e organizações comunitárias com as Universidades, dentre outras.

O século XXI teve no seu início um importante marco neste sentido, que foi a Declaração do Milênio das Nações Unidas, que aponta oito metas para o Desenvolvimento do Milênio. Com essa propositura, várias organizações no âmbito

internacional que sempre atuaram no campo da agricultura urbana, começaram a interligar as aptidões desta prática como instrumento para alcançar as referidas metas. (PNUD, 2010).

Mougeot (2005) assevera que a agricultura urbana pode colaborar potencialmente com a primeira meta, que se firmou no propósito de erradicar a pobreza extrema e a fome, e contribuir de maneira indireta para outras três: reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e assegurar sustentabilidade ambiental.

Neste aspecto, a agricultura urbana e suas práticas são valorizadas dada sua multifuncionalidade e sua aptidão para responder problemas ligados à urbanização crescente, à promoção da segurança alimentar e nutricional, ao enfrentamento da falta de emprego e da pobreza com a geração de trabalho e renda, à integração de comunidades vulneráveis, à gestão ambiental urbana, dentre tantos outros possíveis benefícios.

Para tanto, é necessário que haja oportunidades, por meio de políticas públicas direcionadas a essa prática, como Leis, incentivos fiscais, linhas de crédito e tantos outros subsídios que na ausência impossibilitam ou dificultam o aproveitamento racional destes espaços urbanos para produção por aqueles que não tem condição de investir, mesmo que pouco, em um investimento deste gênero.

Cabannes (2006) faz descrições sobre esses variados benefícios da agricultura urbana, obtidos nas dimensões social, econômica e ecológica, destacando estas três como as principais para que sejam desenhados programas e políticas que contribuam com o desenvolvimento de tal prática.

Em relação à dimensão social, o autor faz referência principalmente, mas não de maneira taxativa, aos tipos de atividades da agricultura urbana para o autoconsumo e subsistência, voltadas para produção de alimentos e plantas medicinais, agindo como estratégia para as parcelas mais desprovidas da sociedade. Em relação à dimensão econômica, a orientação são os produtos que interessam ao mercado, sendo alimentícios ou não alimentícios, como ervas medicinais e aromáticas, plantas ornamentais e flores. (CABANNES, 2006)

No que alude à dimensão ecológica a associação é realizada levando em consideração à própria multifuncionalidade, baseada na produção para o autoconsumo e geração de renda, junto a alguns benefícios para o meio ambiente, focando na gestão ambiental dos recursos, como a compostagem, revitalização de

espaços urbanos, melhoria no clima, da mesma maneira que as vantagens para a saúde quando as produções são pautadas em princípios agroecológicos. (CABANNES, 2006)

Cabannes (2006) sistematiza essa relação entre social, econômico e ecológico, concluindo que:

Atividades de agricultura urbana contribuem para construir a cidade mais inclusiva, mais produtiva e mais ecológica e, por isso, são parte de políticas municipais por diferentes razões e de acordo com os diferentes contextos. (CABANNES, 2006, p. 91).

Após essa breve contextualização histórica e conceitual, é possível observar uma rede de organismos e organizações que participaram da consolidação e promoção da agricultura urbana. E o discurso vigente e fortificado tanto desses atores que trabalharam na promoção, quanto dos pesquisadores que deram rigor científico a esse tema, articulam-se na polivalência dessa prática, com ênfase no tripé acima mencionado social-econômico-ecológico. O que torna a temática muito interessante e convidativa, por ter tantas vantagens e poucos entraves para a realização.

Não é incomum ver a agricultura urbana em diferentes momentos e lugares, como nas escolas, tendo sua colaboração importante na área de educação ambiental, as hortas comunitárias fazendo a integração nas comunidades, os quintais verdes como uma ajuda para alimentação e renda, dentre tantas outras maneiras em que está presente no cotidiano dos núcleos urbanos.

Sendo assim, este debate sobre a agricultura urbana está consubstanciado a partir das hortas intraurbanas, voltado para suas potencialidades, e não interessa a esta escrita tratar de desenvolvimento econômico, pois apenas com o demonstrativo da renda seria possível fazê-lo. A finalidade é investigar a partir da teoria a dimensionada seguir, e dos recursos metodológicos posteriormente descritos, essa economia de recursos voltada ao bem-estar, que pode trazer mudanças significativas para a vida dos produtores.

1.2. Considerações acerca da concepção do termo Desenvolvimento

A construção do conceito de desenvolvimento e suas outras derivações ocorreram a partir de um processo não linear, passando pelas perspectivas de progresso, crescimento econômico e desenvolvimento econômico e outras possíveis nomenclaturas. Em momento oportuno será discutido de forma densa a teoria de Amartya Sen (Seniana) a qual este trabalho se filia, entretanto, é enriquecedor para investigação realizar um desenho de como se começou a pensar o desenvolvimento do ponto de vista social a partir de necessidades e problemas da comunidade de maneira geral, espacialmente, porque no mesmo contexto em que nasce a agricultura urbana, essas alterações conceituais começam a ser pensadas e criadas.

É preciso considerar que existe uma dificuldade em traçar essas linhas conceituais de maneira concisa, dada às questões profundas que envolvem as diferentes teorias que versam sobre progresso, crescimento econômico, desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, etc., os mais variados pontos de vistas firmados por teóricos e suas discordâncias, entretanto, de forma sucinta será traçado um caminho escolhido dado o eixo temático do trabalho, por acreditar que este desenho se adequa a proposta, para que melhor se entenda a colocação e viabilidade da definição adotada.

Rogério Roque Amaro (2016) é Doutor em Economia e consolida boa parte de sua escrita acadêmica e científica à discussão sobre o desenvolvimento, e em seu escrito intitulado “Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria” faz uma construção temporal que muito interessa a esta investigação, demonstrando em um intervalo de 30 anos como esses conceitos que dizem sobre a formação social e econômica foram sendo delineados, e abaixo far-se-á uma breve exposição dessa composição.

Na perspectiva de Amaro (2016), ainda que discutido há alguns anos antes, o conceito de desenvolvimento se firmou no período que se segue após a Segunda Guerra Mundial, constituído a partir da problemática social experimentada à época, sendo importante pensar que era vivida uma fase de reconstrução em vários aspectos, com a intensão progressista de acúmulo de riqueza, aumento de produção e outras questões, destacando-se principalmente o ponto de vista econômico. Corroborando com essa ideia Adam Smith, outro economista, é o primeiro a se destacar neste cenário de debate traçando inicialmente uma teoria do crescimento

econômico. Sequencialmente vários autores como Thomas Malthus, John Stuart Mill, Karl Marx, dentre outros, procuram entender e analisar a estrutura social que havia se constituído a partir da Revolução Industrial.

Amaro (2006) ensina que essa concepção conceitual foi criada a partir da experiência europeia de países desenvolvidos, e este caminho deveria guiar outros países. Dois são os pontos históricos destacados nessa formação, a Revolução Industrial, com resultados mais materiais e objetivos que foram fruto das Revoluções: Agrícola; Comercial; dos Transportes e das Vias de Comunicação; e a Tecnológica. E a Revolução Francesa, ligada a concepções valorativas, produto das Revoluções: Cultural e filosófica; Religiosa; Científica; e Política. Essa divisão é meramente metodológica, pois todas influenciaram simultaneamente as condições que construíram o pano de fundo que orientou o pensamento daquelas sociedades.

Essas mudanças firmaram a industrialização e seus processos como um modelo de desenvolvimento, tornando essas Revoluções uma referência, destacando-se alguns mitos desse conceito, o economicismo, produtivismo, consumismo, quantitativismo, industrialismo, tecnologismo, racionalismo, urbanicismo, antropocentrismo, etnocentrismo e uniformismo. (AMARO,2006).

Nesse contexto, o desenvolvimento é percebido como um processo baseado na produção de bens e serviços, e todas essas características elencadas pelo autor demonstram que o método adotado não leva em conta o ser humano e suas necessidades, ademais, este modelo a ser seguido não contemplaria todas as nações, pois, o modo como a industrialização ocorreu foi diferente nos países, sendo assim, não seria o mais acertado implementar um padrão baseado em características europeias considerando as pessoas como meros instrumentos de produção e consumo.

Corroborando com a ideia do autor:

Uma sociedade desenvolvida é aquela capaz de garantir o crescimento da produção, do consumo e da renda. Nessa perspectiva, a meta do desenvolvimento é uma sociedade industrial urbana, cujo moderno é medido de acordo com o nível de industrialização e urbanização da sociedade. A sociedade industrial e/ou desenvolvida passa a ser então um modelo ideal propagado pelo o mundo ocidental e transmitido como uma possibilidade para regiões menos avançadas como África, Ásia e América Latina. (SANTOS, *et al*, 2012, p. 52).

Outro ponto importante a ser destacado, e que conversa com a discussão proposta é o urbanicismo colocado pelo autor como um mito, porque à época, o urbano era sobreposto ao rural, iniciando o forte processo de êxodo rural, o que é demonstrado no ponto de vista desta análise, pois a agricultura urbana surge fortemente como uma prática neste momento, enquanto uma forma de produzir alimentos dada a diminuição da produção rural, bem como representando uma ligação das práticas rurais enraizadas nas pessoas que mudaram para o ambiente urbano.

No ponto em que traz ao texto o desenvolvimento e crescimento econômico, Amaro (2016) menciona que a associação entre estas duas definições surge nessas colocações anteriores de um conceito eurocentrado, e neste momento, para medir o desenvolvimento são utilizados indicadores de crescimento econômico, tal como o PIB, considerando esta uma condição indispensável e suficiente para tratar das questões de bem-estar da população, e de todos os outros temas sociais ligadas à saúde, à cultura, à educação, etc. Desse modo, o nível de renda por pessoa (*per capita*) começou a classificar os países como desenvolvidos e não desenvolvidos.

Neste mesmo sentido, menciona outro autor:

O interesse de Smith, Ricardo e Marx em explicar a riqueza de uma nação deu origem a teoria do crescimento, cujo conceito de desenvolvimento está relacionado com a evolução do sistema de produção, acumulação e progresso técnico, restrita ao pensamento da Economia. Porém, os esforços para explicar o subdesenvolvimento e conseqüentemente a pobreza, deram origem às teorias de desenvolvimento, e neste caso, o conceito de desenvolvimento está relacionado com o grau em que são satisfeitas as necessidades humanas, ampliando a discussão com outros campos de conhecimento como a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia. (SANTOS, et al, 2012, p. 53).

A questão dos indicadores econômicos como métrica nas teorias de progresso e desenvolvimento é muito criticado pelas teorias seguintes, que passaram a ser mais utilizadas no contexto social atual, pois este enfoque não consegue dar conta da complexidade que envolve trabalhar todos os problemas da sociedade, que emergem, desde as questões políticas até as individualidades e limitações das pessoas que a compõe.

É neste contexto que, a teoria Seniana procura manter o diálogo para a compreensão, pois, Sen (2010) coloca em seu texto, a dificuldade de utilizar os mesmos parâmetros e projetos europeus para o desenvolvimento nos países

subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, por estes serem ineficazes, bem como, a teoria trabalha fortemente todas as liberdades que precisam ser possibilitadas às pessoas com a finalidade de diminuir as desigualdades e deixar de relativizar os problemas das pessoas para primar pelas questões econômicas. (SEN, 2010).

Noutro ponto, Amaro (2016) traz o desenvolvimento numa perspectiva desumana e que afirma injustiças estruturais, estabelecidas nos trinta anos gloriosos, a saber, entre meados da década de 40 e início da década de 70. Os progressos destacados na época são aumento e melhoria da produtividade, do consumo, da escolarização, das condições de saúde e da tecnologia. Em contrapartida, aconteceram alguns retrocessos e privações, ou seja, um progresso que beneficiava apenas uma parcela da população, bem como aprofundava os problemas sociais existentes em países de Terceiro Mundo, onde as inovações mencionadas não chegavam, tais como, novas formas de mal-estar social ligadas às questões psíquicas e de pobreza advindas do próprio processo do progresso, a degradação do meio ambiente, as novas doenças, o trabalho desumano, dentre outras adversidades.

Desse modo, esta estrutura de desenvolvimento começa a acentuar as diferenças sociais, os instrumentos de solução não conseguem atingir a todos que deles precisam, considerando o avanço da tecnologia e ciência, bem como, surgem novas complicações de outra ordem, pois, não é traçado um plano que contemple todas as questões que envolvem desenvolver-se, e se é considerado apenas o capital para progredir esses imbróglios não são amparados.

Na temática seguinte, Amaro (2016) apresenta os anos 70 como um ponto de mudança, tendo em vista que as práticas de desenvolvimento continuavam a não atender os países subdesenvolvidos, uma vez que modelos eram impostos a estes. Mesmo gerados a partir de uma experiência europeia, nos países desenvolvidos também apareceram dificuldades ligadas ao mal-estar social, a questão da utilização dos recursos naturais já aparecia como um assunto urgente, a crise econômica gerada pelos anos dourados e sua concepção de desenvolver o país a partir do crescimento econômico, e por último os países socialistas também começaram a apresentar obstáculos semelhantes aos dos capitalistas, e este conjunto de pontos explica a busca por uma teoria de desenvolvimento que dê conta de discutir a enorme variedade de demandas existentes.

Por conseguinte, na obra, surge o tema sobre os novos caminhos e desafios ligados ao desenvolvimento nos últimos trinta anos, e apareceram nesse intervalo temporal inúmeras definições sobre desenvolvimento, e Amaro (2015) separa seis que considera relevantes, utilizando como critérios a cientificidade fundamentada e o reconhecimento internacional por instituições e organismos representativos “Os seis novos conceitos são (com alguma ordem cronológica): Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Local; Desenvolvimento Participativo; Desenvolvimento Humano; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento integrado.”. Os quais não serão aprofundados. (AMARO, 2016, p. 55).

Iniciando o novo Milênio (anos 2001), carregado desses debates, desafios e mudanças, Amaro (2016) coloca os “Objetivos do Desenvolvimento do Milênio” como um marco da recém-adquirida postura de enfrentamento dos países, desenvolvidos ou não desenvolvidos, desses problemas, o que reverbera em uma visão diferente de desenvolvimento que consiga atender as exigências atuais da sociedade. Em seguida é apresentada uma indagação sobre a possível mudança ou abandono do conceito de desenvolvimento, pergunta esta que compõe o título do artigo.

Amaro (2016) apresenta os autores que confirmam que como concepção e instrumento o desenvolvimento não conseguiu lidar com as problemáticas existentes de maneira geral, devendo, portanto, ser abandonado; o outro grupo, incluindo o autor, considera que o que se concebe como desenvolvimento está por sofrer modificações, e isso é uma consequência da construção histórica e seu processo ininterrupto.

Por fim, o autor faz referência ao desenvolvimento, à ciência e à ação, considerando a multidisciplinaridade que alcança o conceito teoricamente e a aplicação deste no campo da ação, argumentando que o desenvolvimento é um processo que por estar em constante mudança, dada a dinamicidade que a sociedade tem, também deve sofrer mutações no seu estudo e aplicação, ou seja, o desenvolvimento como conceito teórico, por si só demanda inovações e rupturas. (AMARO, 2016).

Dito isto, é possível compreender que vários processos levaram a pensar os problemas sociais e suas possíveis respostas, discutindo-se teoricamente a partir das ideias de progresso, de crescimento, de desenvolvimento e de outras tantas derivações hoje utilizadas, partindo de uma concepção econômica e depois para um ponto de vista em que o ser humano é considerado no processo, uma vez que a

produção e o consumo dizem muito sobre a dinâmica do mercado, entretanto, quando se lida com pessoas outras vertentes devem e precisam ser encaradas.

Desse modo, outros autores e teorias poderiam ser mobilizados para tratar dessa construção conceitual do termo desenvolvimento, entretanto, dada a maneira e propriedade com que Amaro (2016) delinea o assunto é que está escrita se apropria do modo coerente pelo qual este tratou o tema, bem como, pela forma sucinta, já que o objetivo aqui não é abordar de maneira profunda essa elaboração do conceito, e sim pontuá-la.

1.3. A perspectiva do desenvolvimento na teoria de Amartya Sen

O termo “desenvolvimento” sofreu grandes mudanças interpretativas em sua construção histórica, como anteriormente afirmado, a visão do desenvolvimento ligada ao crescimento econômico, foi amplamente defendida e difundida por longas décadas, os países ou Estados-Nações primavam pela acumulação de bens e a evolução tecnológica para o aumento da produção e do capital econômico, em detrimento ou por meio do uso do capital humano.

Os medidores gerais de desenvolvimento, crescimento ou progresso utilizavam e/ou utilizam a renda *per capita* e o aumento da produtividade geral de um país como indicadores sociais, o que pode dizer muito sobre a produção de um país e o seu poder de consumo, o que não reflete a realidade e pobreza de muitas nações, ou seja, leva em consideração o crescimento do capital e não os aspectos sociais, principalmente aqueles de caráter qualitativo.

O desenvolvimento econômico se caracteriza por uma sociedade de empregados e empregadores, salários e lucros, acúmulo de capital e avanço tecnológico, um mercado gerindo um sistema econômico e um Estado que apenas complementa essa administração do sistema. (COSTA, *et al.*, 2011).

Essa visão generalista e tradicional, utilizada para justificar e criar políticas públicas apenas de incentivo econômico, levou muitos governos a cometerem erros graves. Há outros índices alternativos àqueles que consideram apenas a produção de capital, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que foi um grande avanço para avaliação das problemáticas sociais, mas não conseguiu substituir os indicadores anteriores, apenas complementá-los.

O problema de uma sociedade regida pelos interesses econômicos do mercado, e suas ações dirigidas pelas necessidades deste é que o capital humano é massacrado muita das vezes por causa do crescimento econômico, então analisar a sociedade apenas por esse viés econômico transforma os problemas sociais em problemas de geração de renda, ou seja, se o diagnóstico social está errado não há como traçar medidas corretas que alcancem os problemas inerentes aos cidadãos.

Nesse consenso, em relação em que se traduz o desenvolvimento, é importante observar que:

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados frequentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejudica, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento. (OLIVEIRA *apud* SCATOLIN, 1989, p.6).

Desse modo, partindo de críticas a esse sistema será utilizada outra concepção de desenvolvimento, que considera os aspectos e dificuldades inerentes à construção de uma sociedade. Este trabalho filia-se à teoria de Amartya Sen, ou comumente chamada Seniana. Esta propõe uma perspectiva diferente para analisar a sociedade e planejar mudanças voltadas para o capital humano e o bem-estar, e isso não quer dizer que a renda não seja importante, ela constitui um conjunto de estruturas necessárias para se medir e atingir o desenvolvimento.

A perspectiva aqui abordada proposta por Sen é a do desenvolvimento por meio das liberdades, sob uma vertente de igualdade de oportunidades e capacidade real de gozo destas, assim o foco é voltado para as liberdades substantivas, ou dito de outra maneira, capacidades elementares que as pessoas devem ter para viver, isto significa, que deve ser levado em conta o que as pessoas de fato podem fazer ou realizar, isto é, a liberdade para buscar seus objetivos próprios. (SEN, 2010, p. 136).

Nesse contexto, uma sociedade é avaliada levando em consideração as liberdades substantivas que os integrantes desta usufruem. Esse ponto de vista difere de outras abordagens tradicionais, que avaliam o desenvolvimento a partir de variáveis como utilidade, bens primários, renda real, dentre outras, como bem mencionado pelo autor “ver o desenvolvimento a partir das liberdades substantivas

das pessoas tem implicações muito abrangentes para nossa compreensão do processo de desenvolvimento e também para os modos e meios de promovê-lo.”. (SEN, 2010, p. 51).

Nessa abordagem das capacidades humanas necessárias, ou melhor, dessas liberdades, não há um conceito cerrado para o desenvolvimento, entretanto, é possível fragmentar a escrita do autor para que progressivamente seja possível construir um núcleo de prioridades para esse termo, por meio de uma reflexão sobre um conjunto de características fornecidas por Sen:

O desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam (...) É por causa dessas interconexões (entre as liberdades de diferentes tipos) que a livre e sustentável condição de agente [agency] emerge como o principal motor do desenvolvimento (...) A lacuna entre as duas perspectivas (ou seja, entre uma concentração exclusiva na riqueza econômica e um foco mais amplo sobre as vidas que nós podemos levar) é uma questão fundamental na conceituação do desenvolvimento. (SEN, 2010, p. 3-4).

Neste sentido, é importante observar:

Dada a heterogeneidade dos componentes distintos da liberdade, bem como a necessidade de levar em conta as diversas liberdades de diferentes pessoas, frequentemente haverá argumentos em direções contrárias. A motivação que fundamenta a abordagem do “desenvolvimento como liberdade” não consiste em ordenar todos os estados- ou todos os cenários alternativos- em uma “ordenação completa”, e sim em chamar atenção para aspectos importantes do processo de desenvolvimento, cada qual merecedor de nossa atenção. (SEN, 2010, p. 52).

Nesta pesquisa, a teoria Seniana será empregada para representar o entendimento sobre desenvolvimento, investigando a possibilidade da expansão das liberdades substantivas por meio da agricultura urbana, representada pelas hortas da área intraurbana da cidade de Araguaína, a partir de dados colhidos com os horticultores, naquilo que lhes couberem, em razão de que como será disposto posteriormente, algumas liberdades dependem do Estado.

Essa teoria se adequa à construção social a qual se debate, por analisar o coletivo por meio de sua pluralidade, isto é, considera-se que o desenvolvimento não se dá pela unicidade do capital e sim por um conjunto de fatores e estruturas que dependem do Estado e da Sociedade, mensurando neste processo a individualidade do ser humano.

Esse ideal de liberdade referido na teoria Seniana traz para a discussão questões muito importantes, como problemas ligados à pobreza, à fome, à precariedade dos serviços básicos como saúde, à educação, ao saneamento ambiental, à geração de emprego e renda, à segurança, aos direitos civis, aos políticos e aos sociais, e tantas outras perspectivas que afetam a capacidade humana e social de se desenvolver. Não será possível discutir todos os pontos colocados pelo autor em sua teoria, por não caber nesta investigação, dada à temática escolhida, e pelo processo de desenvolvimento ser complexo, por isso o tom que é dado às indagações da pesquisa será apenas sobre a possibilidade de expansão de uma das liberdades consideradas instrumentais, que se refere as oportunidades sociais.

Adiante é exposta a argumentação do autor sobre o processo de desenvolvimento e essas liberdades que precisam ser ampliadas, e para que o elo seja melhor compreendido é necessário citar o objeto escolhido, no caso a agricultura urbana, pois, seria muito simples dizer sobre o crescimento econômico por meio da geração de renda e trabalho que esses agricultores poderiam ter, e não é esse o interesse, tampouco o viés conceitual adotado.

Como disposto na pergunta de pesquisa, localizada na introdução, a prática da horta indicia um tipo de agricultura intraurbana. Esse tipo tem relação ou impacto em termos de desenvolvimento?

Indaga-se sobre a possibilidade de expansão das liberdades que esses produtores podem ter por meio dessa alternativa laboral gerada pela concepção de agricultura urbana, e para tanto, por meio dos procedimentos metodológicos, em momento oportuno explicitados, será confirmada ou refutado essa inquirição a partir das condições e estruturas geradas a partir daquela prática.

Portanto, esta percepção proposta pelo autor será empregada para teorizar e caminhar com esta investigação, entende-se que o viés social merece atenção e construção científica, sendo assim, os horticultores serão investigados por este olhar.

Sen é um economista e filósofo, como dito nas linhas introdutórias deste trabalho, que diferentemente de muitos outros de sua área de formação e atuação começou a pensar a sociedade e seu desenvolvimento além da visão do capital e das rendas, levando em conta as várias estruturas interligadas, complementares e

dependentes, que não se resumem apenas ao crescimento econômico, como muitos insistiam a estudar e escrever, assim como o fazem até hoje.

Inspirado em e por John Rawls e sua teoria da justiça, como é afirmado diversas vezes nas obras Senianas, indo além das críticas, o autor afirma ter sorte de ser esclarecido e influenciado pelas obras e pensamentos de Rawls, uma vez que, a partir deste a filosofia moral e política evolui radicalmente, considerando a teoria da justiça a mais influente na filosofia moral moderna, tendo por base a sua abordagem de justiça como equidade. (SEN, 2011).

É importante fazer essa menção a teoria de Raws, pois o próprio autor também o faz para demonstrar um de seus pontos de partida, entretanto, não é cabível nessa escrita se atentar profundamente a todas as proposições realizadas por Sen à teoria, destaca-se aqui a menção sobre a liberdade, também enfatizada pelo autor, em especial da aplicação dos princípios Rawlsianos de justiça, sendo dois:

- a) Cada Pessoa tem um direito igual a um esquema plenamente adequado de liberdades básicas iguais que seja compatível com um esquema similar de liberdades para todos;
- b) As desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer duas condições. Primeira, elas devem estar associadas a cargos e posições abertos a todos em condições de igualdade equitativa de oportunidades. Segunda, elas devem ser para o maior benefício dos membros menos favorecidos da sociedade. (SEN, 2011, p. 89).

Nessa parte em que delinea a teoria de justiça como equidade, Sen (2011, p. 89-90), afirma que Raws inclui a liberdade como prioridade, quando lhe coloca como primeiro princípio, precedendo, assim, máxima liberdade para toda pessoa, não podendo ser violada em razão da promoção de riqueza ou renda, por exemplo.

Para cada teoria adotada se faz uso de um instrumento para que se alcance o desenvolvimento, e ao mesmo tempo esse meio utilizado também serve como métrica para comensurar e realizar um diagnóstico social. Quando determinada teoria se utiliza de instrumentos econômicos, por exemplo, a economia vai ser fomentada para que haja crescimento, e o progresso será avaliado a partir do crescimento econômico.

A maioria dos critérios econômicos do progresso que são usados comumente refletem estatísticas que se concentram em objetos inanimados de conveniência, como por exemplo, o PIB e o Produto Nacional Bruto (PNB), se justificando por meio

do que esses objetos produzem e influenciam direta ou indiretamente na vida humana.

A métrica usada por Raws é a dos bens primários que utiliza a liberdade como meio para atingir outros fins, diferentemente da concepção da teoria aqui levantada onde a liberdade é o fim que se deseja atingir (objetivo) e também o meio usado para alcançá-la (faz parte do processo).

Sen (2011) considera que existe um forte argumento para mudar o foco dos bens primários e passar para avaliação real das liberdades e capacidades, isto é, a liberdade não pode ser equiparada de igual modo a outros bens, e sim um propósito a ser alcançado.

Esses bens primários são empregados como instrumentos na teoria da justiça para sanar as injustiças, esses bens incluem “direitos, liberdades e oportunidades, renda e riqueza, e as bases sociais da autoestima”. O autor menciona que há um grande problema nesse viés, pois, os bens primários não instituem a liberdade, sendo os meios para tal, assim como a renda é, desse modo, os bens primários são meios para que se atinja qualquer objetivo e a concepção de felicidade que o indivíduo tenha. (SEN, 2017, p. 138).

Dito em outras palavras, “A capacidade representa a liberdade, ao passo que os bens primários nos falam somente dos meios para liberdade, com uma relação interpessoalmente variável entre os meios e a liberdade efetiva para realizar.” (SEN, 2017, p. 140). E, a partir do estudo dessa teoria, das críticas que realizou, o autor estruturou seu pensamento julgando não serem suficientes os objetivos ali perquiridos, passando assim a centralizar a liberdade no processo social.

Em relação à felicidade, muito quista em algumas teorias, e citada também por Raws, esta poderia ser avaliada, caso fosse um dos interesses deste trabalho, entretanto não é, sendo adequado clarear o motivo, pois há enorme dificuldade em estabelecer critérios e resultados para esse objeto, até mesmo usar essa palavra pode ser complicado numa construção textual.

O obstáculo aqui se concentra também no ser humano, porque cada um tem um motivo para valorizar coisas diferentes, e a felicidade não é um objetivo com caminhos pelo menos similares, o desejo humano e suas infinitas formas torna essas perspectivas escorregadias, por isso, afirmar que a liberdade para escolher a vida que se pretende levar é mais apropriado que dizer sobre a busca da felicidade de cada um e a subjetividade que pode estar envolvida neste processo, aparenta ser

o mais coerente, considerando ainda que talvez nem o aumento da liberdade seja capaz de tornar uma pessoa feliz.

A felicidade não é apontada como insignificante, principalmente quando se trata de bem-estar ou qualidade de vida, mas, não é um bom guia para traduzir a sociedade. Uma pessoa pode, por exemplo, achar mais importante ter uma casa excepcional em vez de ter educação de qualidade, por talvez acreditar que apenas sua moradia é o que lhe traz felicidade, os desejos são distintos e a própria satisfação também.

Calcular o bem-estar social a partir da felicidade não parece a forma mais assertiva, isto porque primeiramente acredita-se que a métrica não é cabível, e em segundo lugar há uma necessidade de comparação entre a felicidade de cada indivíduo para entender o desenvolvimento desse ponto de vista.

Partindo para uma visão sobre riqueza, esta pode ser um instrumento raso e ineficaz na avaliação dos problemas sociais, o que não se pode negar é sua utilidade para que se atinja um objetivo, ou mesmo para a própria sobrevivência numa sociedade global massivamente capitalista.

Então, se é considerado que a riqueza é estimada como um meio para um fim (desenvolvimento), avaliar apenas a renda para medir o bem-estar ou a qualidade de vida não seria o modo mais adequado também, levando em conta que as pessoas têm necessidades e gostos diferentes, e ainda que um grupo necessitasse de um mesmo objeto ainda assim a mesma renda não seria uma forma de avaliar como aquela pessoa conseguiria tal bem.

Isto pode ser visto por meio de outro exemplo, dois homens almejam a ampliação de sua horta o que custaria o mesmo montante, estes recebem a mesma renda por mês, o primeiro jovem, com saúde, sozinho e sem nenhum outro compromisso que comprometa seus ganhos, o segundo, sofre por doenças, e além de suas restrições dada sua pouca resistência física, ainda tem uma família para prover o sustento. Essa situação hipotética e não longínqua de muitas realidades, mostra o quanto seria inútil avaliar a renda desses dois homens para mediar sua qualidade de vida ou seu bem-estar, tampouco, os dois homens compartilham da mesma capacidade para adquirir o mesmo bem, dada as condições e peculiaridades que permeiam suas vidas.

Então, o instrumento não deve ser tão simples, há muito que se levar em consideração na avaliação de uma sociedade, independente do que se deseje

observar, no caso desta pesquisa, como já afirmado em linhas anteriores, têm-se como propósito correlacionar, ou não, o ganho de liberdade a um empreendimento específico.

Sen na sua obra “Desenvolvimento como liberdade”, traz a teoria que sustenta e conduz esta escrita, de maneira mais condensada, também serão utilizados outros escritos do autor. Em suas linhas iniciais é possível observar que o tratamento do desenvolvimento na sua visão, como já mencionado, considera a expansão das liberdades um instrumento adequado para o desenvolvimento, como disposto adiante:

Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida (SEN, 2010, p. 16).

Ao concentrar o estudo do desenvolvimento a partir das liberdades substantivas, não significa que este é o único ou o mais preciso critério a ser seguido, existem tantos outros que podem de igual modo ser útil para um comparativo ou classificação, são vários os aspectos importantes no processo de desenvolvimento, e cada um deles carrega sua relevância e merece atenção.

Entretanto, julga-se que essa é uma visão positiva e eficaz para avaliar os problemas sociais, especificamente analisar um possível instrumento para ajudar na resolução daqueles, através da expansão de liberdades, como argumenta o autor “Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento. Podemos chama-los, respectivamente, o papel constitutivo e o papel instrumental da liberdade no desenvolvimento.”. (SEN, 2010, p. 55).

Na teoria Seniana o papel constitutivo está relacionado à primazia das liberdades substantivas, por incluírem capacidades elementares como não passar fome, evitar a morte prematura, desnutrição ou a morbidez, ter liberdade na política e no mercado, e tantas outras, desse modo, o desenvolvimento está intimamente ligado a expansão destas e de outras liberdades. O papel instrumental está consubstanciado no argumento de que essas liberdades e direitos podem contribuir de maneira eficaz com o crescimento econômico, e cada liberdade colabora para a

expansão das outras de maneira geral, assim promovendo o desenvolvimento. (SEN, 2010).

O autor considera duas razões que colocam a liberdade como centro para o processo de desenvolvimento:

1) A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas. 2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. (SEN, 2010, p. 17).

A primeira razão pode ser entendida como o meio pelo qual é realizada a apreciação para mensurar se houve ou não desenvolvimento, só poderia afirmar que houve um avanço se as liberdades das pessoas aumentaram então o problema é o indicador que se utiliza para dizer sobre o progresso, desenvolvimento, bem-estar, qualidade de vida ou felicidade, a depender da teoria adotada, em muitas das vezes o meio empregado camufla todos os outros problemas e oferece uma falsa ideia de diagnóstico social, em resumo fala-se da métrica.

É preciso ainda considerar que maneiras generalistas de dizer sobre uma sociedade também podem produzir resultados incompletos e frágeis, como por exemplo, na avaliação de um país pela sua produção de riquezas, esses números não traduzem a realidade de todos que formam a nação, pode dizer sobre a riqueza daqueles que a dominam.

A liberdade é um meio e um fim em si mesma, e não nega importância do capital e das rendas, nessa teoria apenas é relativizado o seu poder de transformação que muitas perspectivas entendem por ser a única chave para o desenvolvimento, ou como costumeiramente colocado na literatura para o crescimento ou progresso, como bem ensina Sen (2010, p. 35):

Isso não tem por objetivo negar que a privação de capacidades individuais pode estar fortemente relacionada a um baixo nível de renda, relação que se dá em via de mão dupla: (1) o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; e (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas. Essas relações têm de ser plenamente compreendidas.

Nessa perspectiva avaliatória, a variável adotada no desenvolvimento como liberdade considera que se há mais liberdades substantivas, logo haverá mais desenvolvimento, e esta é a ideia da pesquisa.

Outro ponto muito importante a ser mencionado é a base informacional utilizada para cada juízo avaliatório segundo a teoria em questão, isso compreende tanto as informações que são consideradas indispensáveis para formar os juízos a partir de determinada abordagem, bem como, àquelas excluídas que não podem ter influência sobre o cálculo, ou seja, além de ser importante separar o que é indispensável para avaliação, não se pode negar atenção ao que será excluído, pois a insensibilidade nesta hora pode produzir resultados insatisfatórios ou incoerentes.

Não se pode olvidar, que um exercício de análise envolve muita dificuldade na escolha dos pesos e medidas a serem considerados, deve haver uma grande reflexão à altura da complexidade dos problemas sociais, é preciso realizar o processo no mesmo eixo de profundidade que o desenvolvimento se encontra.

Desse modo, não existe uma forma mágica para isso, exercícios devem ser realizados e a realidade deve ser conhecida para aplicação e adaptação de qualquer que seja a teoria em uso, presando sempre pela razoabilidade, como sustenta o autor “(...) não existem estradas régias para a avaliação, revelou-se que há méritos distintos em cada uma dessas estratégias bem estabelecidas, mas que cada uma também sofre limitações significativas.”. (SEN, 2010, p. 118).

No que tange aos processos de avaliação, refere-se à valoração dada para a liberdade das pessoas e para o que cada um julga como vantagem individual, que difere muito, por se tratarem de pessoas com objetivos e pensamentos distintos, o que pode gerar certa dificuldade no exame do desenvolvimento, assim como foi dito em relação à felicidade, o que seria capaz até de desaguar em indagações no sentido de que, se na avaliação de rendas têm-se um denominador comum para valorar o crescimento, como seria realizar tal processo na perspectiva das liberdades.

Essa dificuldade é colocada na teoria Seniana como sendo de mão dupla, pois a liberdade individual é um produto social, e como tal, através da própria liberdade política, um dos instrumentos do desenvolvimento, seria oportunizado aos cidadãos que estes debatessem sobre o que priorizam e valoram para suas escolhas, promovendo uma ampla participação social. E, diferentemente da análise da felicidade, não será o estado da pessoa que será avaliado em si, e sim as possibilidades de escolha para si ou para outrem, do modo que mais lhe aprouver, nesta propositura, a discussão indaga se a horta pode figurar como um instrumento

que proporciona potencialmente mais alternativas para os produtores, ou seja, mais liberdade de escolha e opções disponíveis.

As vantagens e desvantagens inerentes a cada pessoa, ou em comparação umas com as outras, podem ser vistas de pontos de vista distintos, por diferentes focos, como por exemplo, liberdades, capacidades, utilidades, bens primários, renda e riqueza, recursos, etc., e o problema da análise do desenvolvimento está sujeita ao espaço onde este deve ser apreciado, e isto depende muito do que é buscado.

A segunda razão, da eficácia, emerge do fato de que para que haja desenvolvimento não há outro caminho eficaz a não ser o da liberdade da condição de agente das pessoas, ou seja, as pessoas devem ser livres para fazer aquilo que priorizam e valoram em suas vidas, as oportunidades devem existir para que façam o que entendam como melhor para si ou para quem lhe importe, claramente, a liberdade tem limites quando interfere na liberdade de outras pessoas, entretanto, não é preciso construir uma discussão sobre o tema nesse contexto, será brevemente mencionada à responsabilidade que a liberdade envolve em momento oportuno.

Desse modo, não se trata apenas de existirem possibilidades, a autonomia e a viabilidade para realizar a escolha devem ser reais, e as oportunidades devem ser adequadas para que as pessoas decidam o que queiram de acordo com a utilidade que atribuem para tal, é dito aqui sobre a capacidade de optar por algo. (SEN, 2010, p. 158).

Uma colocação voltada para as hortas seria a viabilidade de expansão para vendas num campo maior dentro do mercado, desse modo, para que participassem em grande monta na comercialização seriam necessários investimentos, advindos de financiamentos, por exemplo, a partir de políticas voltadas especificamente para pequenos produtores, ou financiamentos comuns, desde que os bancos não preferissem apenas aqueles que têm bens para garantir a dívida ou grandes negócios para demonstrar sua 'competência econômica'. Para tanto, não bastaria apenas a possibilidade de escolha de expandir um negócio, como um desejo de natureza utópica, seriam necessárias oportunidades reais e capacidade para atingir tal fim.

É salutar ainda considerar nesse quesito, que a liberdade não pode ser vista apenas como um simples instrumento de avaliação positiva ou negativa da sociedade, ela é crucial e nas palavras de Sen é "um determinante principal da

iniciativa individual e da eficácia social. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.”. (SEN, 2010. p. 33).

Desse modo, a avaliação e a eficácia ocupam-se da condição das pessoas individualmente, e sua liberdade e potencialidade de agir, o que influenciará no coletivo dada a condição de cada participante da sociedade, e como membro a condição de agente importa para que este participe de ações econômicas, sociais e políticas.

Portanto, a avaliação é o instrumento que se faz uso para realizar uma leitura social, e muitos meios não são adequados para espelhar a realidade e seus problemas, e se não se conhece e reconhece os entraves é impossível propor ações que os solucione, e a eficácia liga diretamente os indivíduos com potencial de agir dada as liberdades que desfrutam à própria questão social, isto é, mais liberdade é proporcional a mais eficácia.

1.3.1. Liberdades instrumentais e seus aspectos fundamentais

Sen ensina que há enorme complexidade no conceito de liberdade e na sua aplicabilidade, o aumento de liberdade de uma pessoa pode ser tanto uma oportunidade como um ônus, pois suas escolhas podem ser desvantajosas “escolher é uma parte do viver”. (SEN, 2017, p. 110-112).

A liberdade aqui nessas linhas parece ser superestimada e é talvez a sua valorização que não seja ainda compreendida por muitos, numa avaliação rasa da vida do ser humano o interesse pode estar apenas no tipo de vida que de fato se consegue ter, mas há razão para ir além e estimar a liberdade de determinar a natureza de sua vida, ou seja, a vida que seria possível escolher de fato se houvesse liberdade, dentre todos os estilos e modos possíveis.

Sen (2011, p. 262) destaca outra razão em uma de suas obras para demonstrar o quão valiosa a liberdade “Em primeiro lugar, mais liberdade nos dá mais oportunidade de buscar nossos objetivos - tudo aquilo que valorizamos”.

Nesse sentido, as oportunidades se relacionam com os processos meios que são possíveis para realizar o que se pretende, ou seja, deve haver a alternativa de viver do modo como quiser e escolher os meios para alcançar seus objetivos. Pode e deve se atribuir também importância ao próprio processo, em outras palavras, a

teoria coloca que ao realizar uma escolha é preciso ter certeza que não há uma imposição para tal, que outros não determinaram regras ou decisões que restringem a um caminho a ser seguido, como bem ilustrado a seguir:

Para usar uma distinção medieval, não somos apenas “pacientes” cujas necessidades merecem consideração, mas também “agentes” cuja liberdade de decidir o que valorizar e a forma de busca-lo pode se estender muito além de nossos próprios interesses e necessidades. O significado de nossa vida não pode ser colocado na caixinha de nossos padrões de vida ou da satisfação de nossas necessidades. As necessidades manifestas do paciente, por mais importantes que sejam, não podem eclipsar a relevância vital dos valores arraoados do agente. (SEN, 2011, p. 286).

Há ainda um ponto a ser comentado, a responsabilidade que está ligada a liberdade. A liberdade é uma conquista muito valorada, no contraponto, ter liberdade não significa necessariamente que todos os objetivos serão atingidos, se é dito sobre escolhas, elas podem não ser assertivas.

Não se trata de ter regras a serem seguidas à risca para determinado propósito, deve ser reconhecida a condição humana comum para realizar escolhas a partir do que é apresentado. Liberdade requer responsabilidade, e responsabilidade requer liberdade. Como descrito pelo autor:

Assim, o argumento do apoio social para expandir a liberdade das pessoas pode ser considerado um argumento em favor da responsabilidade individual, e não contra ela. O caminho entre liberdade e responsabilidade é de mão dupla. Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas ter efetivamente a liberdade e a capacidade para fazer alguma coisa impõe à pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso envolve responsabilidade individual. Nesse sentido, a liberdade é necessária e suficiente para a responsabilidade. (SEN, 2010, p.361).

Desse modo, ter mais liberdade não é sinônimo de uma vida de sucesso econômico, por exemplo, porque escolher também envolve o erro e o acerto, entretanto, ter liberdade não amarra o ser humano a uma única condição de vida, pois em sociedades sem perspectiva de desenvolvimento essas amarras geralmente são feitas às condições de vidas indignas.

A partir da leitura do que a teoria Seniana concebe como liberdade, e a concepção da autora, liberdade é a autonomia para que se realize escolhas durante a vida, e este direito de escolha deve ser real e exequível, ao ponto de que seja possível, para cada pessoa em sua vivência optar, por exemplo, pelo tipo de

educação que se deseja receber, a profissão em que irá atuar, o modo de vida que pretende levar a partir de suas convicções pessoais, e muitas outras decisões sobre os caminhos que pretende trilhar.

Isso tudo, considerando que se vive em sociedade e a liberdade de cada um não deve transpor a do próximo, isto porque atualmente pela liberdade de poucos, muitos tem sofrido. E não há liberdade de escolha real, quando não existem opções disponíveis, ou se elas existem são apenas para uma parte da população.

Desse modo, a liberdade se consubstancia quando existe o privilégio de autodeterminação dos cidadãos em uma sociedade, e essa autodeterminação é no sentido de estabelecer o futuro de si mesmo, isto só é possível, se houverem oportunidades sociais, que garantam essa capacidade de escolha. E essas oportunidades devem se firmar nas mais diversas áreas da vida do cidadão, desde o seu nascimento, diz sobre liberdade política, econômica, religiosa e de culto, de opinião, e toca tantas outras questões.

A liberdade parece ser simples, entretanto, é tão complexa porque pode ir de poder escolher e usar o que vestir, até participar e decidir sobre problemas que digam sobre toda a sociedade, por exemplo. E todas essas escolhas e possibilidades devem ser facultadas ao indivíduo, nenhum caminho deveria ser imposto, e se há um imperativo, logo não há que se falar em liberdade.

Esse ponto de vista conceitual, diz sobre o que seria ideal, entretanto, na realidade atual do Brasil, é vivenciado um aprisionamento pela falta de liberdade. Neste cerceamento da independência, as condições de vida são mitigadas, e a experiencia social presente aponta para uma vida com poucas escolhas, dado o pequeno número de opções. Desse modo, a sociedade tem se demonstrado mais um espaço de exclusão do que de liberdade.

Partindo agora para o que a teoria julga como sendo as ferramentas essenciais, Sen (2010, p. 58-60) considera cinco liberdades como instrumentais para o processo de desenvolvimento, a partir de sua contribuição direta ou indireta. São muitas as ferramentas dignas de importância, estas mereceram êxito, não por serem completas e indiscutíveis, mas por ajudarem a destacar questões específicas que fazem jus a relevância social.

São cinco as liberdades instrumentais: (1) liberdades políticas; (2) facilidades econômicas; (3) oportunidades sociais; (4) garantias de transparência; e (5) segurança protetora. Essas liberdades instrumentais contribuem para a capacidade

de maneira geral que uma pessoa tem de viver como desejaria, e também complementam umas às outras.

As liberdades políticas são entendidas como a capacidade dada as pessoas de escolherem os governantes de seu país, e quais os princípios serão determinantes para tanto, além do acesso aos direitos civis e a possibilidade de fiscalizar e criticar tais lideranças, dando importância também a liberdade de expressão pública política e de escolha entre os candidatos e partidos políticos. A liberdade de manifestação política depende das características de cada país, assim como do regime político, da forma de governo e do sufrágio universal. (SEN, 2010).

Ainda que a pessoa não deseje de imediato usufruir de tais liberdades, como no caso do sufrágio universal que é o direito de votar e ser votado, mesmo que não haja interesse em uma candidatura imediata, a possibilidade deve existir, pois a falta dela é uma privação dessa liberdade. Cada liberdade integra o processo de desenvolvimento, por isso elas são consideradas como interdependentes e convergentes.

As facilidades econômicas se baseiam na capacidade que os cidadãos têm de usar os recursos disponíveis no país para consumo, produção ou troca. As disponibilidades econômicas estão ligadas a liberdade dentro do mercado de bens e serviços, ou seja, o poder que cada pessoa tem de usar seus recursos como queira, realizando transações econômicas seja para adquirir ou vender bens, bem como, ter acesso à renda e ao crédito, tendo em vista também as entidades e instituições envolvidas neste processo de cunho econômico que podem operar para fomentar ou restringir o acesso ao mercado. (SEN, 2010).

As oportunidades sociais se caracterizam por todas as liberdades do indivíduo na área da saúde, educação, segurança, culto, cultura etc., ou seja, àquelas qualidades ligadas à boa qualidade de vida e ao bem-estar, o que contribui para uma maior participação econômica e política do indivíduo. (SEN, 2010).

Parece ser uma colocação pequena, mas essas poucas palavras que constroem “as oportunidades sociais” são talvez as mais importantes para uma vida digna, cada palavra carrega um peso muito grande tanto para transformação individual como da sociedade, não há necessidade de esmiuçar esses componentes, entretanto, não há dúvida de que são fortes pilares da sociedade, e por isso farão parte em especial desta investigação.

As garantias de transparência estão relacionadas à confiança que os indivíduos podem esperar das relações sociais, pois a falta de confiança pode violar a vida de muitas pessoas gravemente, essa garantia tem como uma de suas finalidades inibir a corrupção, a irresponsabilidade fiscal e coibir transações financeiras ou políticas ilícitas. (SEN, 2010).

A transparência no que se refere a esfera pública pode ser exemplificada com os portais de transparência e as licitações, dito de outra maneira, as normas protetoras que garantem a lisura e publicidade de quaisquer informações que sejam relevantes para que as pessoas tomem decisões em suas vidas particulares.

Por segurança protetora, é possível entender como a capacidade do próprio Estado de promover a segurança, de uma perspectiva social, impedindo por exemplo, que a sociedade seja aniquilada pela pobreza ou fome, é uma segurança para amparar os cidadãos, com benefícios para os desempregados, programas de redistribuição de renda, projetos de moradia e distribuição de alimentos, por exemplo, e tantos outros meios que equilibram e resguardam a sociedade em momentos de emergência, principalmente as parcelas mais vulneráveis da população.

Mesmo que não seja intenção pormenorizar o papel do Estado ou de outras instituições de grande representatividade e importância nessa discussão, restam claros os papéis decisivos e significativos na mudança social, pois a estrutura socialmente construída é o que muito contribui para que as oportunidades sociais sejam possíveis e efetivas, quando é dito sobre a agricultura urbana, em especial sobre as hortas, há uma tentativa de disseminar empreendimentos como esse de baixa complexidade, que se utiliza de poucos recursos e conhecimentos técnicos e que podem contribuir em diferentes frentes sociais.

É preciso reiterar, mesmo que de maneira cansativa as vezes, que não se trata de avaliar de maneira aleatória qualquer empreendimento, a sua natureza que levou a investigá-lo, senão seria feito com outros mais rentáveis, mas que talvez não fossem acessíveis às camadas mais populares.

Outro fator que deve ser mencionado é que por se tratarem de liberdades com competências distintas, no caso tanto dependem da sociedade como do Estado, isso levou a não discutir as hortas na perspectiva de todo o processo do desenvolvimento, tendo em vista que as ações do Estado não serão investigadas apenas mencionadas de maneira pontual, e delas dependem muitas estruturas

quando discute-se desenvolvimento, isto é, a organização do governo e suas ramificações e influência nas questões econômicas, de transparência ou de segurança. Outra questão é que o Brasil não é um país desenvolvido, está neste processo de evolução e a horta figurar como um mecanismo positivo para que se atinja tal patamar.

Essas liberdades podem ser analisadas de forma conjunta ou em separado, sendo que se reforçam mutuamente e são coesas, o que Sen (2010, p. 61) preceitua como inter-relações e complementaridade, ou seja, se é considerado que uma liberdade influi e contribui para outra, logo uma liberdade também se torna um mecanismo/meio para a outra, elas se reforçam, se auxiliam e se suplementam mutuamente, e é de muita valia entender essas interligações para dispor sobre políticas desenvolvimentistas, como bem explicitado pelo autor e aqui transcrito “Existem muitas inter-relações diferentes entre as liberdades instrumentais distintas. Seus papéis respectivos e influências específicas umas sobre as outras constituem aspectos importantes do processo de desenvolvimento”. (SEN, 2010, p. 64-65).

Por considerar que as oportunidades sociais, são no contexto do país, em especial da cidade em que o objeto de estudo está localizado, uma das questões básicas para se ter uma vida decente é que os instrumentos de pesquisa se voltam para essa liberdade.

Outra colocação muito oportuna a se fazer é que por julgar que para a pesquisa seria de mais fácil entendimento trabalhar com os aspectos de vida digna, conquistas pessoais, bem-estar e outros sinônimos que dizem sobre uma vida em condições adequadas é que as perguntas nas coletas de dados foram dirigidas neste sentido, por ser de mais fácil interpretação que os termos da teoria aqui delineada, isto é, os conceitos advindos desses temas não serão aqui trabalhados por terem as mais variadas interpretações e são ditos apenas para clarear o diálogo, ou seja, não interessa definir o que seja qualidade de vida, mas a significância positiva que o termo traz.

Desse modo, o que deve ficar claro é se a pessoa considera ou não que alcançou algum tipo de melhoria que acredite ser importante a destacar, questionado isso na entrevista e juntando com as perguntas do formulário que são mais marcantes no sentido de dizer sobre moradia, saneamento, educação, dentre outros é que a teoria se alinhará com os dados para produzir a análise.

No último capítulo do livro *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen (2010, p. 366) intitula dois tópicos com indagações pertinentes para finalizar seu livro e este item, “Que diferença faz a liberdade?” e “Por que a diferença?”. As duas respostas são construídas em poucos linhas e remontam toda a estrutura da teoria do desenvolvimento a partir da expansão das liberdades.

Para responder a primeira pergunta o autor preleciona que essa perspectiva da liberdade não deve ser vista de maneira agressiva às outras teorias, principalmente por respeitar a grande literatura que discutiu e discute as questões sociais, e que o influenciaram, e mesmo a maioria dos teóricos se dedicando a indicadores simples e limitados para o complexo processo de desenvolvimento, há muitos que se aventuram e engajaram em novas teorias, que assim como a sua buscam uma visão mais ampla. (SEN, 2010).

Acreditar que a liberdade é uma base avaliatória consistente e um objetivo a ser atingido já apareceu em outras construções conceituais, não como um meio e um fim em si mesma na forma que Sen coloca, mas esta teoria acredita que o desenvolvimento deve objetivar o aumento das escolhas a serem realizadas pelas pessoas, e isso faz toda a diferença.

Em relação à segunda indagação, a diferença em utilizar a liberdade está ligada a dois aspectos, ao aspecto do processo e da oportunidade. No que tange o processo, o interesse das pessoas não pode estar restrito apenas a produção de renda e aumento do consumo de bens e serviços, a liberdade se relaciona com a tomada de decisão e às oportunidades de alcançar os resultados almejados, como já afirmado. O segundo aspecto vincula-se ao grau real de oportunidade de alcançar os objetivos que as pessoas valorizam ou tem motivos para valorizar. (SEN, 2010).

Portanto, os dois aspectos levam ao avanço na concepção de desenvolvimento que considera os termos do crescimento e da renda per capita como instrumentos de avaliação de uma sociedade, passando para uma perspectiva mais ampla que coloca a expansão das liberdades na avaliação.

Consequentemente, é preciso frisar que a maneira como o desenvolvimento é visto afeta os instrumentos a serem utilizados e os próprios resultados, bem como as possíveis soluções. E dentre tantos pontos de vista em relação a construção social e seus problemas que poderiam ser adotados, essa vertente teórica foi empregada para discutir aspectos da agricultura urbana por acreditar que esta perspectiva se adequa às necessidades da conjectura atual da sociedade.

2 METODOLOGIA

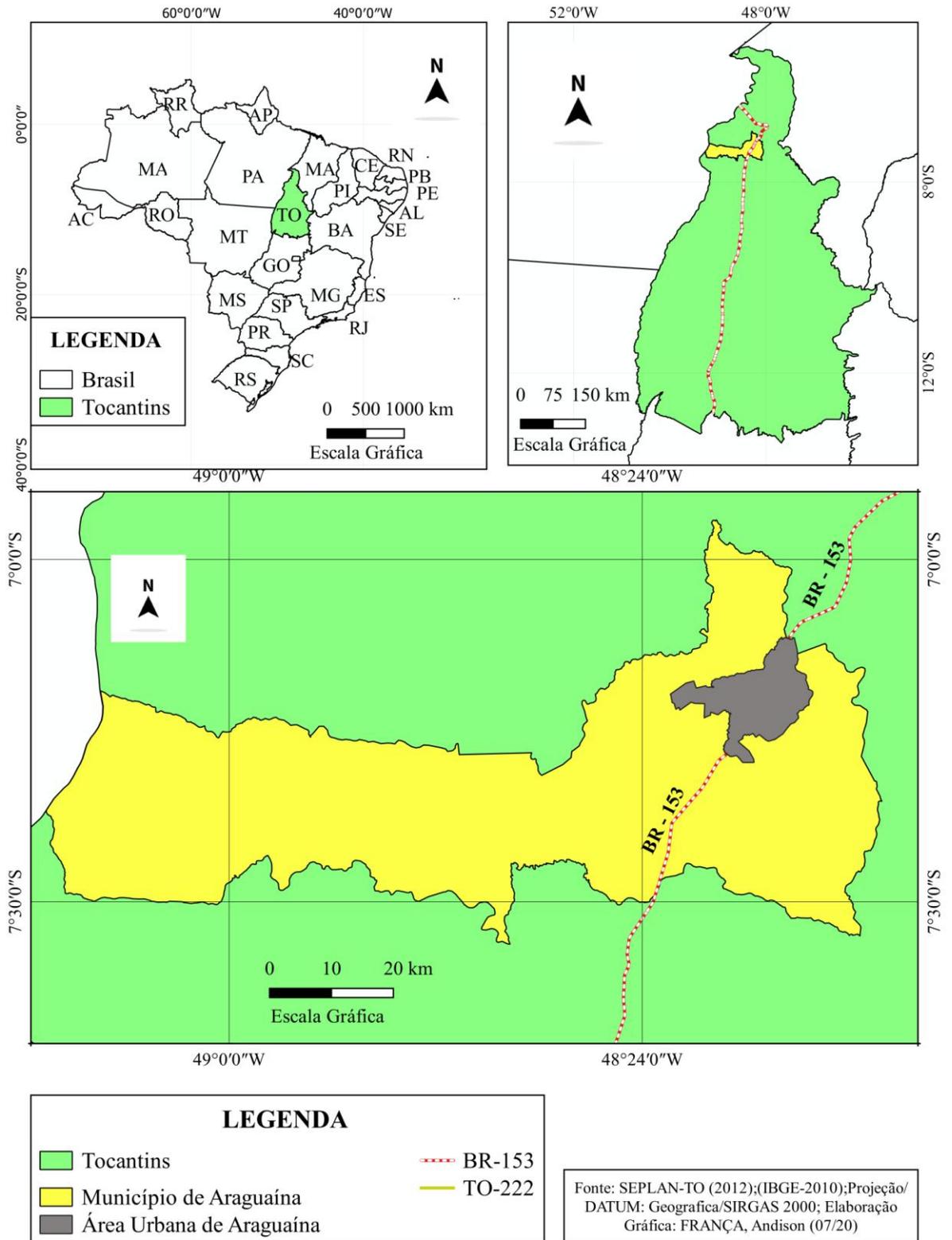
A metodologia é uma etapa importante em trabalhos científicos, pois estrutura o caminho a ser percorrido e os meios utilizados para que se construa os resultados e discussões a partir do que foi proposto. Tomando por base a afirmação de Diehl e Tatim (2004, p. 47) de que “a pesquisa constitui-se num procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas propostos”, este tópico destinado aos procedimentos metodológicos contextualiza o local onde se realizou o estudo, expõe a classificação da pesquisa em relação a sua natureza e objetivos, indica os procedimentos técnicos e diz sobre o método de abordagem da problemática e as técnicas para seleção da amostra, coleta e análise dos dados.

2.1 Caracterização do local de realização da pesquisa

O local escolhido para a realização da pesquisa é a cidade de Araguaína, situada na região Norte do Estado do Tocantins (Figura 01), cerca de 393 quilômetros da capital Palmas, com uma área de 3.920,01 Km², com limites ao Norte com as cidades de Santa Fé do Araguaia, Muricilândia, Carmolândia, Piraquê e Aragominas; ao Sul, Pau D’arco, Arapoema e Nova Olinda; Leste, Wanderlândia e Babaçulândia; e Oeste estado do Pará. (ARAGUAÍNA, 2019).

Segundo o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo IBGE, a população de Araguaína era à época de 150.484 pessoas, estimada para ano de 2018 em 177.517 pessoas (IBGE, 2019). Neste censo a população foi dividida entre moradores da zona urbana e rural, sendo 142.925 pessoas residentes na urbana e 7.559 na rural, dado consistente para esta pesquisa, para demonstrar que a maioria dos habitantes residem na zona urbana, 95% do total àquela época. O índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) no ano de 2010 foi de 0.752, considerado alto na escala adotada para os municípios (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2010). A renda média dos trabalhadores formais estimada para o ano de 2017 foi de 2.1 salários mínimos. (IBGE, 2019).

Figura 01 – Mapa de localização da cidade de Araguaína.



Vencida essa caracterização sucinta, agora firma-se uma breve concepção histórica da cidade, para melhor entender a escolha do objeto de pesquisa. Segundo informações do site institucional da Prefeitura Municipal de Araguaína, a cidade está localizada na região norte do Estado do Tocantins, entre os rios Lontra e Andorinhas, sendo primeiramente povoada por tribos da etnia Carajá, e posteriormente em 1876, o senhor João Batista da Silva e sua família foram os primeiros migrantes a chegarem no norte tocantinense, vindos da cidade de Paranaguá-PI, firmando moradia na margem direita do rio Lontra, constituindo um povoado que se chamava Livra-nos-Deus, dado o medo de ataques indígenas e de animais selvagens. Neste mesmo ano, outras famílias passaram a morar na localidade, aumentando a população e modificando o nome para povoado Lontra, tendo em vista o crescimento da região. (ARAGUAÍNA, 2019).

A cidade de Araguatins, à época denominada de São Vicente do Araguaia, foi a primeira a administrar o povoado Lontra que depois passou a pertencer a cidade de Boa vista do Tocantins, atual Tocantinópolis. No ano de 1925, mais famílias chegaram ao povoado e a expectativa de crescimento foi aumentando, sendo a primeira igreja construída pela congregação Orionita para homenagear o Sagrado Coração de Jesus, representando um marco deste progresso. Em 1948 com a criação do município de Filadélfia, o povoado Lontra passa a ser denominado “Povoado Araguaína” em homenagem ao rio Araguaia, integrando a nova cidade. (ARAGUAÍNA, 2019).

Com a Lei Municipal nº 86, de 30 de setembro de 1953, o povoado passa a ser distrito, e com o grande processo de expansão em 20 de julho do ano de 1958, com a Lei nº 52, é autorizado o desmembramento do distrito, que no dia 14 de setembro de 1958, com a Lei estadual nº 2.125 transformou-se no município de Araguaína. Nesta data, foi nomeado o prefeito do município o senhor Casimiro Ferreira Soares, que mais tarde pediu para ser afastado, sendo exonerado em 03 de outubro de 1960, e substituído por Henrique Ferreira de Oliveira, na mesma oportunidade, foram realizadas as primeiras eleições sendo eleito o senhor Anatólio Dias Carneiro como prefeito, tendo como vice-prefeito Raimundo Falcão Coelho. (ARAGUAÍNA, 2019).

Do ponto de vista econômico a cidade tem grande destaque no cenário do estado do Tocantins. Inicialmente povoada por agricultores, estes a princípio cultivavam cereais básicos para a subsistência e venda, que depois passaram a

plantar café, dada a cultura disseminada no país, entretanto, a prática não perdurou por muito tempo, tendo em vista que haviam muitas dificuldades em escoar a produção. Desse modo, o marco histórico destacado como determinante para o crescimento demográfico e econômico é a construção da rodovia Belém-Brasília, que elevou a cidade no intervalo dos anos de 1960 a 1975 a um crescimento e urbanização nunca antes visto na história do então estado de Goiás, sendo a quarta maior cidade deste, entre os anos de 1980 a 1986.

São várias as questões que envolvem a formação e ocupação da cidade de Araguaína, que devem ser observadas e analisadas a fim de que se tenha um entendimento de como se deu a configuração e constituição desse espaço, seja do ponto de vista econômico ou social, o que leva a uma melhor compreensão dos arranjos atuais do município, principalmente, levando em consideração o objeto de estudo, dito em outras palavras, a prática de uma atividade rural no meio urbano.

É importante reconhecer e destacar a rodovia como um fator determinante para a expansão da cidade, dadas as próprias exigências que esta trouxe, entretanto, é preciso refletir sobre de que maneira este crescimento se deu. Resta claro, segundo Pereira (2013) que esta nova configuração também trouxe problemas de ordem social, ambiental e cultural.

Fernandes (2017) afirma que a BR-153 faz parte de um movimento de ampliação territorial e da integração para escoamento da produção, bem como, para a ocupação do interior, e Araguaína está localizada num ponto estratégico neste processo, o que desencadeou em um crescimento importante, dito de outra maneira, a construção da rodovia reconfigurou as cidades interioranas.

A construção da rodovia também é muito citada como um marco para expansão urbana desta região, pois aumentou a zona habitada da cidade, e influenciou na vinda de empresas para região a fim de atender as novas demandas, e além disso, por ser uma rota muito importante de circulação, o próprio tráfego estabeleceu nas suas margens este crescimento, e isso se confirma com a crescente no campo hoteleiro e de alimentação, por exemplo. Para Correia (2015) a construção da rodovia é um forte elemento que reflete diretamente no crescimento populacional e econômico, pois o movimento de pessoas e mercadorias vai além da simples função de circulação.

Fernandes (2017) complementa que o crescimento não ocorreu de forma planejada, o que não estruturou a cidade para tal avanço, pois a forma como a

ocupação territorial e o crescimento se deu, foi baseado nos interesses convencionados entre o poder público local e os empresários e produtores da região. A autora afirma que é importante destacar este fato, pois a cidade ampliou-se de forma irregular e afirmando desigualdades, dito de outra maneira, Araguaína foi se moldando a partir das necessidades e interesses de determinados grupos, e isso firma a perspectiva dos problemas sociais advindos da urbanização.

Isso fica bem claro na configuração espacial da cidade, na falta de planejamento que é revelado na ausência de estrutura física como é visto no tráfego, na falta de esgotamento sanitário e outros serviços básicos, bem como na questão da ausência de regularização fundiária urbana, comumente vista em vários setores ou na própria forma como ainda a cidade vem sendo ocupada com a invasão de várias áreas urbanas, e inúmeros são os setores que podem exemplificar tal situação, e confirmar a forma desarmônica de como foi e vem sendo constituído o espaço urbano.

Dessa maneira, os espaços urbanos utilizados e aproveitados para produção de alimentos, podem de alguma maneira amenizar os problemas advindos desse modelo não controlado de urbanização, igualmente, dessa massificação e concentração de pessoas na zona urbana. Além disso, a própria questão da constituição da cidade por migrantes agricultores diz muito sobre esse elo entre o rural e o urbano, e por isso a prática não está fora da realidade, pois está presente desde a constituição da cidade, e isto pode ser explanado a partir das palavras de Antero (2016):

Compreender a urbanização de Araguaína passa pelo entendimento de processo econômico social com intensa mobilidade espacial da classe trabalhadora com a finalidade de reprodução da força de trabalho, também, ao mesmo tempo, condição para acumulação capitalista. Os fluxos migratórios para Araguaína combinam o clássico movimento rural-urbano e as migrações inter-regional e intra-regional. Entre as décadas de 1950 a 1970 ocorreu duas tendências de migração simultâneas – a inter-regional e rural-urbano – uma iniciada por agricultores nordestinos, que na condição de posseiros beneficiaram terras no vale do rio Lontra, em seguida expropriados, em forçoso movimento rural-urbano; e após 1980 movimentos migratórios interestaduais, mantendo-se fluxos de maioria nordestinos, mas com origens espalhadas por todas as grandes regiões brasileiras. (ANTERO, 2016, p.02).

Atualmente, a cidade é a segunda maior do estado, em termos populacionais e econômicos, com o Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 3.805.223,09 registrado no

ano de 2016, ficando atrás apenas da Capital Palmas, com práticas econômicas ligadas ao comércio, agricultura e pecuária, sendo seu PIB constituído principalmente de serviços e a cidade reconhecida pela sua viabilidade econômica. (IBGE, 2019).

Desse modo, Araguaína é classificada como uma cidade média, dado o seu ponto estratégico de localização e os serviços que oferece para a região. Morais (2014) comenta que essa compreensão da cidade como média, leva necessariamente a uma análise das ações da perspectiva socioeconômica espacial, por tal localidade se destacar como um centro prestador de serviços de natureza comercial, educacional, médica e hospitalar, para o lazer e tantos outros bens e serviços demandados pela região, que ultrapassa o seu entorno, atingindo até mesmo outros estados como Pará e Maranhão. Em vista disso, o autor conclui que a cidade se estruturou no contexto da rede urbana do Norte do estado do Tocantins a partir da constituição socioeconômica na qual está inserida.

Neste sentido, Sposito (2004, p. 370) ensina que “a situação geográfica das cidades influi na definição de sua centralidade interurbana e no peso de seus papéis regionais”, tendo em vista que “a distância de outras cidades de mesmo porte ou maiores, amplia a área de influência da cidade regional principal”.

Neste ponto de vista, Araguaína se tornou uma cidade muito importante e referência na região, por sua dinâmica econômica e por não ter avizinhados outros municípios com estrutura similar, sendo que a mais próxima no Tocantins com estrutura semelhante é a capital Palmas.

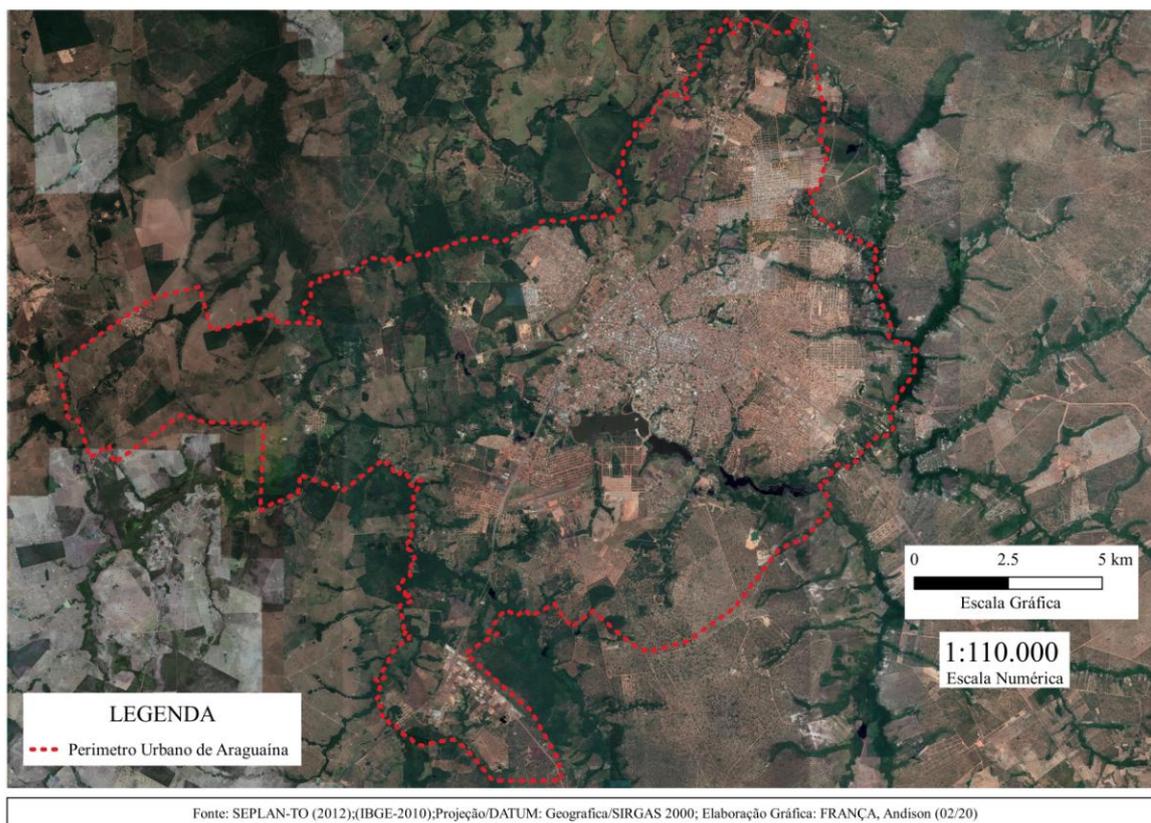
A cidade também faz parte da Amazônia Legal, sendo importante de citar, pois, os projetos de expansão econômica e as estratégias de reordenamento territorial estatais, a partir da década de 60, ligadas a esta região também influenciaram diretamente o crescimento da cidade, seja do ponto de vista econômico e/ou social, principalmente os direcionados para a pecuária e agricultura, que induziram na representatividade econômica dessas atividades atualmente na cidade.

Essas considerações são importantes para perceber o processo pelo qual a cidade de Araguaína foi se estruturando, levando em consideração as políticas públicas de planejamento urbano aplicadas na região, que foram determinantes para o desenvolvimento urbano desta, aqui destacada a maior foi a construção da Belém-Brasília.

No tocante ao recorte espacial para realização da pesquisa, este limita-se a zona intraurbana ou também denominada mancha urbana do município de Araguaína, que se desenha a partir do bairro “centro” da referida cidade. A Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN, 2012) e o Plano Diretor do ano de 2017 do município de Araguaína se referem apenas à zona urbana, que por ser muito extensa e em boa parte não habitada não interessa por completo a esta pesquisa, dito de outra maneira, as hortas pesquisadas foram identificadas e escolhidas de maneira aleatória dentro da área mais próxima ao centro, por considerar que a zona periurbana, que se localiza nos limites entre a zona urbana e rural poderia ter mais influência das práticas ligadas ao campo que da cidade, o que não conversa com o escopo pretendido para delinear a pesquisa.

Em que pese a denominação de zona urbana e rural, é importante frisar que este zoneamento é determinado por Lei municipal, uma decisão político-administrativa, dessa forma o mapa demonstra os parâmetros fixados pelo último plano diretor da cidade, quando foi delimitada a zona urbana, claramente, a demarcação é determinante para muitos fatores, especialmente para gestão pública, pois a partir desses desenhos que são traçadas as estratégias e planos de desenvolvimento, bem como são cobrados os impostos, entretanto, a zona urbana trata-se de uma área muito extensa e não é toda habitada, desse modo, para a finalidade do estudo, o perímetro escolhido está direcionado a zona central e seu entorno, denominada zona intraurbana (Figura 02).

Figura 02 – Perímetro urbano do Município de Araguaína-TO.



2.2. Classificação metodológica da pesquisa

A pesquisa científica visa a partir de um conjunto de ações conhecer um determinado assunto, e para isto são empregados procedimentos racionais e sistemáticos. Para Gil (2002, p. 42) a pesquisa tem um caráter pragmático é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Existem várias maneiras de classificar as pesquisas, e a seguir estão as formas clássicas que caracterizam este trabalho

Do ponto de vista de sua natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois para Prodanov e Freitas (2013, p. 51) este tipo “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e conhecimentos locais”. A referida pesquisa nasce com o anseio de produzir, do ponto de vista científico conhecimento de um tipo de empreendimento na cidade a partir de uma visão social da problemática proposta.

Quanto ao tipo de pesquisa com base no objetivo geral proposto, é um estudo de caráter exploratório, pois buscou maior intimidade com o problema, levando em consideração os mais variados aspectos do objeto estudado. Ademais, teve como finalidade coletar o máximo de informações sobre o objeto investigado, o que facilitou a delimitação do tema da pesquisa, bem como orientou a fixação dos objetivos, este tipo geralmente assume as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso, o que se manifesta na presente pesquisa. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão". (SELLTIZ, 1967, p. 63).

A pesquisa exploratória é flexível, busca informações sobre determinado assunto e realiza descrições precisas da situação, pois o que se almeja é descobrir as relações existentes entre seus elementos, assim ela requer um planejamento que possibilite considerar os mais diversos aspectos de uma situação, e essa estruturação está alinhada com esta investigação.

Classificando-a em relação aos procedimentos técnicos, ou seja, a maneira pela qual foram obtidos os dados, trata-se de um estudo de casos múltiplos. A proposta do estudo de caso está voltada para o estudo profundo de um ou poucos objetos de maneira que ao final se tenha um amplo e detalhado conhecimento, Gil (2002) aponta que essa modalidade é muito utilizada nas ciências sociais, e durante muito tempo o próprio rigor desse estudo e dos seus resultados foram questionados, hoje, entretanto, é considerado como adequado para investigações de fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto real, pois, nas ciências sociais a distinção entre o fenômeno e o seu contexto pode trazer grandes impasses para os pesquisadores, principalmente pelo uso de procedimentos altamente estruturados, daí então o uso crescente dessa modalidade no âmbito das ciências sociais.

Portanto, a investigação de estudo de caso é aplicável quando:

O estudo de caso consiste em coletar e analisar as informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados de sua vida, de acordo com o assunto de pesquisa. É um tipo de pesquisa qualitativa e/ou quantitativa, entendido como uma categoria de investigação que tem como objeto o estudo de uma unidade de forma aprofundada, podendo tratar-se de um sujeito, de um

grupo de pessoas, de uma comunidade etc. São necessários alguns requisitos básicos para sua realização, entre os quais, severidade, objetividade, originalidade e coerência. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 60).

Dito isso, o estudo de caso vem sendo utilizado com frequência pelos pesquisadores sociais, e pode ter variações dentro da estratégia de pesquisa. Entre essas possíveis variações, foi dada ênfase que esta modalidade pode incluir tanto estudo de caso único quanto de casos múltiplos (YIN, 2001). Em relação aos estudos de casos múltiplos, Yin (2001, p. 68) afirma que estes costumam ser mais convincentes, e o “estudo global é visto, por conseguinte, como sendo mais robusto”.

Yin (2001) afirma que uma questão essencial para se construir o estudo de casos múltiplos bem-sucedido é que estes atendam a uma lógica de replicação, e não a da amostragem, que “exige o cômputo operacional do universo ou do grupo inteiro de respondentes em potencial e, por conseguinte, o procedimento estatístico para se selecionar o subconjunto específico de respondentes que vão participar do levantamento”. (YIN, 2001, p. 70).

No que se refere a população base (o número de participantes) de uma pesquisa, este deve demonstrar um nível de representatividade, e as informações obtidas devem expressar profundidade e grau de recorrência e divergência, em outras palavras, enquanto estiverem aparecendo dados originais que indiquem novas perspectivas à investigação os métodos deverão continuar sendo aplicados.

Essa quantidade varia de acordo com o universo e objeto em pesquisa, até que o material obtido permita uma análise densa das relações estabelecidas naquele meio e a compreensão de “significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, ideias e sentimentos”. (DAUSTER, 1999, p. 2).

Como mencionado, o estudo de caso pode ser constituído tanto de um único quanto de múltiplos casos, de maneira geral, entende-se que a utilização de múltiplos casos proporciona perspectivas de contextos diferentes, o que concorre para uma pesquisa de qualidade. Para o critério de seleção no contexto da pesquisa, no caso, a determinação da quantidade de hortas que foram investigadas no contexto da zona intraurbana da cidade de Araguaína-TO foi utilizado o argumento metodológico da “saturação teórica”.

Na concepção de Eisenhardt (1989, *apud* GIL, 2002), a determinação do número de casos não pode ser fixada previamente, a não ser que o caso seja intrínseco, quando o caso constitui o próprio objeto da pesquisa, que não é o enquadramento desta investigação, o procedimento mais adequado é a adição progressiva de novos casos, até que se alcance a saturação teórica, ou seja, quando a adição de novos casos não traz um aumento significativo de informações, e embora não seja ideal estabelecer um número de casos, utiliza-se costumeiramente de quatro a dez casos. Leia-se como ‘caso’ a horta, representada por um horticultor (proprietário) nesta investigação.

Um número baixo de casos pode ser inconsistente, por outro lado, um número excessivo pode dificultar a análise das informações. E para essa multiplicidade é necessária uma metodologia mais apurada e mais tempo para coleta e análise de dados, pois serão replicadas as mesmas questões para todos os casos. (GIL, 2002).

Desse modo, a escolha de mais de uma horta foi essencial para que houvessem dados para trabalhar as proposições teóricas concebidas nesta investigação. Além disso, o estudo de caso também se propõe e possibilita um aprofundamento nas questões colocadas, o que ultrapassa um simples diagnóstico que pode acontecer com um volume de dados muito grande.

Diante da amplitude e dos desafios que este estudo se propôs, em que pese à forma de abordagem do problema proposto, a pesquisa é qualitativa, que segundo Haguette (2001) este tipo busca enfatizar as especificidades de um dado fenômeno por suas origens e razão de existência.

Outra vantagem do modelo de pesquisa qualitativa é que ele oferece uma melhor compreensão dos fatos, por possibilitar uma visão geral acerca do objeto a ser estudado (GIL, 1994). Dito de outra forma:

Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo. Nesse caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Flick (2009, p. 20) também afirma que “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”.

E neste estudo a pesquisa qualitativa mostrou-se como a mais adequada, tanto pelo problema abordado como por todo escopo metodológico seguido.

Nesse contexto, todas estas escolhas metodológicas dizem muito sobre como o caminho da pesquisa foi traçado, pois várias são as possibilidades para investigar um objeto de pesquisa, e é preciso ter muito rigor para escolher um determinado percurso e compor um estudo robusto e confiável.

2.3. Caminho da pesquisa

Para realizar o estudo de caso de hortas intraurbanas na cidade de Araguaína-TO, foi adotado o método de abordagem indutivo e dedutivo, por acreditar que estes trouxeram luz ao problema investigado. O primeiro método se caracteriza pela generalização, partindo de um ponto particular para uma questão mais ampla, como conceituado adiante:

Indução é um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas. Portanto, o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 86).

Essa generalização não decorre a *priori* das escolhas das respostas, visto que deverão ser repetidas, isso significa que a indução parte da observação de um fenômeno para chegar a uma lei geral, investigando assim a relação existente entre dois fenômenos para se generalizar (PRODANOV; FREITAS, 2013). Temos, então, que “o método indutivo procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares.” (GIL, 2002, p.10).

Dito de outra maneira, no método indutivo as generalizações são derivadas da análise da realidade concreta. Por essa orientação, observam-se os fatos ou fenômenos cujas causas deseja-se conhecer, por conseguinte, se compara estas com a finalidade de descobrir as relações existentes delas. (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Nesse sentido, conforme Gil (2002), não há como deixar de reconhecer e destacar a importância do método indutivo na constituição das ciências sociais, pois

a partir dele, estudiosos da sociedade abandonaram a postura especulativa, e se inclinaram a utilizar a observação como procedimento necessário para atingir o conhecimento científico.

O método indutivo que ajudou no caminho desta investigação, trata-se de um método de abordagem que acompanhou a pesquisa até a coleta de dados, posteriormente foi utilizado o método dedutivo por já existir material para ser trabalhado. Os dois métodos tiveram funções e especificidades distintas dentro da pesquisa:

Os dois tipos de argumentos têm finalidades diversas- O dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas; o indutivo tem o desígnio de ampliar o alcance dos conhecimentos (...). Resumindo, os argumentos indutivos aumentam o conteúdo das premissas, como o sacrifício da precisão, ao passo que os argumentos dedutivos sacrificam a ampliação do conteúdo para atingir a 'certeza'. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 92).

A seguir o conceito do método dedutivo:

O método dedutivo, de acordo com o entendimento clássico, é o método que parte do geral e, a seguir, desce ao particular. A partir de princípios, leis ou teorias consideradas verdadeiras e indiscutíveis, prediz a ocorrência de casos particulares com base na lógica. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 27).

Em outras palavras, “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.”. (GIL, 2008, p.9).

Desta forma, até que fossem colhidos os materiais para trabalhar a pesquisa o método utilizado foi o indutivo, depois de alcançar o conhecimento sobre a problemática a partir das informações obtidas e diante da possibilidade de trabalhar estas o método dedutivo funcionou como um instrumento lógico para construir as discussões, isto é, todo dedutivo parte de um indutivo, do geral para o particular, a indução foi utilizada na coleta (o que buscar) e a dedução na análise (a realidade a ser mensurada).

2.4. Procedimentos das etapas de pesquisa

A técnica ou as técnicas de pesquisas empregadas em qualquer trabalho científico são de suma importância para determinar sua validade e confiabilidade,

para tanto, foram empregadas mais de uma técnica para a coleta de dados, de forma que a complementação pelo uso de mais de um procedimento promovesse diferentes perspectivas e mais segurança no resultado, em especial essa multiplicidade se mostra muito importante e válida no estudo de casos múltiplos.

Foi realizado um levantamento bibliográfico antes da coleta de dados pelos procedimentos adiante mencionados, visto que na pesquisa qualitativa e no estudo de caso esse suporte teórico é de elevado valor, pois todas as orientações conceituais dos estudos realizados nessa temática são de extrema importância para que os dados a serem coletados por meio de outras técnicas sejam bem direcionados, em outras palavras, conhecer com profundidade o tema e suas vertentes prepara o pesquisador de forma mais adequada para ir de fato a campo.

Esse levantamento bibliográfico tem a finalidade de aproximar de maneira direta o pesquisador com todo o material já produzido de maneira escrita, dita ou filmada, inclusive conferências seguidas de debates que tenham transcrição, publicação ou gravação. (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Nesta investigação o levantamento bibliográfico não serviu como instrumento de coleta, pois nenhuma informação foi confrontada, apenas acrescentada aos instrumentos na discussão, essas referências conceituais serviram para trabalhar as questões teóricas e para proporcionar uma visão adequada sobre a problemática proposta da perspectiva científica já produzida.

Como dito, o estudo recorreu a duas modalidades de técnicas, em específico, a observação direta extensiva por meio do formulário e a observação direta intensiva, que corresponde às entrevistas.

A primeira técnica empregada foi a do formulário, para que fosse traçado um perfil dos horticultores, com informações básicas como idade, sexo, renda familiar, tempo de atividade, e também da propriedade, dentre outras. Estas informações foram quantificadas e aferidas por este método, o que não tornou a pesquisa quantitativa, pois é possível quantificar os dados em pesquisas de estudo de caso. (APÊNDICE 1).

Para Selltiz (1967, p. 172), o formulário “é o nome geral usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador numa situação face a face com outra pessoa”. Foram realizadas perguntas abertas e fechadas nessa etapa.

As perguntas foram divididas em 5 blocos de acordo com sua natureza, compondo 41 perguntas realizadas de maneira sucinta dada a própria técnica do formulário que é descritiva, tendo alternativas ou sendo para respostas breves, redigidas no formulário impresso previamente, podendo ser preenchidas pelo entrevistado(a) ou pelo(a) entrevistador(a), o que mais conveniente fosse para o participante.

A segunda técnica empregada foi a entrevista, Yin (2001) a descreve como uma das seis fontes principais de evidencia no estudo de caso, pois, de maneira geral, este tipo de coleta de dados é essencial para constituição de fundamentos, principalmente porque a maioria dos estudos de caso trata de questões humanas. (APÊNDICE 2).

A entrevista se caracteriza como “um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social (...). Alguns autores consideram a entrevista como instrumento por excelência da investigação social”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 195-196).

O roteiro de entrevista foi a técnica principal utilizada, Marconi e Lakatos (2003) consideram essa técnica como fundamental na pesquisa social. A entrevista foi escolhida porque proporcionou o encontro da pesquisadora com os participantes, o que levou a obter informações diretamente da fonte. Permitindo alteridade, pois com acúmulo de informações coletadas, houve uma indução a pensar em alguns momentos como o investigado, o que é de grande valia para interpretação dos dados a partir de um entendimento mais amplo da perspectiva do entrevistado.

O roteiro de entrevista tem inúmeras vantagens: permite obter informações de pessoas analfabetas; fornece informações completas de pessoas não instruídas; oferece flexibilidade ao pesquisador ao ponto de repetir as perguntas até o sujeito compreendê-las; oportuniza que o pesquisador faça a leitura da postura do entrevistado; é fonte de informações não documentadas e precisas; e, por fim permite quantificação e tratamento estatístico. (MARCONI; LAKATOS, 2003).

As entrevistas poderiam ser realizadas de três maneiras, entrevistas estruturadas, não estruturadas ou semiestruturadas. Entendeu-se que a semiestruturada adequou-se mais a pesquisa em questão, pois foram formuladas perguntas-chaves a todos os participantes sobre o tema a ser investigado, e a medida que foram sendo esclarecedoras poderiam surgir outras perguntas no decorrer da coleta.

Para Triviños (1987) a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas perguntas surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal é colocado pelo investigador-entrevistador.

Complementa o autor, afirmando que a entrevista semiestruturada “(...) favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Sendo assim, a pesquisa semiestruturada ofereceu maior flexibilidade na investigação, pois a partir de perguntas bases para que se alcançasse o objetivo, foi possível também formular perguntas que agregaram na pesquisa. Dessa forma, Manzini (2003) salienta que é possível um planejamento da coleta de informações por meio da elaboração de um roteiro com perguntas que atinjam os objetivos pretendidos. O roteiro serve então para além de coletar as informações básicas, como um meio para o pesquisador se organizar para o processo de interação com o informante. Foram sete perguntas bases realizadas, sendo as respostas gravadas em equipamento de áudio (gravador).

A abordagem foi individual para cada participante, sendo o local para realização de escolha deste, para que se sentisse o mais confortável possível, podendo ser no seu empreendimento ou residência, e caso ainda não quisesse realizá-lo em nenhum destes ambientes, foi oferecida a opção de ser ouvido no Núcleo de Desenvolvimento e Práticas Sociais (NUDEPS) na Universidade Federal do Tocantins (UFT) (Araguaína-TO), Câmpus Cimba, um ambiente reservado e adequado para as entrevistas, sendo o pagamento do transporte financiado pelo orçamento da pesquisa de custeio próprio da autora. Todas as coletas de dados foram realizadas nos empreendimentos.

Os dois procedimentos de coleta foram aplicados na mesma oportunidade, entre os dias 02/09/2019 a 16/09/2019, levando em conta a maior comodidade para o entrevistado, bem como a ocorrência de qualquer imprevisto de força maior ou alheio à vontade do entrevistador ou do entrevistado, ocasionando no agendamento de outra coleta, o que não foi necessário em nenhum caso. O tempo de duração da aplicação dos dois instrumentos de pesquisa variou de 12 a 29 minutos, sendo a média auferida em 18 minutos.

No ato da realização da entrevista e do preenchimento do formulário, foi entregue um documento para o entrevistado chamado Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE) para a leitura e assinatura, no caso de aceitação, para esclarecê-lo sobre a relevância de suas respostas para tal estudo, bem como de todos os procedimentos que envolvem a pesquisa com seres humanos, conforme a resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466/2012. (APÊNDICE 3).

É importante ressaltar que a abordagem dos participantes da pesquisa foi orientada pelos princípios éticos recomendados pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que envolve humanos, e aprovada segundo parecer nº 3.914.879 (ANEXO 1).

Desse modo, por meio do formulário e da entrevista semiestruturada foi possível coletar os dados relacionados ao problema de pesquisa, seus pressupostos, e para que os objetivos propostos fossem alcançados. Essas informações coletadas por meio destes procedimentos foram recortadas, codificadas e tabuladas e depois analisadas e interpretadas para ser juntamente com a teoria base, responsável pela compreensão do objeto em estudo

2.5. Seleção da amostragem

Dado o tipo de pesquisa qualitativa e os instrumentos de coleta de dados, a saber, formulário e a entrevista, critérios foram estabelecidos para selecionar os participantes da pesquisa, pois, essa amostragem interferiria diretamente na qualidade das informações que compuseram a análise, e conseqüentemente na compreensão do problema delineado.

Os casos foram escolhidos de maneira intencional dentro do universo probabilístico da pesquisa, isto porque, inicialmente foi realizado um contato prévio com os horticultores para que antes do convite para a participação da pesquisa fosse perguntado se o possível investigado atendia aos critérios mínimos para contribuir com a pesquisa, com o intuito de que os dados coletados fossem suficientes para que a problemática e os objetivos fossem alcançados, não no sentido de confirmar as proposições, e sim de ter respostas para todos os questionamentos.

Os critérios estabelecidos previamente para que os horticultores pudessem participar foram: o empreendimento deveria estar localizado no perímetro intraurbano, promovendo um recorte espacial dada a própria temática proposta; os

horticultores entrevistados fossem proprietários do empreendimento, independentemente da relação de propriedade que mantinham com a terra, ou seja, o local poderia ser próprio, alugado, arrendado e etc., pois assim os dados gerariam maior compreensão sobre todas as funcionalidades do empreendimento; o horticultor deveria além de ter interesse em participar da pesquisa ser maior de 18 anos e capaz; ter pelo menos dois anos de atividade no ramo em questão, levando em consideração que ainda que seja uma cultura de ciclo curto, este prazo seria adequado para que o entrevistado tivesse uma experiência razoável com a prática; e, que o empreendimento fosse sua única ou principal fonte de renda, pois, a própria teoria estabelece a renda como muito importante na construção do que se concebe como desenvolvimento, e se a horta é tratada como um instrumento potencial nesta perspectiva, deveria ser a principal atividade laboral do entrevistado.

Deste modo, preenchidos estes requisitos básicos, estes horticultores poderiam oferecer dados suficientes para serem analisados nesta temática. Na primeira visita os horticultores foram perguntados sobre seu possível encaixe nos critérios e seu interesse de participação, e este procedimento foi realizado de maneira aleatória a partir das hortas conhecidas de maneira geral na cidade, como dito anteriormente foi intencional no sentido de estabelecer critérios básicos e não de já existirem objetos escolhidos.

Nesta visita prévia na horta foi informado também de forma breve sobre a temática da pesquisa, sua relevância social e os meios de coleta de dados, e nos casos de preenchimento dos critérios e concordância em participar da pesquisa foi marcada de acordo com o interesse e disponibilidade do horticultor o dia e hora mais apropriado para a coleta. A aceitação da pesquisa foi muito positiva em todos os casos, inicialmente alguns tiveram o receio sobre para onde iriam estes dados coletados, principalmente porque alguns dos entrevistados recebem benefício pecuniário público (de diferentes naturezas) e todos mantem o empreendimento de maneira informal, e depois de sanadas todas as dúvidas, todas as perguntas propostas foram respondidas.

2.6. Elaboração dos dados

Após a coleta de dados, realizou-se de acordo com os procedimentos indicados anteriormente, a elaboração e classificação de forma sistêmica, isto é, os dados foram selecionados, codificados e tabulados, como bem explicitado adiante:

- a) Seleção. É o exame minucioso dos dados. De posse do material coletado, o pesquisador deve submetê-lo a uma verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros, evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que podem prejudicar o resultado da pesquisa.
- b) Codificação. É a técnica operacional utilizada para categorizar os dados que se relacionam. Mediante a codificação, os dados são transformados em símbolos, podendo ser tabelados e contados. A codificação divide-se em duas partes: 1. Classificação dos dados, agrupando-os sob determinadas categorias; 2. Atribuição de um código, número ou letra, tendo cada um deles um significado. Codificar que dizer transformar o que é qualitativo em quantitativo, para facilitar não só a tabulação dos dados, mas também a comunicação.
- c) Tabulação. É a disposição dos dados em tabelas, possibilitando maior facilidade na verificação das inter-relações entre eles. É uma parte do processo técnico de análise estatística, que permite sintetizar os dados de observação, conseguidos pelas diferentes categorias e representá-los graficamente. (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 167-168).

A pesquisa em questão tem duas categorias teóricas, quais sejam a agricultura urbana e a construção do que é concebido nesta escrita como desenvolvimento dada à problemática, as categorias de análise estão dispostas na análise dos dados coletados a partir das entrevistas.

2.7 Caracterização dos procedimentos de análise

Após a seleção, codificação e tabulação dos dados foi realizada a análise, por se tratarem de duas técnicas diferentes, foram utilizados instrumentos de análise distintos. O intuito do formulário é descrever o perfil do objeto de estudo, leia-se os horticultores e a propriedade, e a entrevista semiestruturada somada a caracterização que os formulários trouxeram, construirão bases para responder a problemática.

Para análise dos dados obtidos por meio dos formulários foi empregada a análise estatística, o que não tornou a pesquisa quantitativa, pois os formulários foram aplicados para todos os participantes da pesquisa, e este serviu para caucionar a entrevista. Esse modelo de análise se demonstra adequado para os tipos de perguntas formuladas nessa técnica, implicando no processamento de dados por meio da geração, da apresentação e da interpretação. Para mensuração foi utilizada a escala nominal, por se tratar, segundo Morais (2005) de um nível mais básico de distribuição das características dos indivíduos, a partir da frequência com que eles ocorrem.

As escalas nominais são classificativas, o que permite descrever variáveis sobre os participantes, sem precisar quantificar. A escala nominal é uma simples lista de diferentes posições que pode ser adotada pela variável, sem que seja definido qualquer relação de ordem. (MORAIS, 2005).

Nesse tipo de escala as observações são divididas em categorias segundo um ou mais dos seus atributos. Desse modo, é possível obter registros essencialmente qualitativos, referentes ao tipo de participante, de objeto ou de acontecimentos. As variáveis postas em escala nominal podem ser comparadas utilizando, apenas, as relações de igualdade ou diferença, os números atribuídos as variáveis servem como identificação ou para associação a uma determinada categoria, como por exemplo, estado civil, sexo e idade. (MORAIS, 2005).

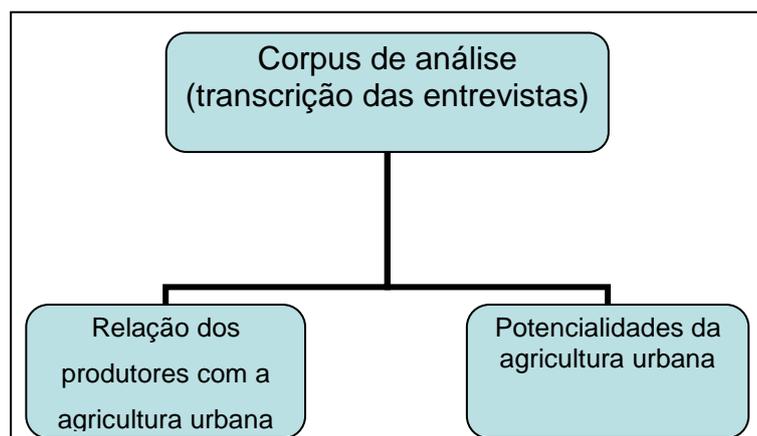
Para análise das entrevistas semiestruturadas foi utilizada a análise de conteúdo, a partir das concepções teóricas de Laurence Bardin, por contemplar determinadas características metodológicas: objetividade, sistematização e inferência. Segundo Bardin (2011), a análise de conteúdo representa um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens, bem como, proporciona a captura com mais profundidade daquilo que o entrevistado expressa.

Existem várias modalidades de análise de conteúdo, e neste estudo será empregada a análise categorial, nas palavras de Bardin (2011, p. 153) “no conjunto das técnicas da análise de conteúdo [...] é a mais antiga; na prática é a mais utilizada. Funciona por operações de desmembramento do texto em unidades de registro em categoria, e a partir dessas unidades que se faz a segmentação do conjunto do texto, podendo ser uma palavra, frase ou parágrafo (OLIVEIRA, 2008).

Essa técnica se aplica em três fases: (1) pré análise, (2) exploração do material, e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A primeira se consolida com a escolha do material que será analisado, é uma atividade que culmina na constituição de um *corpus*. Na segunda etapa os dados são modificados e unidos pelas unidades, e na última fase, os dados são tratados por meio de quantificação simples ou complexa. (BARDIN, 2011).

Logo após a realização das entrevistas, os arquivos de áudio foram ouvidos e as unidades de registro foram separadas de acordo com a categoria da qual fazia parte, e agrupadas em duas categorias de análise, conforme Figura 03 abaixo.

Figura 03 - Categorias definidas para o agrupamento das Unidades de Registro



Fonte: Elaborado pela autora

As entrevistas foram transcritas sempre respeitando o linguajar de cada entrevistado, de acordo com o que preceitua o método de análise utilizado, assim as palavras faladas em discordância com as normas ortográficas e gramaticais da língua portuguesa, não foram corrigidas na transcrição, foi utilizado apenas o símbolo [...] nas supressões propositais de parte da fala, realizadas para condensar o texto, e ao mesmo tempo não prejudicar a mensagem do entrevistado.

Por fim, ainda que na análise conteúdo seja permitido o uso de técnicas estatísticas, como a frequência de aparições de termos até a análise fatorial, neste estudo foi priorizado a análise qualitativa. Essa análise “considera a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou conjunto de características num determinado fragmento da mensagem” (CAREGNATO; MUTTI, 2006), desse modo, não foi realizada a análise de frequência no conteúdo.

Após o agrupamento das unidades de registros os dados foram analisados. Primeiramente, procurou-se encontrar as relações nas falas dos horticultores para compreender a relação destes com a agricultura e as liberdades e capacidades representativas de bem-estar referenciadas no escopo teórico aqui levantado, em

seguida ampliou-se para outras capacitações identificadas pelo pesquisador nos relatos.

3 AGRICULTURA URBANA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO DE HORTICULTORES EM ARAGUAÍNA-TO

De acordo com o recorte estabelecido a partir dos critérios já mencionados, as hortas foram selecionadas primeiramente dada a sua localização, e depois antes do convite para a participação da pesquisa foram realizadas perguntas a fim de que se confirmasse se o produtor era maior de dezoito anos, proprietário do empreendimento, tinha mais de dois anos de atividade no ramo e se o empreendimento era a sua única ou principal fonte de renda. Desse modo, preenchidos estes requisitos básicos, foi indagado sobre o interesse em participação e todos os casos foram afirmativos no sentido de contribuir com esta pesquisa e, por conseguinte foi aplicado o formulário e realizada a entrevista.

Os dados foram analisados a partir da perspectiva de desenvolvimento proposta por Amartya Sen, já disposta no decorrer deste trabalho, relacionando o desenvolvimento à ampliação das liberdades instrumentais, em especial nessa construção será dimensionada as oportunidades sociais, que se referem às problemáticas ligadas a educação, saúde, acesso ao saneamento básico, dentre outras, o que tem relação direta com as condições de vida que as pessoas têm e a capacidade de escolher a vida que desejam levar.

3.1. Dados gerais sobre as hortas pesquisadas

Os resultados são baseados em dois instrumentos de coleta de dados, anteriormente descritos na metodologia, primeiramente foi aplicado o formulário de cunho descritivo, separado em cinco partes, iniciando com indagações para traçar um perfil do horticultor, seguido por perguntas em relação ao núcleo familiar, condições sanitárias, condições de saúde e características da propriedade. Objetivou-se com isso retratar a situação socioeconômica do entrevistado e os recursos e bens aos quais tem acesso.

E o segundo instrumento foi a entrevista semiestruturada, com sete perguntas, que se referiram a relação do entrevistado com a atividade e os aspectos que envolvem esse tipo de empreendimento. Foram aplicados os formulários e realizadas as entrevistas com um representante de cada horta, totalizando 8 (oito)

participantes. Para não identificar os entrevistados, sempre que forem mencionados, os horticultores serão nomeados com a letra H (para indicar cada horta), seguido do número da sequência da entrevista, assim sendo a primeira será H1 e a última H8.

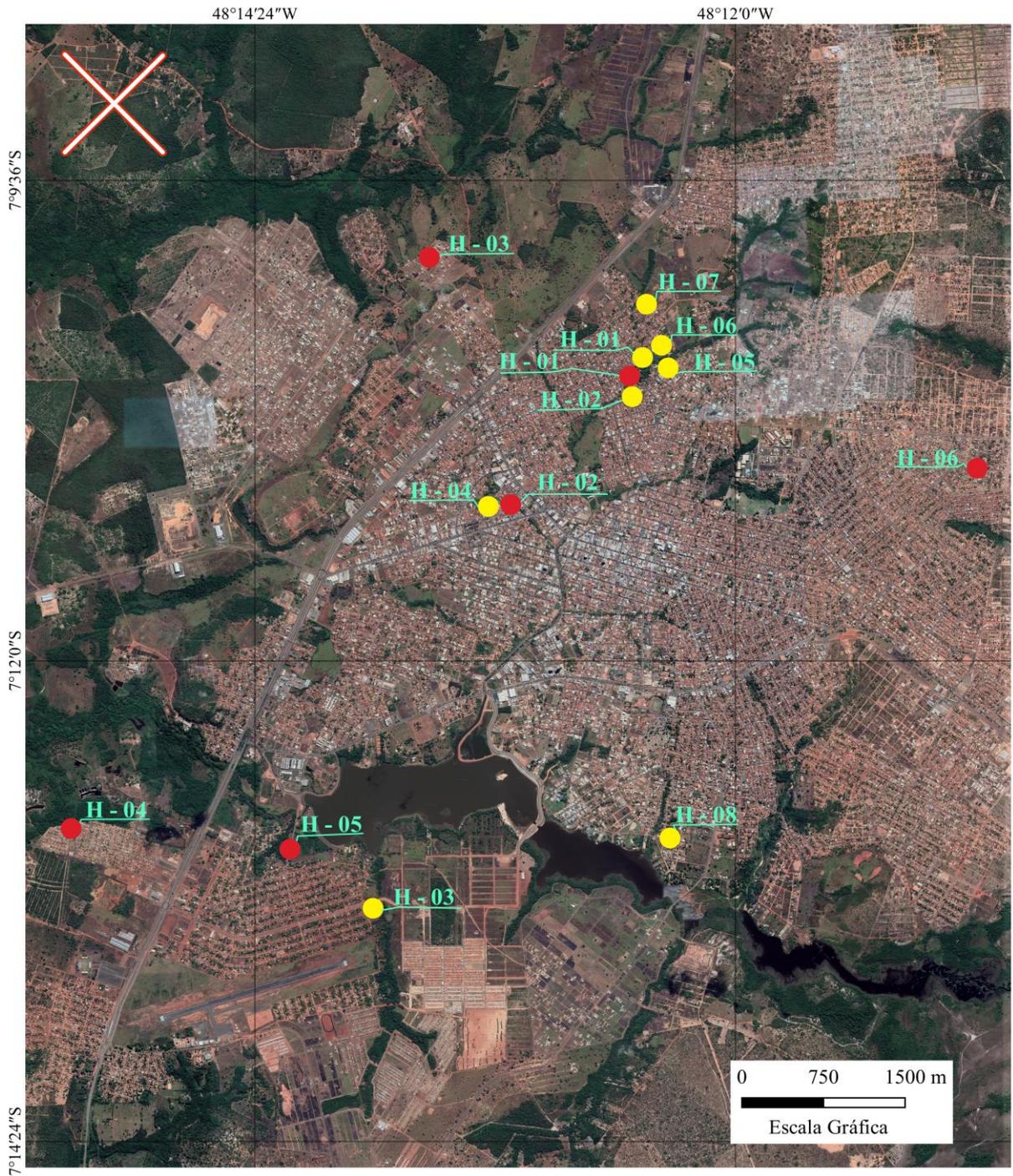
A figura 04 demonstra a localização das hortas pesquisadas, bem como daquelas que não foram selecionadas. No caso dessas últimas, por não atender o mesmo critério da questão da renda, isso porque, eram pequenas produções que figuravam como um complemento de renda e suporte para alimentação, e por não ser a atividade principal do horticultor poderia não construir um perfil representativo daqueles que dependem desse tipo de produção.

Este fato é muito importante ser mencionado, pois, a agricultura urbana se desenvolve nos mais variados espaços e de maneiras distintas, reiterando o que já foi dito sobre a agricultura ser uma prática presente no contexto urbano, com diferentes ganhos, em especial no local pesquisado.

É importante ainda mencionar, sobre a localização dessas hortas, que não foram encontrados dados que tragam informações como a renda local dos bairros onde se encontram o empreendimento, estrutura pública e etc., que possam estabelecer um ponto comum que as relacione, no entanto, foi possível observar a partir das visitas de campo, que não são áreas centralizadas, e que no entorno da região das hortas a paisagem dos lotes vazios se repete, e quanto mais distante do centro, maiores são as produções e menores os valores da propriedade, seja pra arrendamento ou compra do terreno, e em todas as hortas pesquisadas havia algum tipo de benfeitoria pública, como posteriormente vai ser dimensionado nos dados coletados.

O mapa a seguir identifica quais hortas foram pesquisadas e quais não foram, para demonstrar que os critérios estabelecidos foram utilizados e que houve hortas não pesquisadas por não atenderem tais critérios, bem como para especializar as hortas identificadas.

Figura 04 – Localização das hortas selecionadas e não selecionadas na pesquisa.



LEGENDA	
●	Horta Não Pesquisada Área Urbana de Araguaína
●	Horta Pesquisada Área Urbana de Araguaína

Fonte: SEPLAN-TO (2012);(IBGE-2010);Projeção/
 DATUM: Geografica/SIRGAS 2000; Elaboração
 Gráfica: FRANÇA, Andison (09/19)

Adiante as fotos das hortas, na ordem em que foi realizada a coleta de dados, sendo uma imagem para cada local pesquisado demonstrando a plantação, sendo possível observar que todas mantem semelhanças na maneira como os canteiros são organizados.

Figura 05 – Fotografia da Horta H1, localizada no Setor Couto Magalhães.



Fonte: Autora, setembro, 2019.

Figura 06 – Fotografia da Horta H2, localizada no Setor Couto Magalhães.



Fonte: Autora, setembro, 2019.

Figura 07 – Fotografia da Horta H3, localizada no Loteamento Nova Araguaína.



Fonte: Autora, Setembro, 2019.

Figura 08 – Fotografia da Horta H4, localizada no Setor Rodoviário.



Fonte: Autora, Setembro, 2019.

Figura 09 – Fotografia da Horta H5, localizada no Setor Brasil.



Fonte: Autora, Setembro, 2019.

Figura 10 – Fotografia da Horta H6, localizada no Setor Couto Magalhães.



Fonte: Autora, Setembro, 2019.

Figura 11 – Fotografia da Horta H7, localizada no Setor Noroeste.



Fonte: Autora, Setembro, 2019.

Figura 12 – Fotografia da Horta H8, localizada no Setor Jardim Paulista.



Fonte: Autora, Setembro, 2019.

3.2 Perfil socioeconômico dos horticultores

Os primeiros dados obtidos a partir do formulário aplicado, além de traçar um perfil dos produtores, também caracterizam as condições de vida destes, e isso é relevante tanto para entender o que a renda representa para o entrevistado e seu núcleo familiar, bem como, quais as prioridades elegidas para configurar seu bem-estar, considerando o que cada um julga como importante e possível na sua vida.

Os entrevistados em maioria foram do sexo feminino (62,5%) e o restante do sexo masculino (37,5%). Quanto ao estado Civil, são solteiros (50%), casados (37,5%) ou vivem em união estável (12,5%). A idade variou entre 34 e 64 anos, sendo a média de 49,3 anos de idade.

No que se refere à escolaridade, referiram-se a não alfabetizado (25%), alfabetizado (12,5%), ensino fundamental incompleto (25%), ensino médio incompleto (12,5%) e ensino médio completo (25%), o que se apresenta como um dado preocupante, pois em maioria os entrevistados não chegaram a concluir o ensino fundamental, tampouco, nenhum destes tinha ensino superior ou algum curso técnico (Tabela 1).

Tabela 1. Escolaridade dos Horticultores no Município de Araguaína-TO.

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem %
Não Alfabetizado	2	25
Alfabetizado	1	12,5
Ensino Fundamental Incompleto	2	25
Ensino Médio Incompleto	1	12,5
Ensino médio Completo	2	25

Fonte: Autora, 2019.

Neste ponto, a média da idade e a escolaridade são dados que irão acrescentar a algumas proposituras advindas das entrevistas, e ajudam também a entender como e porque algumas destas pessoas foram levadas a prática da agricultura.

Discorrer sobre a educação é muito importante, motivado pelos próprios dados que apontam que em grande maioria, os agricultores não chegaram a concluir o ensino médio, e nenhum cursou ensino superior, como dito. A educação formal é uma das maneiras de adquirir conhecimento, e ainda que não esteja especificamente ligada à prática da agricultura urbana, no sentido da horticultura em si, é muito válido trabalhar competências em outras áreas para melhor desenvolver o empreendimento.

Outro tipo de conhecimento que muito contribuiria neste sentido seria o técnico, ligado às especificidades da prática do plantio, manipulação dos alimentos, contaminação, irrigação, proteção do solo, uso de defensivos e tantos outros ensinamentos que se comunicam com a agricultura. Ademais, quando se trata de um empreendimento, a gestão, ainda que de um pequeno negócio também se enriquece com a instrução adequada.

Em especial, quando se discute as oportunidades sociais propostas por Sen (2010), a educação é um dos pilares dessa liberdade instrumental, e de forma geral é uma maneira de leitura junto com outros fatores que levam a caracterizar a presença ou não do desenvolvimento dentro de uma sociedade.

No mesmo sentido, Sen (1993), traz asserções que valoram a educação no processo de desenvolvimento, como disposto adiante:

Na distinção entre efetivações e capacidades, a ênfase recai na importância de se dispor de liberdade de escolher um tipo de vida e não outro. Essa ênfase distingue o enfoque das capacidades das avaliações baseadas apenas em realizações. Contudo, a capacidade de exercer a liberdade pode depender diretamente, em grande medida, da educação recebida, e assim sendo o desenvolvimento do setor da educação pode ter uma conexão fundacional com o enfoque da capacidade. De fato, a expansão educacional tem vários papéis que devem ser cuidadosamente diferenciados. Em primeiro Lugar, melhor educação pode aumentar a produtividade. Segundo uma distribuição ampla do benefício educacional pode contribuir para uma melhor distribuição de renda nacional agregada entre pessoas. Terceiro, melhor educação pode ajudar na conversão de rendas e recursos em funções e modos de vida diversos. Por último (o que de modo algum significa menos importante) a educação também auxilia na escolha inteligente entre diferentes tipos de vida que uma pessoa pode levar. Todas essas distintas influências podem afetar importantemente o desenvolvimento de capacidades valiosas e, por isso mesmo, o processo de desenvolvimento humano. (SEN, 1993, p. 5).

Essa fala do autor corrobora com todo o arcabouço teórico já levantado, no sentido de que, liberdade envolve responsabilidade, e escolha envolve resultados, sejam eles bons ou ruins, e saber escolher também é determinante neste sentido, pois, de nada adianta ter um instrumento em mãos sem saber utilizá-lo, ou ainda, não priorizar certas coisas como sendo importantes para manter uma vida digna pela falta de conhecimento, como o simples fato de ter água potável e seus benefícios.

O autor ainda acrescenta no mesmo sentido que todo aquele que carece de leitura, compreensão e entendimento do ponto de vista educacional está em desvantagem para o alcance da liberdade, o que impossibilita o processo para que este se torne agente de suas próprias escolhas de vida, e ainda afirma:

Não estar apto a ler ou escrever, ou contar e se comunicar, é um meio de privação [...]. Qualquer país que negligência a educação fundamental tende a fadar suas pessoas analfabetas ao acesso adequado às oportunidades do comércio global. (SEN, 2003, p. 21-22).

Desse modo, resta claro, que relacionando as oportunidades sociais e as estruturas básicas, no aspecto educacional, estes produtores estão em desigualdade, o que não pode ser considerado um fator determinante, pois existem outros, mas é importante pontuar todos na medida em que aparecerem pois cada um influencia no processo como um todo.

Acerca da renda obtida apenas com a horta, os entrevistados alegaram que se trata de uma atividade com lucro mensal variável e informaram uma média que pode sofrer alterações a depender de fatores como clima, pragas, vendas e etc.

Neste primeiro ponto, serão mescladas as informações da primeira e da segunda parte do formulário, para melhor trabalhar os dados concernentes ao entrevistado e seu núcleo familiar.

Verificou-se rendas entre R\$ 1.000,00 a R\$ 2.800,00, obtidas apenas com a horta, sendo a média fixada em R\$ 1.987,50. Alguns destes produtores (37,5%) recebem outro tipo de renda, sendo 25% advindos de aposentadoria no valor de um salário mínimo vigente R\$ 1045,00 e outra parte (12,5%) com a venda de outros produtos informada em R\$ 600,00 (Tabela 2).

Tabela 2. Renda individual dos produtores obtida apenas com a horta no município de Araguaína-TO.

Renda Individual	Quantidade	Porcentagem %
Até mil reais	1	12,5
Entre mil e dois mil reais	4	50
Entre dois e três mil reais	3	37,5

Fonte: Autora, 2019.

O primeiro ponto a salientar é o valor dos rendimentos, como dito anteriormente, o valor médio da renda mensal estimada pelo IBGE para o ano de 2017 dos trabalhadores formais na cidade de Araguaína é de 2,1 salários mínimos, o que equivale a R\$ 2.095,80 (salário mínimo na época da coleta dos dados) valor que se aproxima da média apurada com os dados obtidos, isso é um fator relevante, pois todos os entrevistados alegaram trabalhar de maneira informal. (IBGE,2019).

Outra comparação pode ser realizada entre a variante de escolaridade e renda, é possível pressupor, que estes horticultores são melhores remunerados pela agricultura que seriam pelo trabalho formal, dada a baixa escolaridade e a falta de instrução técnica exigida para as profissões que melhor pagam os trabalhadores, e nas entrevistas é um ponto forte mencionado pelos horticultores que se exercessem trabalhos de outras naturezas não seriam tão bem remunerados.

Em se tratando de renda, é indispensável também além de dialogar sobre os ganhos individuais, também compreender qual a sua importância e contribuição no núcleo familiar, porque, uma renda alta poderia oferecer um falso entendimento sobre o poder de compra, por exemplo, se tal pessoa fosse responsável por custear

toda sua família, a análise estaria falha, então para melhor avaliar, são trazidos ao texto os dados sobre a renda familiar.

Sobre a composição do núcleo familiar, os moradores vão de um a cinco (incluindo o entrevistado), especificamente um (25%), dois (12,5%), três (25%) e cinco (37,5%). A renda familiar variou de R\$ 1.200,00 a R\$ 4.000,00, sendo a média R\$ 2.850,00. Em quase maioria (87,5%) são os horticultores que mais contribuem no orçamento familiar. A exceção dos que residem sozinhos (25%), foi informado que em todas as outras famílias (75%) havia mais uma pessoa que contribuía no orçamento familiar, e os demais por desemprego ou por serem crianças não tinham renda, e nenhum entrevistado relatou que recebe auxílio governamental (de natureza familiar, como o bolsa família, por exemplo). (Tabela 3).

Tabela 3. Renda familiar incluindo o produtor.

Renda familiar	Quantidade	Porcentagem %
Até dois mil reais	1	12,50
Entre dois e três mil reais	4	50,00
Entre três e quatro mil reais	3	37,50

Fonte: Autora, 2019.

Dimensionar o núcleo familiar é muito significativo, pois foi observado que em grande maioria a renda é advinda das hortas, os entrevistados responderam que são os que mais contribuem para o orçamento familiar (75%), seguido dos que informaram ser seus cônjuges que mais colaboram (25%).

A renda como já aludido em linhas anteriores, têm relação estreita com as questões que implicam em maior liberdade e desenvolvimento. Por vezes, existe uma ideia de que a busca de renda é menosprezada no processo de desenvolvimento, e contrariamente a isso a teoria Seniana explica que o menos assertivo é priorizar apenas a renda, mas que ela é muito importante para os objetivos que o desenvolvimento deseja atingir.

Existe uma ligação, entre a liberdade, as rendas e riquezas, as realizações, mercadorias, capacidades e a possibilidade de viver como queira, todavia, o elo pode ser mais forte ou mais fraco entre estes instrumentos quando se discute desenvolvimento, e a liberdade é influenciada por outras circunstâncias.

As rendas e as riquezas permitem de certa forma um aumento de algumas liberdades substantivas, mas não todas. O capital não é tão forte ao ponto de dissipar todos os outros agentes envolvidos, dessa forma Sen (2010), trata a riqueza como um mecanismo muito útil, mais que tem uma relação com restrições em que pese às condições de vida das pessoas.

Neste contexto, o nível de riqueza de uma pessoa pode dizer uma fração daquilo que ela pode alcançar, mas as realizações dependem de outros instrumentos sejam físicos ou sociais que além de afetar todos numa comunidade são os vetores do que de fato é possível ser. Como anteriormente dito, não ter ou ter baixo grau de educação formal, como verificado, por exemplo, nos dados desta pesquisa, pode ser um desses instrumentos que afetam os objetivos perquiridos pelo aumento da liberdade e capacidade.

Transformar a renda naquilo que se valoriza pode ser uma tarefa difícil, se seu país for vítima de boicote econômico, certos bens não estarão à disposição para compra, se a pessoa não tem estruturas básicas para sobreviver nos primeiros dias de vida, não há que se falar em oportunidades, pois a primeira de viver lhe foi cerceada, então, deve ser considerado que a renda é sim uma forma de atingir os fins que se almeja, ou melhor, ela também integra a ideia de oportunidade social e capacidade, mas é preciso ter em mente os outros meios e todas as variações e características que fazem parte deste processo. (SEN, 2017).

Um tópico proposto no livro “Desigualdade Reexaminada” de Sen retrata bem esse ponto do debate “Liberdade distinguida de recursos”. Nesta oportunidade o autor aduz que a renda ou o conjunto orçamentário reflete uma parte da extensão da liberdade em relação ao consumo de mercadorias, ou seja, os recursos dizem sobre a quantidade de bens que é possível adquirir, mas é indispensável diferenciar os recursos que auxiliam a obter a liberdade e o tamanho da liberdade em si, então há uma distinção clara entre realização, recursos e meios para liberdade. (SEN, 2017).

Uma concepção adequada de desenvolvimento, e na teoria Seniana este se consubstancia por meio das liberdades, reconhece o valor da riqueza, e vai além disso extrapolando a visão de indicadores econômicos, que dizem muito sobre a riqueza de um país, entretanto, não constroem uma visão concreta de seu povo e suas necessidades, como aponta o autor: “A abordagem do ‘desenvolvimento como liberdade’ tem implicações muito abrangentes não só para os objetivos supremos do

desenvolvimento, mas também para os processos e procedimentos que têm de ser respeitados.”. (SEN, 2010, p. 51).

Continuando com os dados sobre esta caracterização, no que se refere às condições de habitação, inferiu-se dois tipos, são moradias próprias já quitadas ou cedidas/emprestadas. Os atributos que melhor descrevem o imóvel questionados foram sobre o acabamento (reboco, pintura, piso e etc.), luz elétrica, a existência de muro, localização em rua asfaltada, banheiro dentro ou fora de casa, cobertura em laje ou telha, piso cerâmico ou de cimento (Tabela 4).

Tabela 4. Caracterização do tipo e condições de Moradia dos horticultores do município de Araguaína-TO.

Relação de propriedade do imóvel	Quantidade	Porcentagem %
Emprestada ou cedida	2	25,00
Própria já quitada	6	75,00
Atributos que descrevem a casa		%
Com acabamento (reboco, pintura e piso)	8	100,00
Luz elétrica	8	100,00
Muro	6	75,00
Sem muro	2	25,00
Localizada em rua asfaltada	5	62,65
Localizada em rua não asfaltada	3	37,50
Banheiro dentro de casa	7	87,50
Banheiro fora de casa	1	12,50
Cobertura		%
Telha cerâmica	6	75,00
Laje	2	25,00
Piso		%
Cerâmico	6	75,00
Cimento	2	25,00

Fonte: Autora, 2019.

Sobre os bens que integram a casa do entrevistado, foi relatado a existência de automóvel, motocicleta, aparelho de televisão, vídeo cassete, DVD ou *blu-ray*, computador ou notebook, ar-condicionado, máquina de lavar/tanquinho, geladeira,

acesso à internet, serviço de TV por assinatura, e em nenhuma dessas casas tem funcionária/empregada mensalista (Tabela 5).

Tabela 5. Lista de bens que compõem a estrutura da moradia.

Relação de bens	Pessoas que possuem	Porcentagem %
Automóvel	6	75,00
Motocicleta	4	50,00
Televisão	7	87,50
Vídeo cassete, DVD ou blu-ray	2	25,00
Computador ou notebook	3	37,50
Ar-condicionado	2	25,00
Máquina de lavar ou tanquinho	7	87,50
Geladeira	8	100,00
Fogão	8	100,00
Telefone fixo	2	25,00
Telefone celular	8	100
Acesso à internet	3	37,50

Fonte: Autora, 2019.

Estes bens descrevem a estrutura física de habitação da qual o produtor e sua família dispõem, ou seja, a aplicação de seus recursos, o que não é o instrumento de avaliação, mas compõe o processo da liberdade, como bem dimensionado:

Se estamos interessados na liberdade de escolha, então temos de considerar as escolhas que uma pessoa de fato tem, e necessitamos pressupor que os mesmos resultados seriam obtidos levando-se em conta os recursos sobre os quais essa pessoa tem controle. (SEN, 2017, p. 76)

Em outras palavras, o autor dispõe que quando menciona a liberdade de escolha, a ideia é que independente dos recursos que as pessoas controlam, as mesmas escolhas estariam disponíveis para estas.

Em que pese às oportunidades reais ou substantivas imbuídas no processo de liberdade, estas dizem não apenas sobre o quesito renda, (que é indispensável e sua falta é uma limitação de alternativas, objetivos e predileção) para fazer ou deixar

de fazer algo, falam também sobre a capacidade e seu poder para formar, escolher, buscar ou abandonar objetivos, sem estes poderes não há que se falar em escolha pura/legítima. (SEN, 2017).

Estes bens não servem por si só de fonte para analisar a proposta de desenvolvimento concebida por Sen, isto porque, se a propositura teórica se relaciona com a expansão das liberdades e o aumento da capacidade, e nomeadamente nesta análise às oportunidades sociais, estes bens integram o processo, mas não servem unicamente como base avaliatória.

Justifica-se a inclusão de perguntas deste gênero para melhor problematizar a condição de vida dos entrevistados, porque não importa a quantidade de bens em si, e sim as circunstâncias gerais relacionadas ao modo como vivem.

Desse modo, resta claro que a renda dos horticultores está na média dos trabalhadores formais, e dispendo cada uma, algumas estão acima da média, o que vem a reforçar que a prática pode figurar como um meio de mudança social, para incluir uma parcela da população que por vezes não está economicamente ativa. Os bens que a grande maioria tem, reforçam essa ideia também de renda.

Por se tratar de uma modalidade exercida de maneira tímida (em relação à produção em escala) dentro do mercado, é uma oportunidade diferente que pode abranger um grupo com conhecimentos sobre a agricultura, que não são alvo dos tipos de empreendimento que de forma massiva ocupam economicamente o mercado da cidade.

3.3. Condições sanitárias e de saúde

Os entrevistados relataram sobre as condições sanitárias de sua residência, todas elas são abastecidas com serviço de água encanada potável (100%), possuindo esgotamento sanitário (12,5%) ou fossa rudimentar (87,5%), em que pese à drenagem pluvial apenas um referiu-se a este serviço (12,5%) e todos possuem coleta de lixo regular, sendo com a frequência de duas (12,5%) ou três (87,5%) vezes na semana (Tabela 6).

Tabela 6. Descrição das condições sanitárias da residência dos horticultores da cidade de Araguaína-TO.

Relação de Serviços	Quantidade	Porcentagem %
Água potável	8	100,00
Fossa rudimentar	7	87,50
Esgotamento sanitário	1	12,50
Drenagem pluvial	1	12,50
Coleta de lixo regular	8	100,00

Fonte: Aurora, 2019.

Neste raciocínio, no que se refere às condições sanitárias da habitação, os resultados apresentam homogenia e oportunizam uma discussão analítica sobre a qualidade das condições habitacionais destes produtores. O que fica evidente é que ainda que tenham algumas estruturas básicas, não há que se falar na completude daquelas que são consideradas necessárias, como se apresenta, por exemplo, na falta do esgotamento sanitário.

Assim, é importante frisar que a água potável e o saneamento são direitos humanos reconhecidos internacionalmente, e ainda negados para a maioria da população. Estes são serviços indispensáveis que estão ligados à saúde, ao meio ambiente e a saúde pública, neste sentido:

As condições sanitárias nas quais uma pessoa vive podem expandir ou privar suas liberdades. O saneamento básico constitui tanto uma privação em si mesmo como é criador de outras. Por exemplo, uma pessoa que vive em uma localidade que não possui rede de esgoto e drenagem poderá padecer de uma doença parasitária contraída no contato com o solo contaminado da sua rua ou por causa de parasitas trazidos por alagamentos até a sua moradia. Ficando doente essa pessoa pode ser privada de um emprego ou estudo, assim a primeira privação (saneamento) provocou a segunda (emprego ou estudo). (OLIVEIRA, 2014, p. 47).

Vale salientar, que no Brasil esta problemática do saneamento é regulada pela Lei 11.445/2007 e alterações posteriores, que estabelece os princípios para a política do saneamento básico, e é voltada para a universalização do acesso a quatro elementos, quais sejam: abastecimento de água potável; esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos; e drenagem e manejo das águas pluviais. A definição segundo a norma reguladora vigente é:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - saneamento básico: conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição; b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente; c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas; d) drenagem e manejo das águas pluviais, limpeza e fiscalização preventiva das respectivas redes urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas. (BRASIL, 2007; 2016).

As condições sanitárias dos imóveis onde residem os entrevistados apresentam circunstâncias mínimas de moradia, neste quesito, os dados que sinalizam preocupação são os referentes ao esgotamento sanitário e a drenagem pluvial, isso porque, diz sobre o indivíduo e afeta outros pilares sociais, e alinhado com os dados que serão demonstrados posteriormente em relação ao serviço de saúde utilizado, se tornam preocupantes.

Neste sentido, mencionam os autores:

Os avanços tecnológicos registrados pelo planeta são extraordinários e vertiginosos. Os dados referentes à vida das pessoas, porém, são preocupantes e só fazem piorar diante do impacto da atual crise internacional, a maior desde a grande depressão de 1930. O planeta poderia produzir alimento suficiente para uma população bem maior que a atual, e, no entanto, 1 bilhão de pessoas passam fome no mundo. As reservas de água existentes poderiam permitir o fornecimento de água potável para toda a população e, no entanto, 1,2 milhões de pessoas não tem acesso a água tratada. A água é algo decisivo para a vida [...]. Anualmente a sua falta provoca a morte de 1,8 milhão de pessoas. Quatro mil e novecentas crianças falecem a cada ano por não contar com água potável. Possuir um vaso sanitário e um sistema de saneamento é fundamental para a existência. Dois bilhões e seiscentos milhões de pessoas carecem disso, o que implica, para elas, uma vida miserável que afeta sua saúde gravemente. O déficit de água e de saneamento poderia ser reduzido pela metade com uma quantia equivalente a apenas cinco dias do orçamento militar somado do planeta. Muitas pessoas passam fome e sede [...]. Tudo em pleno século da inseminação artificial, da clonagem de animais, dos iPods, dos computadores portáteis da biblioteca digital universal e outras maravilhas tecnológicas. (SEN; KLIKSBURG, 2011, p.04).

Se a discussão está relacionada à liberdade e a capacidade, são necessárias condições mínimas de vida e moradia, por exemplo, para que outras realizações

sejam alcançadas. Do mesmo modo, se não existe a capacidade básica de subsistência, todas as outras liberdades estão cerceadas.

Para entender e priorizar esse tipo de desenvolvimento aqui destacado e que privilegia a liberdade e o modo de vida que cada um deseja ter em uma sociedade, a própria comunidade deve entender e pensar sobre a liberdade e o desenvolvimento também, se alguém não considera condições básicas de saúde e moradia em suas prioridades, por exemplo, como buscá-la? E novamente o fato da educação é muito importante para que se entenda os processos de liberdade, escolha e capacidade.

Uma ilustração para essa colocação é a questão do saneamento aqui disposta, como uma pessoa pode exigir todos os recursos que envolvem essa política sendo que não conhece seus benefícios e sua importância. Do mesmo modo, poderia alguém reivindicar hospitais para tratamento de doenças sem pensar em políticas que visam à proteção e/ou a erradicação das mesmas, como a ação em conjunto com o saneamento e informações adequadas, por exemplo, que tem grande impacto nas questões de saúde pública, isto é, entender o desenvolvimento é uma forma de conhecer e demandar um processo diferente de lidar com a sociedade, como bem colocado nas palavras do autor:

Os fins e os meios do desenvolvimento requerem análise e exame minuciosos para uma compreensão mais plena do processo de desenvolvimento; é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou riqueza. (...). O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (SEN, 2010. p. 29).

Não há dúvida nessa discussão de que a ideia central adotada está consubstanciada nos processos que possibilitam a liberdade para agir e tomar decisões, igualmente, nas oportunidades reais inerentes a cada pessoa dadas às circunstâncias sociais e pessoais as quais estão ligadas.

Persevera ainda nessa discussão o que é prioridade e uma liberdade, mas que depende de terceiros, como é o caso das políticas públicas de saneamento básico ou de erradicação de doenças, pois, se o controle do processo não depende do indivíduo, logo ele não terá liberdade de escolha. O que se subordina às ações

de terceiros não será avaliado, uma vez que não foram coletados dados para tanto, tampouco o escopo teórico enveredou-se neste sentido.

Em relação às condições de saúde, todos os entrevistados alegaram acessar o Sistema Único de Saúde (SUS) (100%), bem como, não ter nenhum membro da família que possua plano de assistência médico privado (100%), não sendo este um serviço priorizado no orçamento familiar, quando necessário recorrem ao serviço público.

Quando perguntados sobre ser acometido ou alguém de sua família por alguma doença grave, que necessite de tratamento longo ou permanente, apenas uma entrevistada (12,50%) informou ter uma doença nestes termos, entretanto, não sabia dimensionar o quanto o problema impactava financeiramente sua vida, pois os tratamentos não eram realizados periodicamente, apenas nas crises. Também foi perguntado sobre a possibilidade de a família ter um histórico de doenças frequentes, e todos alegaram que não (100%).

As condições de saúde são muito importantes de serem referidas neste estudo, e juntamente com as características sanitárias dos locais onde residem os produtores e suas famílias, é possível compreender de um panorama geral a quais circunstâncias de saúde os produtores estão submetidos. Neste sentido, a afirmação de Sen é muito assertiva no sentido de ligar as condições de vida a saúde, quando o autor ensina que “muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico ou água tratada, e passam a vida lutando contra a morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo à morte prematura” (SEN, 2010, p.29).

Assim, se há precariedade no que se concebe como saneamento básico, podem haver problemas de saúde e se o acesso à saúde é realizado pela rede pública que enfrenta também grandes problemas estruturais e uma demanda volumosa que torna o atendimento moroso, logo essas são variantes intimamente ligadas.

Desse modo, é possível depreender que as estruturas básicas dispostas na sociedade estão diretamente ligadas às liberdades e capacidades, isto porque, a ausência dessas estruturas impossibilita ou reflete negativamente para que os indivíduos tenham liberdade e capacidade de escolha. O processo de desenvolvimento precisa estar firmado em bases construídas a partir do acesso aos bens comuns que tornam uma vida digna, para que a ascensão de um país ocorra

por meio das pessoas que o compõe, isto de maneira geral, e não apenas para uma pequena parcela.

Neste seguimento outra propositura teórica também contribui para este ponto de vista:

Quando essas liberdades individuais substantivas estão ausentes em função da pobreza econômica, isso acaba por roubar “das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico” (SEN, 2010, p.17)

Ainda que não se tenha constatado um quadro preocupante em relação a doenças preexistentes ou recorrentes, as perguntas foram enriquecedoras no sentido de que deveriam compor a análise quando se discute as oportunidades sociais, pois, a saúde é muito importante em que pese o usufruto das liberdades e o exercício das capacidades. Ademais, a falta de um conjunto de quesitos que dimensionam o saneamento básico pode influenciar a saúde no geral e ser um fator de risco, então ainda que não haja um histórico de problemas de saúde, o fato de não ter todo um aparato de cuidados que previnem doenças oferece risco.

3.4 Características da propriedade

O formulário se encerra com um bloco de perguntas relacionadas às particularidades da propriedade e da produção, que dimensiona melhor a organização do empreendimento, sendo relevante mencionar que nenhuma das hortas estudadas faz parte de qualquer tipo de associação ou cooperativa, são independentes desde a produção até a parte final da venda dos produtos, algumas ainda dividem um espaço físico quando os produtos são disponibilizados nas feiras livres que acontecem em alguns bairros da cidade, mas sem nenhum tipo de vínculo entre estes.

Quanto aos dados coletados neste bloco, foi constatado que a metade das hortas eram arrendadas (50%), e a outra parte era igualmente cedida (25%) ou própria (25%). O tempo de empreendimento se apresentou como uma grande variante, fixado entre 5 e 22 anos, em maioria os horticultores já trabalham há muito tempo no negócio, sendo registrados os valores em anos de 5, 10, 13, 14, 15, 17 e 22, o que calculando a média é estabelecida em 13,25 anos.

Estes dois dados analisados conjuntamente revelam algo muito importante, considerando que a maioria não é proprietária da terra, ainda que o tempo de permanência seja consideravelmente alto, com uma média de mais de dez anos. Isso demonstra uma ineficiência de políticas públicas voltadas para distribuição do solo urbano e acesso à terra, pois a quantidade de tempo que os horticultores trabalham é elevado para que não se tenha a propriedade, em especial porque isso também é uma garantia para o empreendimento, uma forma de seguridade. O problema está firmado na questão de que são trabalhadores autônomos e o Estado não lhes oferece garantia de sobrevivência, e ao mesmo tempo ao viabilizar a propriedade da terra, também não há garantia de produtividade, mesmo que essas pessoas movimentem um setor muito importante para o abastecimento e economia desses espaços urbanos.

Continuando com os dados do formulário, além dos produtores, em todas as hortas havia algum tipo de mão de obra, duas (25%) alegaram trabalhar em regime de sociedade com mais outra pessoa, três (37,5%) produzem em regime familiar e as outras três (37,5%) contratam mão de obra sazonal, sem vínculo empregatício, os ditos diaristas.

Os meios de vendas informados foram indicados como sendo no próprio local de produção, nas feiras semanais setorizadas ou no mercado central da cidade, seja vendido pelo próprio produtor ou para outros comerciantes que trabalham nestas feiras e não produzem, para restaurantes e grandes e pequenos comércios/supermercados.

Em que pese as espécies cultivadas nas hortas, são produtos variados, mas alguns se destacam mais e ganham a maioria da produção, como demonstrado a seguir (Tabela 7).

Tabela 7. Espécies cultivadas nas hortas de Araguaína-TO.

Espécies	Pessoas que produzem	Porcentagem %
Abobrinha	1	12,50
Alface	8	100
Agrião	1	12,50
Almeirão	1	12,50

Couve	8	100
Coentro	8	100
Cebola	1	12,50
Cebolinha	8	100
Chicória	1	12,50
Espinafre	1	12,50
Hortelã	1	12,50
Jiló	3	37,50
Mandioca	1	12,50
Manjericão	1	12,50
Maxixe	1	12,50
Mostarda	1	12,50
Pepino	1	12,50
Pimenta de cheiro	2	25,00
Quiabo	2	25,00
Rúcula	5	62,50
Salsa	2	25,00
Tomate	3	37,50

Fonte: Autora, 2019.

Nesta descrição, fica claro que existe uma diversidade de produtos ofertados a partir dessas hortas, alguns mais comuns ganham destaque na produtividade, e isso é fruto da própria demanda do mercado.

Ademais as perguntas foram realizadas no sentido de aferir qual o sistema de irrigação utilizado e em grande maioria é mecanizado, ainda que de forma simples (75%) e o restante manual (25%), e as fontes de água foram duas informadas, advindas do poço artesiano (62,50%) ou de córrego (37,50%).

As duas últimas perguntas realizadas do formulário, foram sobre o meio utilizado para lidar com as pragas, ou seja, os tipos de defensivos, e uma parte dos entrevistados respondeu que utilizava defensivos químicos (50%) e a outra metade defensivos naturais (50%), tais como o fumo, pimenta malagueta, detergente líquido, leite, vinagre, cinzas, alho, cebola e a borra de café, e todos os entrevistados disseram que não contam com nenhum suporte técnico, seja ele privado ou público (100%).

Essa questão dos agrotóxicos é um assunto de saúde pública e do meio ambiente, isso porque há danos tanto para o trabalhador que manipula esses produtos químicos, bem como para o consumidor de forma geral, pois se os agrotóxicos não são administrados de maneira correta, existem altos riscos de intoxicação e para o meio ambiente com a contaminação do solo, água e prejuízo aos animais.

O que torna mais preocupante este dado, não é o simples fato do uso do agrotóxico, ou também denominados defensivos químicos, e sim a questão de não terem nenhum tipo de auxílio técnico específico, sendo relatado que o uso é realizado a partir das experiências adquiridas, bem como das instruções do comércio onde são vendidos estes produtos.

Os agrotóxicos são em todo o mundo um problema em termos ambientais e de saúde, Stoppelli (2005) afirma que a problemática atinge várias questões, como a pouca fiscalização na venda destes produtos, os produtos piratas que são comercializados com preços atrativos, a falta de informação do produtor ou a carência de recursos, que leva o trabalhador a preparar e aplicar o produto sem os devidos cuidados, não utilizando os equipamentos de proteção individual.

Nas palavras de Siqueira (2005) também é possível observar a mesma preocupação com a problemática:

Os efeitos nocivos do uso de agrotóxicos para a saúde humana têm sido objeto de diversos estudos elaborados por profissionais da saúde, os quais têm detectado a presença dessas substâncias em amostras de sangue humano, no leite materno e resíduos presentes em alimentos consumidos pela população em geral, apontando a possibilidade de ocorrência de anomalias congênitas, de câncer, de doenças mentais, de disfunções na reprodutividade humana relacionadas ao uso de agrotóxicos. A utilização dos agrotóxicos no meio rural brasileiro tem trazido uma série de consequências, tanto para o ambiente, como para a saúde do trabalhador rural. Em geral, essas consequências são condicionadas por fatores intrinsecamente relacionados, tais como: o uso inadequado dessas substâncias, a pressão exercida pela indústria e o comércio para esta utilização a alta toxicidade de certos produtos e a precariedade dos mecanismos de vigilância. (SIQUEIRA, p. 7, 2005)

No Brasil, o uso destes produtos é descrito na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, regulamentada pelo Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, dispendo sobre a produção, embalagem e rotulagem, transporte, comercialização, utilização, destino final dos resíduos e embalagens, fiscalização, dentre outros. Além destas legislações, existe a Norma Regulamentadora 31 (NR31) do Ministério do Trabalho e

Emprego, que versa sobre a segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura. E o assunto atualmente também é objeto de discussão no Legislativo, no projeto de lei nº 6299/2002, que desde então tem causado grande debate dadas às tantas questões que este toca.

Não cabe aprofundamento nesta questão na pesquisa, pois os dados foram pontuais neste quesito, e existem muitas circunstâncias a serem conhecidas para o debate sobre o tema, mas é um fato relevante de se ressaltar por estar intimamente ligado com o tipo de empreendimento investigado.

Desse modo, os dados obtidos através do primeiro instrumento da pesquisa descrevem a estrutura de vida dos horticultores entrevistados, com alguns pontos de convergência e divergência entre estes. Os resultados alcançados levam a crer que mesmo o desenvolvimento se tratando de um processo complexo, a agricultura urbana consegue trabalhar aspectos que dizem muito sobre a liberdade de viver e o bem-estar, no que se refere a superação da pobreza econômica, moradia apropriada, acesso à água potável, superação da fome, ou seja, mais participação na economia está ligada também a um aumento das liberdades.

3.5. Relação dos produtores com a agricultura urbana

Vencidas as colocações acerca dos dados obtidos através dos formulários, as discussões a seguir são baseadas nas entrevistas, sendo divididas em duas categorias de análise como mencionado na metodologia. Esta categoria de análise buscou entender como se firmou a prática da agricultura urbana na vida dos entrevistados, considerando suas profissões anteriores, bem como, traçando uma perspectiva futura da continuação deste empreendimento, caso houvesse.

Os caminhos percorridos pelos produtores para prática da agricultura urbana são os mais diversos, e independem de experiência ou contato anterior com a agricultura, seja rural ou urbana, como dito por H8 “não tinha antes disso trabalhado com nada de campo e horta, eu fiz e foi dando certo e fui gostando”, H1 também assente no mesmo sentido “Não, eu *trabalhava* de cozinheira”.

Outra parte dos entrevistados, já tinha tido contato anterior com essas práticas, como fica claro na fala de H5 “Já tinha trabalhado na roça do meu pai quando era criança, daí a gente começou a plantar no quintal de casa e depois

arrendou outros lotes pra plantar mais, e foi dando certo e a gente continuou”, e na do entrevistado H6 “Já sim, minha mãe sempre gostou dessas coisas e eu fui aprendendo, aí eu vi uma oportunidade de aproveitar o espaço da minha casa e plantar e ganhar um dinheirinho”.

Essas falas demonstram que a prática da agricultura também pode representar o saber do campo na cidade, bem como, por ser um empreendimento que se demonstra como viável, se apresenta como uma oportunidade com muitas potencialidades, em especial para aqueles que não tem muitas opções de escolha, levando em consideração suas características de formação social.

Em relação aos tipos de produtores que praticam este tipo de atividade, para a FAO (2007), boa parcela dessas pessoas são advindas de camadas mais pobres da população, o que não implica na inexistência de produtores de outras classes sociais. Alguns desses agricultores urbanos são migrantes rurais, porém na maioria dos casos já estão há um longo período na área urbana. Também há aqueles que não tiveram esse contato com o campo, e que veem nessa modalidade produtiva um instrumento de sobrevivência.

Neste momento é muito importante fazer um relato de campo, pois a observação do pesquisador também produz dados importantes. Os entrevistados aparentavam ter uma vida com condições básicas, e os bens elencados anteriormente dimensionam bem o produtor como uma pessoa ativa economicamente, e nas falas sempre foi colocada a questão da própria geração de renda, mas além disso, havia uma empolgação muito grande ao contar essa parte da história de como se chegou ao plantio. A metade dos entrevistados já havia tido contato com algum tipo de prática ligada a agricultura no âmbito rural, e a outra metade tinha interesse pela prática, inicialmente com ou sem fins econômicos.

Tornou-se possível observar que em todas as falas havia um sentimento de inclusão, de como as hortas representam uma opção acessível para o trabalho na cidade, e produzir trata-se também de renda, entretanto, diz muito sobre uma parcela que sem tantas outras escolhas conseguiu se inserir socialmente.

O trecho a seguir demonstra uma visão de um caminho, que reflete a agricultura urbana como um instrumento potencial:

H3 Não tinha experiência com a horta, eu tinha experiência de trabalhar de roça, aí veio pra cá e a gente foi começando e vendendo, porque ninguém tem leitura pra ser empregado, aí só tem esse caminho, ou mete a mão na

terra ou morre de fome, morre não porque hoje eu sou abençoada eu ajudo os meninos.

Este depoimento demonstra que a falta de instrução, do ponto de vista escolar, tem grande peso no processo econômico, quando analisado um fragmento desta citação quando menciona que ninguém tem leitura para ser empregado, isto significa muito, pois não há na construção destes e com estes sujeitos nenhum agente político, da Universidade ou Social, não há também uma construção de uma identidade para eles, sobre uma pessoa que está beneficiando o urbano, diminuindo a zona de calor, a degradação e a composição da própria paisagem, ou seja, não há um entendimento pela parte dos próprios agricultores sobre a importância de suas práticas econômicas e alimentares. A fala que demonstra o quanto a instrução escolar faz falta na busca de um emprego formal, demonstra que eles gostariam de estar empregados (analisando de maneira isolada), ele está falando do conhecimento formal e técnico que ele não tem.

Como já firmado na teoria Seniana, uma liberdade influencia diretamente na outra, e reafirmando o que foi demonstrado em linhas anteriores, o nível escolar é baixo destes horticultores, o que contribui para limitar as possibilidades de pessoas com este perfil, como também pode ser evidenciado nesta outra fala:

H7 Não, é assim, foi tipo uma opção que eu não conhecia, eu sou do Nordeste, do Piauí, quando eu cheguei eu trabalhava de vaqueiro lá de roça, trabalhador rural mesmo, quando eu cheguei a primeira oportunidade que eu achei foi numa horta, porque hoje não é todo mundo que quer né, aí o primeiro serviço que eu achei, eu vim sem conhecer nada, aí o primeiro serviço que eu achei foi uma horta, aí ninguém queria, eu não queria ficar parado daí eu continuei.

Certamente, a falta ou a baixa escolaridade e a idade que são pontos mencionados pelos entrevistados em algumas falas, como sendo negativos para ingressar no mercado de trabalho ou exercer outras funções são muitas vezes determinantes, entretanto, ainda que aqui não seja o lugar para discutir teoricamente, é preciso mencionar que outras questões fazem parte da soma de características que compõe a problemática do desemprego.

No que se refere as perguntas que indagam sobre os motivos que levaram os entrevistados a se tornarem horticultores, as respostas denotam pouca autonomia de escolha, no sentido de que, em alguns casos haviam sim outras possibilidades, mas na maioria deles era o que se apresentou como mais rentável ou exequível.

Isto revela que não há um sentimento de relacionamento profundo com memória afetiva da prática ou modo de vida anterior, diz muito sobre a falta de oportunidades reais para estas pessoas, e isso é até certo ponto negativo, pois certamente outros caminhos poderiam ser escolhidos se houvessem opções, mas dentro da análise de um panorama social e de persistência dentro de um sistema social que não permite a inclusão de todos, a agricultura urbana se apresenta de forma muito mais positiva, pois significa uma forma de resistência em relação ao Estado, em outras palavras, produzir significa sobreviver para muitas dessas famílias.

Quanto aos trabalhos exercidos anteriormente à produção, as profissões eram de diversas naturezas, em maioria, exercidas na informalidade, do mesmo modo que agricultura urbana é, como por exemplo, cozinheira, vaqueiro, mecânico e empregada doméstica, como evidenciado neste excerto da entrevista:

H8 Já fui comerciante, pedreiro, eletricista, encanador, mecânico, eletricista de carro e pintor, eu trabalhava mais na área de reforma de casa, porque eu parei um tempo de plantar e só me chamavam pra serviço pequeno, e eu olhei pro meu quintal e esses outros terrenos que são cedidos e estavam só o mato, eu limpei e voltei a trabalhar porque é uma coisa que eu sei que sempre dá dinheiro.

Neste trecho, a fala do entrevistado que relatou diversas profissões que já exerceu, indica que as profissões são de naturezas distintas, entretanto, ainda são aquelas que exigem habilidades mais ligadas ao esforço físico ao invés de conhecimento escolar e técnico, são também aquelas de baixa ou média remuneração no mercado, sendo deixado claro pelo entrevistado que este já tinha tido experiência anterior com a agricultura e no intermédio de tempo que passou para outras atividades, percebeu que economicamente produzir alimentos era mais rentável.

Isto reverbera novamente sobre a perspectiva da renda, outro ponto interessante é o fato de que a maioria das profissões exercidas anteriormente mencionada por todos os produtores não são de elevada remuneração e pouca representação social, e a horticultura ainda que não desempenhe grande visibilidade no mercado, dispõe de boa remuneração quando relacionada ao fator de baixo nível escolar.

Quando perguntados sobre a previsão de um futuro no empreendimento, se pretendiam mudar de profissão, todas as respostas foram no mesmo sentido de permanecerem na agricultura urbana, e alguns com a pretensão de ampliar o empreendimento através de arrendamento de lotes ou com a junção de outros produtos e serviços associados com a horta, como fica claro nesse fragmento:

H8 Aqui é meu carro chefe, esses trem tudo que eu planto eu embalo e entrego, eu não tenho vontade de parar de mexer com horta, eu quero montar um serviço de entrega pra atender as encomendas de quem não tem tempo de ir ao supermercado e vender as coisas da horta com outras coisas do grosso de casa, arroz, feijão e por ai vai.

Surge nesse contexto outro ponto, a idade, ainda que a variante seja grande entre os entrevistados, aqueles com maior idade, são os que acreditam que o fato de não terem elevado grau de estudo, somada a idade, dificultaria seu ingresso em outra profissão no mercado de trabalho, como dimensionado nessas duas falas: “H6: não imagino fazendo outra coisa minha fia, pra mim que não estudei é difícil arrumar um trabalho, ainda mais depois de velha a gente vai ficando toda doente”; e “H7: Não, por enquanto não, é corrido mais é um trem bom pra mim, todo dia entra dinheiro e no fundo ganha mais do que os outros empregos que tem pra mim”.

Como já dito, os dois fatores escolaridade e idade não podem isoladamente serem considerados como causadores do desemprego, entretanto, para os entrevistados se apresenta como um motivo de preocupação e até desânimo de certa forma, pois, aparenta que se não fosse a agricultura não existiria outra alternativa, e o desenvolvimento diz sobre possibilidades de escolha, e a agricultura urbana deve ser encarada como uma escolha potencial, e não uma única saída.

Quanto ao consumo dos produtos produzidos nas hortas, todos os participantes responderam que estes são consumidos pela família, e que contribuem de forma positiva para uma alimentação mais saudável. Entretanto, não é possível afirmar que apenas pelo consumo destes tipos de alimentos, em quantidades não auferidas, podem indicar uma alimentação adequada, visto que a composição é muito mais complexa que apenas o fato de consumir produtos como legumes e verduras, e como não é o objetivo desta pesquisa fazer esta análise minuciosa, o dado apenas acrescenta mais um benefício que é ter a disposição uma variedade de alimentos, e demonstra uma cultura que não pode ser definida como rural ou

urbana, pois pode ser alocada em qualquer lugar, que é a cultura de plantar as coisas e produzir alimentos.

3.6. Potencialidades da agricultura urbana

Esta segunda categoria de análise trata das possíveis potencialidade da agricultura urbana, indicadas pelos horticultores. Em muitas partes do texto a agricultura urbana é posta como um empreendimento possível e de pouco maquinário, o que teria impacto direto na questão do investimento, o que não deixa de exigí-lo. Quando perguntados sobre as facilidades e desafios em ter uma horta, foram apontadas questões de diversas naturezas, e a tabela a seguir demonstra de forma pontual, os principais pontos destacados pelos participantes da pesquisa.

Tabela 8. Visão dos entrevistados sobre as facilidades e desafios enfrentados por um horticultor na cidade de Araguaína-TO.

Entrevistados	Facilidades	Dificuldades
H1	E é fácil porque é o que a gente sabe trabalhar, não estudou e sustenta a família.	Eu acho que é falta de apoio, financiamento, financiamento tem mais não é assim tu chegar, ainda mais tu que ganha pouco as pessoas <i>nam</i> , se não tiver um bem não faz.
H2	As facilidades são que a gente trabalha no nosso tempo, então temos mais tempo pra cuidar das nossas coisas, e o dinheiro também é muito bom, mesmo sendo cansativo compensa mais que trabalhar pros outros na rua.	Mão de obra é muito difícil
H3	O benefício é porque é o que a gente sabe e gosta de trabalhar né minha fia, e toda nossa família mexe com isso.	A dificuldade é que ajuda a gente nunca teve [...] porque os prefeito esse povo é quem pode trazer uma pessoa pra ajudar os mais fracos né, mais nunca estenderam a mão pra nois. Assim se tivesse menos imposto, ou uma ajuda pra gente

		nessa linha seria bom.
H4	Facilidade é que eu trabalho em casa, trabalho pra mim mesmo	Não tem alguém pra ajudar a gente, um técnico pra facilitar nossa vida plantando, eu queria ter uma aula assim pra ficar por dentro de tudo, eu tinha vontade mais não sei por onde começar, queria ouvir alguma palestra, ai a gente fica mexendo ai sem saber, por que é um trabalho difícil né.
H5	Os benefícios é que a gente tem um dinheiro bom aqui, não trabalha pra ninguém.	As dificuldades são do serviço mesmo que é tudo braçal e manual
H6	E o benefício é que eu ganho meu dinheirinho, senão só Deus sabe como ia estar minha vida.	A dificuldade é que é um trabalho pesado né e como sou só eu não posso sair do pé da horta, [...] e como a gente não tem ajuda de ninguém tem que se virar, veio até um povo da prefeitura ou era do Estado, dessa coisa de rural, com umas promessas de ajudar nois e nunca saiu nada.
H7	Facilidade é bom porque eu faço meu tempo e ganho um dinheiro melhor que trabalhando pros outros.	Dificuldade tem porque não é fácil, tem muito trabalho, serviço pesado, é tudo manual.
H8	Como a minha horta é natural a dificuldade pra mim é o adubo, por que aqui eu não mexo com coisa química não.	Facilidade é por que tá difícil pra todo mundo e a horta sempre tem saída, então pra quem não tem emprego fixo igual eu é uma opção. No fundo no fundo tinha que ter uma verba [...]tinha que ter um incentivo ou uma isenção do IPTU, esses lotes aqui era tudo horrível, os vizinhos aqui tudo gostaram, era só o matão mais alto do que eu, fazia até medo [...] uma isenção do IPTU eu achava mais do que justa. A barreira pra crescer é ter dinheiro

pra investir, cavar poço, semente, adubo, cobrir tudo isso custa um bom dinheiro e a gente vai fazendo as coisas devagazinho.

Fonte: Aurora, 2019

Diante destas falas, é possível observar que é posto no bloco das facilidades e como ponto positivo em boa parte das respostas a questão da autonomia que este tipo de trabalho proporciona, isso diz sobre uma gestão do tempo do entrevistado que pode melhor se dividir entre as tarefas da produção e outras de ordem pessoal, e a questão de trabalhar para si, sem vínculo ou subordinação é considerado como muito favorável também na fala dos entrevistados.

Pelos relatos dos produtores, é possível perceber que o tema sobre o ganho, em quantidade maior do que se trabalhassem em outras profissões ou com vínculo empregatício, é sempre reiterada em diversas respostas. Pois em maioria, os produtores julgam que a partir de suas características pessoais, com a produção das hortas, são melhores remunerados que seriam em outros trabalhos.

Em que pese as dificuldades, a questão do trabalho ser manual o torna dispendioso, e como afirmado nas respostas que compuseram as perguntas dos formulários, nenhum destes produtores possui empregados com vínculo, as vezes são contratados os denominados “diaristas” para ajudar na produção de maneira sazonal. Essa questão da mão de obra para trabalhar com a terra é um tópico interessante, no sentido de que são pessoas que moram na cidade e houve por muito tempo a construção de um preconceito de quem trabalha na roça e com a terra, essa disputa e dualidade entre o rural e o urbano desagua nessa dificuldade de arrumar trabalhadores dispostos e interessados para este tipo de serviço, tanto pelo preconceito, como pelo modo de vida urbano. Isso é importante de se demonstrar, para demonstrar e estruturar a prática da agricultura no ambiente urbano, em especial porque não são apenas potencialidades.

Desse modo, a questão do pouco maquinário pode ser vista como positiva pois influencia na diminuição do investimento, e por outro lado, exige muito mais esforço físico, o que dificulta o trabalho, pois nem todas as pessoas conseguem ou podem exercer a atividade nestas condições.

Quanto a este tipo de trabalho, durante a entrevista, e as visitas, pude observar que a questão do calor é um dos fatores que contribuem para essa dificuldade apontada e o próprio tipo de esforço realizado, o peso do adubo, a postura (do corpo) errada para plantar, regar e colher, o que pode acarretar dores musculares, a limpeza realizada nos canteiros que é toda manual também, dentre outros.

Outro ponto levantado foi a falta de apoio financeiro e técnico. Por se tratar de um trabalho exercido na informalidade por todos os entrevistados, não há como comprovar renda, o que é um obstáculo para conseguir bons financiamentos e empréstimos, o que impacta diretamente na possibilidade de ampliação e melhoria do empreendimento.

Do ponto de vista técnico, a reclamação é a falta de um profissional que gratuitamente oferecesse suporte de maneira contínua para os produtores, para que as técnicas pudessem ser aprimoradas e a forma de lidar com as adversidades que ocorrem em uma plantação fossem com a utilização de mecanismos adequados. Essa falta de assistência técnica gera efeitos negativos do ponto de vista biológico dada o uso do solo e suas influência no sistema natural como um todo, bem como, reflete de maneira contrária à saúde, pois muitos os químicos utilizados em plantações de maneira indevida, afetam diretamente a saúde do ser humano.

Outra questão que ganhou a fala dos entrevistados, foi a falta de apoio público para a plantação, como mencionado na parte técnica, bem como de outras naturezas que pudessem incentivar a produção de alimentos no ambiente urbano, o que contribuiria tanto para geração da renda, bem como para a limpeza da cidade dada a mudança do paisagismo, sendo necessário mencionar a própria função social do uso da terra que é atingindo, considerando que na cidade há um enorme vazio urbano, e muito desses lugares são utilizados como mero instrumento de valorização imobiliária, sem nenhum tipo de política que torne mais oneroso esse tipo de prática.

Nessa envergadura, Mougeot (2005) afirma que durante esse crescimento da agricultura urbana, é necessário reconhecer e estabelecer a necessidade de um nível mínimo de participação governamental, para que haja mudanças também no campo das políticas públicas, pois a agricultura urbana é complexa e se desenvolve quando os vários campos interdependentes estão funcionando.

Em que pese essa colocação de alinhar a prática da agricultura urbana a perspectiva do plano político, trabalhando um caminho de aproveitamento das práticas populares nas políticas públicas, figura como uma possibilidade dentro do planejamento urbano, na medida em que pode amenizar ou lidar com os problemas incorporados à cidade. Isto é, se teoricamente tem se demonstrado como vantajoso abraçar a agricultura urbana é uma nova forma de olhar e pensar o ambiente urbano e a comunidade que nele vive.

Dessa maneira, Brand e Muñoz (2007) afirmam que os argumentos que sustentam a agricultura urbana nos campos social, ambiental, econômico e ético, partem da flexibilidade e razoabilidade para implementação em qualquer cidade, “fazendo com que a agricultura urbana se encaixe espacial e simbolicamente em quase qualquer cenário urbano.” (BRAND; MUÑOZ, 2007, p. 53).

Spotlight (1999) explica que a potencialidade de criar renda está intimamente ligada à falta de barreiras para a entrada dessa atividade, a primeira necessidade é a disponibilidade de um espaço, o retorno intenso de plantas hortícolas, que será o foco do recorte da pesquisa em relação à agricultura urbana, possui alto valor agregado e retorno de investimento em prazo médio, pois essas culturas de ciclo curto têm entre sua plantação e colheita um prazo médio de 60 a 90 dias, a produção pode se dar durante o ano todo, são em média 50 quilos de vegetais colhidos a cada metro quadrado por ano, as perdas depois da colheita, iminentes a vegetais frescos, são minimizadas dado o mercado popular desse tipo de alimento, que garante a proximidade com seus consumidores, e a venda pode, na maioria das vezes ocorrer diretamente para o consumidor, e os baixos custos com transporte também agregam no valor final do ganho.

Desse modo, assim como já ocorre em algumas cidades e estados do país, políticas públicas ligadas diretamente à prática da agricultura nos centros urbanos, só vem a contribuir com o desenvolvimento, é mais um de tantos outros meios eficazes que podem ser utilizados no processo de desenvolvimento.

Em visita a Prefeitura Municipal de Araguaína, especificamente na Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Meio Ambiente, quando mencionada a pesquisa e a temática, fui encaminhada para o senhor Francisco Tibério Dias da Silva, que é Coordenador de Educação Ambiental e trabalha com um projeto de hortas orgânicas nas escolas municipais da cidade, posto que seria o trabalho estruturado, executado e acompanhado pelo órgão.

Fui informada pelo senhor Francisco Tibério, que este projeto tem o objetivo de produzir alimentos para ajudar na merenda escolar, bem como trabalhar a educação ambiental através da prática no plantio. Visitando algumas escolas, pude observar que de fato o projeto foi implementado na rede municipal de ensino em várias escolas, como demonstrado na Figura 12, e que existe um manual para a estruturação dessas hortas e o material inicial era disponibilizado pela prefeitura, bem como palestras são ministradas para os funcionários das escolas que ficariam responsáveis por auxiliar os alunos na manutenção da horta.

Entretanto, apenas esse apoio inicial era proporcionado, segundo o próprio Coordenador, não há um suporte técnico que pudesse auxiliar todas as escolas de maneira contínua, a assistência seria feita de maneira pontual e sem muitos recursos. Na fotografia a seguir é possível observar que de fato o projeto se propõe a trabalhar a conscientização ambiental, com a reutilização de materiais e o envolvimento das crianças no trabalho, mas sem um acompanhamento não é possível prever a longo prazo como ficarão estas hortas.

Figura 13 – Foto do projeto de conscientização ambiental aplicado na Escola Municipal Tereza Hilário Ribeiro, onde é possível a reutilização de material para cultivo de horta na escola.



Fonte: Autora, fevereiro, 2019.

O senhor Francisco Tibério, mencionou que de fato não existe uma repartição específica para receber os horticultores, ou uma verba destinada a produção agrícola na cidade, tem um Técnico Agrícola, o senhor Luiz Carlos Cabral, que

oferece apoio profissional, mas é com foco na produção rural dos arredores da cidade.

Em conversa com o senhor Luiz Carlos, este confirmou a informação de que não há investimento específico para os horticultores, seu trabalho é voltado para a zona rural, e a demanda é muito grande para que apenas ele faça esse trabalho de assistência técnica, e ainda há a falta de transporte e equipamentos que dificultam o seu trabalho. Mencionou ainda que há dois projetos de horta comunitária da cidade, que ele já visitou, e estes seriam os únicos trabalhos ligados à agricultura urbana que atualmente a Prefeitura Municipal faria parte.

Visitando as duas hortas, a primeira está localizada no setor Araguaína Sul, uma área verde pública, cedida aos produtores, e além disso, o fornecimento de água também é subsidiado pela Prefeitura Municipal, em conversa com a senhora Eva fui informada que o espaço e a água são as únicas ferramentas disponibilizadas pela prefeitura e que não há apoio técnico contínuo, apenas visitas esporádicas, e que ali plantam nove famílias, cada uma é responsável por sua plantação e a única coisa que dividem é o espaço, e os ganhos ali adquiridos, por serem baixos, funcionam como um complemento de renda.

A segunda, é um projeto muito mais ambicioso, criado no ano de 2017, para cerca de 58 (cinquenta e oito) famílias no Bairro Vila Azul, a horta comunitária foi criada em uma área embaixo de uma zona de alta tensão elétrica, onde não pode haver edificação, e por isso respeitando todas as normas técnicas, foi disponibilizada para o plantio, são 5.700 metros quadrados, divididos em áreas de cerca de 9x24 metros para cada família.

Inicialmente a Prefeitura Municipal de Araguaína, propiciou máquinas para preparar a terra, adubo e calcário para correção do solo. Depois de dois anos de projeto, quando a visita de campo foi realizada, só haviam três moradores plantando, e o senhor João Soares da Cruz que é o único que utilizou o espaço todo este tempo, afirmou que depois daquela ajuda inicial, não houve mais nenhum apoio público, o técnico quase não ia na produção e as famílias começaram a desistir de plantar, pois o solo era muito pobre e para fazer o adubo e a correção era necessário um investimento que nem todos podiam fazer, e isso foi desestimulando as famílias, e atualmente apenas três persistiam em continuar, mesmo diante das adversidades, pois mesmo que trabalhoso ainda possibilitava uma ajuda na renda.

Isso tudo foi questionado, e as visitas realizadas com a finalidade de verificar qual o apoio é oferecido pela prefeitura da cidade de Araguaína, e foi constatado que não existe financiamento público específico para fomentar agricultura urbana, ou seja, não há linhas de crédito para produtores urbanos, e o apoio técnico é muito precário, sendo possível inferir que o poder público municipal não oferece incentivo adequado para estes horticultores, e que as hortas poderiam ser um instrumento produtivo dentro do escopo de políticas públicas urbanas de meio ambiente e economia, como bem disposto pelos autores Gallo (*et al*, 2004):

“Os projetos mostram que é possível resolver questões ambientais e, ao mesmo tempo, criar trabalho e renda para populações excluídas. Com políticas públicas participativas, resgatam-se socialmente populações marginalizadas e, ao mesmo tempo, introduzem-se benefícios ambientais no meio urbano. A educação para a preservação ambiental e para a cooperação é o instrumento desse processo”. (GALLO, *et al*, p.04, 2004)

Sendo parte ou não do planejamento urbano propriamente dito, a produção de alimentos na zona urbana é uma realidade, independentemente do período e do apoio que essa atividade recebeu e recebe dos gestores públicos. Mougeot (2006, p. 4) ensina “o novo não é que se pratique agricultura urbana, mas a escala em que se está praticando na atualidade, algo nunca visto antes.”.

Os motivos para que se pratique em grande proporção são diversos, entretanto, apresentam-se pontualmente na questão da fome e da geração de renda, pois, estas pessoas do campo, ainda que busquem uma vida com melhores estruturas no ambiente urbano, podem não se encaixarem imediatamente nas práticas do mercado, e exercer um ofício com características distintas daquele ambiente mostra como o povo tem criado e aproveitado as possibilidades que são postas. E o destaque nesse sentido, caracteriza-se por ser uma atividade de baixo investimento e capacitação técnica, o que abrange um número maior de pessoas para realizar tais atividades.

Retornando as proposituras da entrevista, quando questionados sobre as conquistas pessoais que obtiveram para si ou para algum membro da família, que considerassem que foi possível através do empreendimento, as respostas foram positivas, e ainda que os participantes não conseguissem enumerar, ou indicar as mais importantes, a impressão que ficou durante a entrevista é que de fato a horticultura proporcionou uma mudança considerável na estrutura de vida dos

entrevistados, como fica claro nesta fala “H1 alcancei foi muita coisa, isso aqui é tudo na minha vida. Eu não consigo falar uma coisa só porque são muitos anos trabalhando aqui, mais tudo que a gente tem é daqui”.

Os relatos que correspondem as respostas desse item, assim como de outros demonstram grande satisfação em exercer a profissão, e dentre as possibilidades existentes a horticultura mantém grande viabilidade, como é possível observar no trecho a seguir:

H7 tudo que eu tenho hoje eu consegui através da horta, tudo, o pouco que eu tenho, quando eu vim pra cá eu só tinha o dinheiro da passagem e de comer, eu vim pra cá rodado sem nada, eu vim e com três dias comecei a trabalhar com horta e nunca mais parei de trabalhar.

Esse questionamento sobre os feitos, está intimamente ligado a teoria Seniana quando se discute as realizações e o bem-estar seja para si próprio ou para quem considere como importante, como um membro da família, por exemplo. Sen (2011) ensina que não se pode confundir o valor da riqueza em si que se atribui, com a valoração da vida que se consegue levar a partir da renda ou da riqueza, desse modo, não é a renda que é apreciada apenas em si, e sim os frutos possibilitados e advindos desta. Utilizar nos dados.

A última pergunta da entrevista foi no sentido de indagar as melhorias relacionadas à qualidade de vida ou do bem-estar, associadas a horticultura. Todas as respostas foram positivas, de maneira a indicar que a horticultura contribuiu de modo favorável para a melhoria de vida dos produtores. A seguir a tabela traz os fragmentos que essencialmente compõe essas melhorias apontadas pelos entrevistados.

Tabela 9. Melhorias indicadas na qualidade de vida ou bem-estar associado à horticultura.

Entrevistados	Melhorias
H1	Sim, a vida que eu tenho hoje é graças a Deus e essa horta aqui.
H2	Houve melhorias por que assim, é muito mais difícil trabalhar com comércio, tem funcionário, aluguel, impostos e tudo mais, e com a horta a gente trabalha mais em família mesmo e ficou mais simples, mesmo sendo um trabalho pesado a gente ficou mais independente.
H3	Nossa vida hoje é o que é por causa da horta, a gente tem uma vida boa demais

pra quem chegou aqui sem nada.

- H4 Assim, duas coisas que eu posso destacar é a questão de trabalhar pra mim mesma em casa, posso cuidar de tudo aqui e ainda ganhar um dinheiro, aproveito o lote da minha casa, e também ter uma ocupação pra minha mente boa, porque eu amo plantar aqui é uma terapia pra mim
- H5 Antes da horta era mais um complemento de renda, depois que foi crescendo ela é tudo pra nois lá em casa, tudo que a gente tem vem daqui e a nossa família tem uma vida boa sim, todo mundo estuda, tem suas coisinhas o que talvez eu não tivesse se trabalhasse por ai, porque ta difícil emprego aqui.
- H6 A qualidade de vida é boa, a gente tem uma ocupação pra mente e planta o que a gente come, vai ajeitando nossas coisinhas dentro de casa e tendo uma vida melhor.
- H7 Eu cheguei aqui sem nada, a minha vida melhorou porque eu trabalho com o que eu gosto e ganho um dinheiro bom pra viver minha vida do jeito que eu gosto.
- H8 Sim, quando a gente está desempregado ou num trabalho ruim é muito difícil, pra gente que é pobre a realidade é trabalhar muito e ganhar pouco, e a horta mesmo sendo um trabalho pesado ela é bem melhor, a minha qualidade de vida é muito melhor com horta que nos outros trabalhos.

Fonte: Aurora, 2019

Como já afirmado em linhas anteriores, há uma grande subjetividade nos conceitos de qualidade de vida e bem-estar, que não cabem nesta escrita serem aprofundados, entretendo, como são trazidos na própria teoria de Sen, do mesmo modo aqui serão pontuados.

A discussão sobre o bem-estar e qualidade de vida é bem ampla, o que não pode ser esquecido é que uma pessoa pode ter objetivos e valores que destoam de seu bem-estar, a realização da condição de agente de uma pessoa se refere à realização de objetivos e valores que ela tem razão para buscar, seja em favor próprio de ou outrem. (SEN, 2017).

Dito de outra maneira, as necessidades e feitos de uma pessoa nem sempre são guiados por seu bem-estar, e a avaliação da condição de agente deve ser executada observado esses objetivos, pois essas realizações de certo modo contribuem também para seu conforto, como por exemplo, uma conquista de um

filho, por isso é difícil fazer uma mensuração dadas as tantas características a equacionar, o que muitos indicadores não conseguem alcançar.

Sobre a liberdade, a realização e os recursos, esta teoria ensina que “A posição de uma pessoa num ordenamento social pode ser julgada por duas perspectivas diferentes, que são (1) a realização de fato conseguida, e (2) a liberdade para realizar.”. (SEN, 2017, p. 69).

O primeiro ponto de vista refere-se ao que de fato é atingido ou realizado, o segundo está ligado a oportunidade real de alcançar um objetivo, ainda que opte por não o fazer. Por isso, como mencionado anteriormente, existem questionamentos profundos que envolvem o debate sobre o desenvolvimento, pois, na avaliação social não se pode desconsiderar que há um longo caminho entre o que foi alcançado e aquilo que poderia ser alcançado de acordo com a liberdade existente e exercida.

Nesse contexto, existem questionamentos fundados na discussão do valor da liberdade na realização, é de estimável relevância ter liberdade e capacidade de escolha, mesmo sem tê-la realizado, isto é, analisar apenas o que foi realizado não deixa claro tudo o que a liberdade pode representar, ao fazer uma escolha algo é excluído, e quando não se pode fazer uma escolha só resta uma opção, bem menor que ter duas. (SEN, 2010).

Além disso, existem distinções entre as perspectivas das realizações entre os indivíduos, pois estas podem ter foco e valor diferente, isto é, o mesmo feito pode ter pesos distintos a depender das pessoas, pois cada um atribui significância distinta aos fatos.

Os seres humanos se diferem uns dos outros de numerosas formas, existem características circunstanciais que se constroem desde o nascimento, como heranças adquiridas ou responsabilidades, doenças, o próprio lugar em que se nasce está intimamente ligado às oportunidades, o tipo de regime político, os fatores epidemiológicos, a hostilidade, fatores climáticos e muitas outros que constroem o ambiente natural e social, e ainda importam as características externas como sexo, idade, aptidões físicas ou mentais, e muitas outras variáveis que dizem muito sobre como serão as oportunidades oferecidas e o que se pode ou não fazer. (SEN, 2017).

Além dessas características sociais e individuais, há os contrastes entre os grupos, como as mulheres que são mães e carecem de liberdade para alcançar suas

metas quando estão no período neonatal cuidando de seus filhos, ou questões de grupos religiosos, por exemplo.

Essas vantagens e desvantagens que cada pessoa têm podem ser avaliadas por uma infinidade de variáveis, principalmente em relação aos objetivos que se deseja atingir, por isso deve se tomar uma decisão, dificultosa é claro, quanto a qual perspectiva irá ser adotada, ou seja, em qual espaço será feita a avaliação do desenvolvimento.

Essa métrica sempre vai deixar a desejar em alguns pontos, mas é necessário tê-la para se guiar, aqui considera-se que o desenvolvimento do ponto de vista social é percebido através do desenvolvimento individual, e deve haver um parâmetro para dizê-lo, ainda que esse não consiga alcançar todas as estruturas envolvidas.

Nessa perspectiva teórica, para que se chegue ao desenvolvimento é necessário que sejam removidas as principais fontes de privação de liberdades e que se ampliem as liberdades substantivas, como por exemplo, a pobreza econômica, a fome, a desnutrição, a falta de remédios para doenças tratáveis, a moradia apropriada, o acesso à água e tantas outras características que dignificam a vida humana.

E ainda que as respostas não atendam de maneira direta os termos colocados na propositura teórica aqui exposta, tanto do ponto de vista da liberdade como da capacidade, é possível perceber que a agricultura urbana não consegue dar conta de trabalhar todos os eixos dispostos nas oportunidades sociais, uma das liberdades instrumentais mencionada na teoria Seniana, entretanto, o fato de mitigar as condições que impedem que as pessoas tenham mais possibilidades, liberdade e capacidade é o que eleva de maneira positiva a prática, e respalda o seu uso como instrumento dentro do processo de desenvolvimento.

A agricultura como empreendimento é muito positiva para o mercado, oferece melhorias em várias questões ligadas à sociedade, entretanto, não consegue se firmar no trabalho de todos os pontos ligados às oportunidades sociais, em especial não consegue suprir a falta do Estado. A análise ideal da problemática, se daria num ambiente onde todas as liberdades são garantidas, entretanto, ainda que não seja o ambiente ideal, resta claro que mesmo não alcançando o objetivo de liberdade real colocado pela teoria, o empreendimento possibilita um aumento na capacidade de

escolha, visto que tem o poder de inserir socialmente uma pessoa no mercado, e trabalhando a renda atinge em certo ponto a melhoria do bem-estar.

Desse modo, rememorando a indagação realizada no início desta investigação, sobre a possibilidade deste tipo de empreendimento ter alguma relação ou impacto em termos de desenvolvimento naquilo que é concebido pela teoria Seniana, em especial naquilo que toca às oportunidades sociais; é possível inferir que as hortas se demonstram como um instrumento positivo, que pode e deve ser utilizada como uma ferramenta que é capaz de contribuir para atingir os objetivos que o desenvolvimento almeja.

Em que pese as liberdades, segundo todo o escopo teórico e o dados já expostos, as hortas não conseguem lidar com todas as fontes de privação de liberdades e capacidade e ainda que seja reafirmada em todo o texto como muito positiva, para que sejam trabalhados todos os aspectos das oportunidades sociais, o empreendimento precisa estar alinhado com outros pilares, em maioria sustentados pelo Estado, pois a horta não consegue suprir a falta deste.

Quando se afirma esta positividade, não há uma negação dos problemas que são enfrentados com a prática, que vão desde políticas de incentivo e regularização da prática que parte do próprio reconhecimento do empreendimento, bem como do esforço (trabalho manual) que este exige.

Desse modo, a resposta à pergunta de pesquisa é afirmativa no sentido de relacionar a horticultura positivamente ao desenvolvimento, e reconhecer o seu impacto favorável quando relacionado às oportunidades sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento como teoria tem natureza multifacetada, desse modo, não é possível compreender todo o processo de desenvolvimento a partir de elementos fragmentados dentro da sociedade, sem considerar as várias dimensões que envolvem todo o sistema. Dito de outra maneira, há muita complexidade permeando o desenvolvimento, e analisá-lo apenas a partir de um empreendimento, neste caso a horta não construiria proposições adequadas, em especial, por que o Brasil, onde a pesquisa foi realizada não é um país desenvolvido.

Posto isso, a pesquisa restringiu-se a analisar a partir de estudo de caso em práticas de agricultura urbana, representado pelas hortas na cidade de Araguaína-TO, com a existência ou não de aspectos que correlacionem esta prática com a perspectiva teórica de desenvolvimento proposta por Amartya Sen, em especial analisando as oportunidades sociais, uma das cinco liberdades instrumentais (liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora), sendo considerado que estas liberdades formam uma concepção de desenvolvimento que leva em conta o bem-estar e o ser humano no processo.

As discussões revelaram que mesmo investigando apenas uma das liberdades instrumentais, as oportunidades sociais, o estudo proporcionou conhecimento sobre a composição do ambiente urbano local, tal como da realidade de vulnerabilidade que se apresenta com a falta de liberdade e a sua influência negativa na vida das pessoas, e por consequência, a interrelação dos problemas sociais, pois se uma liberdade influencia em outra, a falta de uma delas também interfere em todo o processo. Isto aponta para pensar em novas possibilidades ou utilizar aquelas já disponíveis, como a horta, que não são reconhecidas em merecimento ao seu potencial como meio para suprimir as fontes de privação de liberdade advindas destes imbróglios da sociedade.

Nesta conjectura, quanto aos objetivos pretendidos, estes foram alcançados, na medida em que a análise da problemática se deu desde a parte teórica e se consolidou na discussão dos dados, posto que os conceitos e teorias foram base para pensar e compreender a realidade. A agricultura urbana, realizada em hortas, foi o objeto desta investigação, o objetivo geral foi analisar a relação das hortas intraurbanas com o desenvolvimento construído na concepção Seniana, e neste

sentido o objetivo foi alcançado na análise dos dados, sendo demonstrado que ainda que haja dificuldades no exercício da prática, os resultados positivos advindos do empreendimento perseveraram e levam a crer que as hortas propiciam o aumento de liberdade, logo podem se correlacionar com o desenvolvimento, e ainda que não consiga atingir todos os pontos ligados às oportunidades sociais, deve ser mais explorada, em especial por todos os benefícios que pode propiciar.

Em que pesem os outros objetivos propostos em linhas mais específicas, todos também foram alcançados, foi possível traçar um perfil dos horticultores levando em conta seus dados socioeconômicos; bem como, foi caracterizada a propriedade e o modo de produção. Indo além disso, foi possível entender a relação dos produtores com a agricultura e suas perspectivas futuras quanto à prática de cultivo, a partir das falas dos horticultores e as ponderações que levaram a reflexão sobre os benefícios e dificuldades que dizem sobre o empreendimento, tudo isso discutido a partir do que se concebeu como desenvolvimento.

O desfecho do estudo demonstrou que ainda que subsistam algumas privações, o aumento de liberdade de escolha destes agricultores é um fato a ser considerado, mesmo não podendo se falar em liberdade plena e capacidade de escolha em todos os âmbitos que a teoria de desenvolvimento seniana dispõe.

A teoria de desenvolvimento proposta por Sen tem um ideário complexo a ser alcançado, e foi escolhida por haver concordância da pesquisadora de que os objetivos a serem alcançados pelo o desenvolvimento devem ser aqueles que valorizem e priorizem o ser humano, ainda que pareça um paradoxo atualmente alcançar tais metas, a realidade dos entrevistados ampliou a compreensão sobre quais os instrumentos são necessários e mínimos para a vida das pessoas, e como a falta de alguns deles afeta todo o processo, como bem firmado no texto no caso da educação, quando é demonstrado que os entrevistados carecem de instrução, e essa liberdade básica afeta a capacidade de escolha, pois é preciso conhecer para escolher, e escolher bem pode interferir em todos o processo, como já afirmado, as liberdades são conexas e interdependentes.

E por ter se demonstrado como um possibilidade rentável, exequível e favorável é que em linhas finais, extrapola-se a discussão para afirmar que ainda que existam dificuldades na prática, e questões que precisam ser observadas no empreendimento, como os agrotóxicos que merecem um estudo afundo e em apartado, é importante mencionar que o Estado deveria ser um facilitador dessa

atividade, fomentando ações como esta, e sem levar em consideração a discussão da liberdade, as hortas representam uma oportunidade de proporcionar um elemento básico para o ser humano: a sobrevivência; em especial em vista a decadência do sistema público e a pobreza instalada.

Não foram levantadas e discutidas as políticas públicas voltadas para agricultura urbana em todos os âmbitos da administração pública, entretanto, a falta de ação Estatal tomou corpo durante a pesquisa e na coleta de dados, em especial por sua ausência ter sido mencionada como importante pelos entrevistados. Então ainda que não haja sugestões para aplicação imediata no planejamento urbano na cidade de Araguaína, é preciso refletir sobre a importância dos sujeitos de ação política nos mais diversos âmbitos, seja municipal, estadual ou federal, e estes dados podem contribuir como uma base para se pensar novas políticas públicas.

Os horticultores desempenham um importante papel para construção e manutenção do urbano, pelos diversos motivos já mencionados no texto, e essa falta de contrapartida do Estado interfere diretamente na quantidade de resultados auferidos que poderiam ser aumentados. Em razão da pesquisa ter sido realizada na cidade de Araguaína, é importante refletir sobre a responsabilidade local, dos vereadores e do prefeito como sujeitos de responsabilidade, visto que existe falta de interesse público em fazer ações voltadas para este grupo, considerando que existe recursos para parcerias como a Universidade e cursos como de Zootecnia, Geografia, Cooperativismo e o próprio Programa de Mestrado de Demandas Populares e Dinâmicas Regionais que atua na área de planejamento urbano, em especial porque o trabalho realizado gera diferentes benefícios, sendo pertinente indagar sobre os resultados possíveis caso houvesse uma maior participação Estatal.

A ausência dos agentes públicos de todos os âmbitos no suporte e apoio aos agricultores reafirma uma cultura do abandono e da meritocracia. Rememorando os dados levantados, estas pessoas em sua maioria se tornaram agricultores pela falta de oportunidades sociais, e continuam a exercer a profissão sem o devido reconhecimento e valoração do trabalho, o que contribui e reafirma a fragilidades dos horticultores, que carecem de segurança econômica, social e política. Ainda que tenham começado a produção por necessidade, hoje estes produtores fazem uma diferença significativa no ambiente urbano, o que nos leva a refletir sobre um novo modelo de urbanidade, o que vai na contramão das políticas neoliberais praticadas.

O trabalho abre uma perspectiva de pensar sobre a reorganização da cidade, para além dessas políticas neoliberais, sobre como é importante que se constituam políticas públicas urbanas ligadas a autonomia alimentar e econômica.

É importante frisar, que com o desenvolvimento da prática da agricultura urbana, se constrói uma estrutura econômica e alimentar, e isto é de grande valia tanto do ponto de vista do desenvolvimento, bem como para lidar com questões ligadas à autonomia.

O debate construído no texto sobre produtividade, não se trata de produtivismo, e sim de uma produtividade ligada a essa construção da capacidade de autonomia que é o fundamento de uma sociedade desenvolvida. Desse modo, a autonomia abordada, se refere a autonomia econômica e alimentar e não está ligada aos conceitos meritocráticos e neoliberais tão debatidos e em boa parte contraditórios à concepção de desenvolvimento.

Além da percepção dessa construção do urbano, a pesquisa também trouxe grande aprendizado para a autora, na medida em que a pesquisa possibilitou uma compreensão que evidencia o trabalho dos horticultores, em especial porque eles não são apenas objetos de pesquisa, são objetos de responsabilidade social, por colaborarem positivamente com a organização da cidade em razão da ocupação de áreas que poderiam ser degradadas, reorganizando e valorizando a cidade tanto nas questões econômicas, de paisagismo, ambiental e autonomia alimentar.

Estas são experiências bem-sucedidas, que demonstram empreendedorismo ambiental e social, como já firmado, o planejamento ocorre de maneira inversa a partir dos administrados, a produção se torna uma forma de resistência em relação do Estado. Contrariamente essa colocação não precede de grandeza, pois simboliza o modo pelo qual as pessoas estão procurando sobreviver em meio as dificuldades de um poder público que não consegue enfrentar os problemas sociais, mais ainda que não seja de forma aleatória ou autônoma, transpareça apenas como uma única saída em alguns casos, não obstante o empreendimento merece ser mensurado pelo potencial que tem.

REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos** Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa. n.º 4, 2003. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8659>>.

ANTERO, Roberto. **Urbanização pela migração em Araguaína (TO)**. Revista Caminhos de Geografia Uberlândia. V. 17, n. 59, Set/2016, p. 228-243. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/308038218_URBANIZACAO_PELA_MIGRACAO_EM_ARAGUAINA_-_TO/fulltext/57d8056c08ae601b39af8cc8/URBANIZACAO-PELA-MIGRACAO-EM-ARAGUAINA-TO.pdf>. Acesso em 10 ago. 2019.

ARAGUAÍNA. **Município de Araguaína** – turismo. [2019]. Disponível em: <<https://www.araguaina.to.gov.br/portal/paginas.php?p=turismo>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

AQUINO, A. M. de; MONTEIRO, D. **Agricultura urbana**, In: AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. (Ed.). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2005. p. 186-198.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BELTRAN, J. **Hacia un imaginario de desarrollo sostenible**. En: A la búsqueda de ciudades sostenibles. Seminario especializado. Memorias. II Encuentro Internacional Habitat-Colombia. Pereira 20-24 de septiembre, 1994. Editorial Guadalupe Ltda. Bogotá. 369 p. 1995.

Bon, H. (2001). **Urban and periurban horticulture in Africa and Asia: characterisation of the systems and issues of sustainability**. ETC / RUAF.

BRAND, P.; MUÑOZ, E. **Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde una perspectiva política**. Cadernos IPUR, Rio de Janeiro, v.21,n.1, p.47-70, jan./jul. 2007.

BRASIL. Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras

providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 05 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11445.htm>. Acesso em: 08 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.308, de 06 de julho de 2016. Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, determinando a manutenção preventiva das redes de drenagem pluvial. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 06 jul. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13308.htm#art1>. Acesso em: 08 jun. 2019.

CABANNES, Y. **Financing and investment for urban agriculture**. In: VEENHUIZEN, R. (Ed.). *Cities farming for the future: urban agriculture for green and productive cities*. Philippines: RUAF Foundation, International Institute of Rural Reconstruction (IIRR) e International Development Research Centre (IDRC), 2006. Chapter 4, p.87-123.

CARREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. A pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. In *Texto & contexto em Enferm.*, Florianópolis, v.15, n. 4, 2006.

CARVALHO, J. L. H. de. **PROVE - Programa de verticalização da pequena produção agrícola**. *Revista Agricultura Urbana, La Habana*, n. 5, 2002.

COAG/FAO. **Urban and periurban agriculture**. COAG/99/10. Presented at 15th Session of the COAG, FAO, Rome, p. 25-29, jan. 1999.

COSTA, Juliana Camargos *et al.* **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: trabalhos premiados**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: CAIXA Econômica Federal, 2011.

CORREIA, Luiz Soares. **A influência da BR-153 no crescimento e desenvolvimento econômico de Araguaína**. 2015. Dissertação (Mestrado em Transportes) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura urbana: análise e reflexão sobre os marcos legais e normativos no município de Belo Horizonte**. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

DAUSTER, T. **A Fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar de editores.** Revista Educação/PUC-Rio, n. 49, p. 1-18, nov. 1999.

DIEHL, Astor Antônio; TATIM, Denise Carvalho. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas.** São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FERNANDES, Lillian Fonseca. **O parque ecológico cimba: território e cultura como elementos da percepção ambiental em Araguaína.** Dissertação apresentada à Universidade Federal do Tocantins - UFT; como parte das exigências do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território. 2017. 105 PG. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11612/947>>.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FAO. Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture. Rome, 2007.

FRICKE, G. T.; PARISI, R. S. B. **A Gestão Urbana e o Desenvolvimento Regional Sustentável: A Rota Tecnológica 459 e a Região Metropolitana de Campinas.** Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT11/glacir_fricke.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2018.

GALLO, Z.; SPAVOREK, R.B.M.; MARTINS, F.P.L. **Das hortas domésticas para a horta comunitária: Um estudo de caso no Bairro Jardim Orienta em Piracicaba, SP.** In: II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Anais... Belo Horizonte, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD-KESSOUS, M.; SABROU, J. **Analyse d'une Agriculture Periurbaine au Bresil: Cas de la Region Metropolitaine Nord de la Ville de Recife Capitale de l'etat du Pernambuco et Metropole de la Region Nordeste.** Disponível em:

<www.incra.gov.br/fao/Agriculture%20Periurbaine.zip>. Acesso em: 20 mai. 2018.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2001.

HOWARD, E. **Cidades-jardins de amanhã**. 2. ed. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia-HUCITEC, 1996. p.211. (Estudos urbanos. Serie Arte e Vida Urbana).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Araguaína**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/araguaina/panorama>>. Acesso em 01 ago. 2019.

KANG, Thomas H. Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen. **Rev. Econ. Polit.** São Paulo, v. 31, n. 3, p. 352-369, setembro de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000300002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 03 fev. 2020.

Lovo, Ivana Cristina. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. 2011. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Santa Catarina, SC, 2011.

LOVO, I.C; COSTA, Z. R. P.; Fazendo leis para a agricultura urbana: a experiência de Governador Valadares. **In Revista da Agricultura Urbana nº 16**. 2007. Disponível em <http://www.ipes.org/images/agriculturaUrbana/documents/revPor16/AU16valadares.pdf>. Acesso em 22 Agos. 2019.

MADALENO, I. M. **Políticas de apoio à agricultura urbana em Lisboa e Presidente Prudente**. Revista de Agricultura Urbana, n. 4, 2001.

MACHADO, A.T.; MACHADO, C.T.T. **Agricultura urbana**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2002. 23 p. (Série Documentos, 48).

MANZINI, E.J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina: eduel, 2003. p.11-25.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MORAIS, Carlos Mesquita. Escalas de Medida, Estatística Descritiva e Inferência Estatística. Bragança: 2005. Disponível em: <<http://www.ipb.pt/~cmmm/conteudos/estdescr.pdf>>. Acesso em 10 jun 2018.

MONTEIRO, J. P. R.; MONTEIRO, M.S.L. **Hortas comunitárias de Teresina: agricultura urbana e perspectiva de desenvolvimento local**. Revista Iberoamericana de Economia Ecológica, v. 5, p.47-60, 2006.

MORAIS, Itamar Araújo. **Araguaína (TO): enquanto Cidade Média no contexto regional**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, 2014.

MOUGEOT, L. J. A. **Agropolis: as dimensões sociais, políticas e ambientais da agricultura urbana**. Earthscan: IDRC, 2005.

MOUGEOT, L. J. A. **Cultivando mejores ciudades: agricultura urbana para el desarrollo sostenible**. Ottawa: IDRC. 2006. 109 p. (Colección en_foco).

MOUGEOT, L. J. A. **Urban agriculture: definition, presence, potentials and risks**. In: Bakker et al. (eds.). Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda, p. 1-42, 2000.

MOUGEOT, L. J. A. **Urban Agriculture: Definition, Presence and Potentials and Risks**. In: International Workshop: Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda, 1999, Havana- Cuba. Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda. p.1-42, Oct. 1999. (Ruaf Foundation: Growing Cities Growing Food-GCGF Tematic Paper 1). Disponível em: <<http://www.ruaf.org/node/75>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. In **Rev. Enferm.** Out/dez 2008, 16(4): 569-576. Rio de Janeiro: UERJ.

OLIVEIRA, Diego Maciel de. **Saneamento básico e desenvolvimento humano: um estudo de caso no município de Imperatriz/MA a partir da abordagem das capacitações**. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Lajeado, 2014.

OTTONI, D. A. B. **Cidade- jardim**: formação e percurso de uma ideia. In: HOWARD, E. Cidades-jardins de amanhã. 2. ed. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia-HUCITEC. 1996. Introdução. p.10-101. (Estudos urbanos. Serie Arte e Vida Urbana).

PEREIRA, A. J. **Leituras de paisagens urbanas**: um estudo de Araguaína – TO. 2013. 312 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Uberlândia, 2013.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. (2010). Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>>. Acesso em 10 jul 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: FAO/MDS, 2007.

SANTOS, Elinaldo Leal, *et al.* Desenvolvimento: um conceito multidimensional. 2012 **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, n. 1, ano 2, jul. 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/47136960.pdf>>. Acesso: 10 jun. 2019.

SCATOLIN, Fábio Dória. **Indicadores de desenvolvimento**: um sistema para o Estado do Paraná. Dissertação de Mestrado em Economia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

SELLTIZ, Claire. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução Ricardo Doninelli Mendes.. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 460 p. Tradução de Developmente as freedom.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Tradução Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, Abr. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso 03 Ago. 2019.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. Tradução Bernardo Ajzenberg, Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SIQUEIRA, Soraia Lemos de; KRUSE, Maria Henriqueta Luce. Agrotóxicos e saúde humana: contribuição dos profissionais do campo da saúde. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 584-590, Set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000300024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2020.

SMIT, J. **Urban agriculture, progress and prospect: 1975-2005 (1996)**. The urban agriculture network-TUAN. IDRC. 1996. (Cities Feeding People: Report Series Archives: 1993-2005 - CFP report 18). Disponível em: <http://www.crdi.ca/es/ev-4692-201-1- DO_TOPIC.html>. Acesso em: 19 fev. 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004 (tese de livre docência).

SPOTLIGHT. **Urban food marketing**. FAO Newsletter. Rome, 1999.

STOPPELLI, Ilona Maria de Brito Sá; MAGALHAES, Cláudio Picanço. Saúde e segurança alimentar: a questão dos agrotóxicos. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. p. 91-100, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000500012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jan. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Formulário

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - CÂMPUS ARAGUAÍNA
Formulário destinado à população pesquisada

Nº do Questionário: _____

Data de aplicação: _____

1. CARATCTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO	
Nome completo:	
Endereço Residencial:	
Sexo:	Estado Civil:
Idade:	Grau de escolaridade:
Contato:	
Renda mensal individual obtida apenas com a horta?	
A horta é sua principal atividade financeira?	
Recebe outro tipo de renda mensal? Quanto? R\$	Qual a natureza? Renda total Mensal?
a) A casa em que sua família reside é: () Emprestada ou cedida () Financiada () Alugada () Própria já quitada	
b) Características que melhor descrevem a sua casa. Pode marcar mais de uma opção: () Residência com acabamento () Residência sem acabamento (sem reboco, pintura, piso, banheiros inacabados, etc.) () Luz elétrica () Muro () Localizada em rua asfaltada () banheiro dentro de casa () banheiro fora de casa Cobertura: () Laje () Telha () Outros _____ Piso: () Cimento () Cerâmica () Outros _____	
c) Quais dos itens abaixo há em sua casa?	Quantos?

<input type="checkbox"/> Automóvel	
<input type="checkbox"/> TV	
<input type="checkbox"/> Videocassete, DVD ou Blu-ray	
<input type="checkbox"/> Computador ou Notebook	
<input type="checkbox"/> Ar-condicionado	
<input type="checkbox"/> Máquina de Lavar	
<input type="checkbox"/> Geladeira	
<input type="checkbox"/> Fogão	
<input type="checkbox"/> Telefone Fixo	
<input type="checkbox"/> Telefone Celular	
<input type="checkbox"/> Acesso à internet	
<input type="checkbox"/> Funcionário mensalista	
<input type="checkbox"/> Tv por assinatura	
2. NÚCLEO FAMILIAR	
Número de moradores da casa (incluindo você):	
Renda Familiar (incluindo você):	
Qual a pessoa que mais contribui para o orçamento familiar?	
Quantas pessoas trabalham?	
Caso alguma não trabalhe qual o motivo?	
Você ou alguém de sua família recebe algum tipo de auxílio financeiro governamental? Qual?	
3. CONDIÇÕES SANITÁRIAS	
Existe serviço de água encanada potável?	
A residência possui: () esgotamento sanitário () fossa séptica () Fossa rudimentar	
Existe tubulação para água da chuva/ Drenagem pluvial?	
Possui coleta de Lixo?	Qual a Frequência?
4. CONDIÇÕES DE SAÚDE	
Acesso a serviço de saúde () SUS () Plano de saúde () Particular	
Você ou alguém de sua família é acometido por doença grave que necessite de tratamento longo ou permanente?	
Qual o problema de saúde?	
Quanto aproximadamente é a despesa mensal com o	

tratamento/medicamentos? R\$ O dinheiro que é gasto (se é gasto) com medicação é alto a ponto de comprometer o orçamento familiar em outros pontos?
A família tem histórico de doenças frequente?
Alguém do núcleo familiar possui plano de assistência médica?
Em caso negativo da pergunta anterior por que não?

5. CARACTERÍSTICAS DA PROPRIEDADE
Endereço:
Tipo de Propriedade: () Própria () cedida () arrendada () outros _____
Tamanho (médio): _____ Tempo do empreendimento: _____
Quantidade de pessoas envolvidas na produção: _____
Tipo de vínculo dos produtores: _____
Meio(s) de venda da produção: _____
Quais são as espécies cultivadas na horta?
Sistema de irrigação: () Manual () Mecanizado
Água utilizada: () Abastecimento comum () Poço () Córrego () Outro _____
Utilizam defensivos? Em caso positivo, eles são de natureza natural ou química?
O horticultor tem algum suporte técnico? De que natureza (pública/privada)?

APÊNDICE 2 – Roteiro de entrevista

Roteiro de Entrevista Semiestruturada destinado à população pesquisada (um horticultor representando cada horta, que seja maior de 18 anos)

- 1 – Quais os motivos que levaram a escolher a horta como empreendimento? Havia um contato/ experiência anterior com a agricultura?
- 2 - Antes da horta qual era seu trabalho/ocupação?
- 3 - Se não tivesse este empreendimento imagina qual seria seu trabalho/ocupação atual?
- 4 – Quais as facilidades e desafios de uma horta?
- 5 - Os produtos obtidos na horta são consumidos pela família? Você acredita que eles contribuem de alguma forma para uma alimentação mais saudável?
- 6- Existe alguma conquista pessoal ou de algum membro da família que você acredite que foi alcançado por meio deste empreendimento?
- 7 – Acredita que houve melhorias na qualidade de vida ou bem estar associados a essa atividade?

APÊNDICE 3 – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MAIORES DE 18 ANOS CONFORME RESOLUÇÃO 466-2012 CNS

Convidamos você para participar da Pesquisa **AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE HORTAS EM ARAGUAÍNA-TO**, sob a responsabilidade da pesquisadora **Aurélia Matos Brito**. Para participar deste estudo, você deverá assinar este termo de consentimento livre e esclarecido. A seguir, destacaremos algumas informações importantes sobre a pesquisa. Essas informações estão de acordo com as exigências feitas pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos, considerando a Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012. Esse Comitê busca possibilitar aos envolvidos, nesta pesquisa, o direito à participação voluntária e autorizada, que deverá ser livre e esclarecida pelos pesquisadores.

1) Justificativa, objetivos e passos da pesquisa:

A realização da pesquisa é importante, pois ela vai gerar informações sobre hortas no contexto espacial da cidade de Araguaína-TO, e estes dados serão analisados na perspectiva do desenvolvimento social. Desta forma, a pesquisa conta com as seguintes etapas: a) um momento de trabalho com os horticultores convidados para participarem da pesquisa; b) coleta de dados; e c) Divulgação dos resultados da pesquisa. Durante o trabalho com os horticultores, serão aplicados dois métodos de coleta de dados, com perguntas sobre a horta e seus possíveis benefícios econômicos, sociais, ambientais, dentre outros, de maneira individual, uma entrevista semiestruturada com duração média de 30 (trinta) minutos com áudio gravado em equipamento específico e o preenchimento manual de um formulário com duração média de 20 (vinte) minutos, em caso de dificuldades no seu preenchimento será auxiliado, no caso de não conseguir ler e/ou escrever, será lido para você e as respostas transcritas. O local da coleta de dados será o empreendimento do entrevistado ou a sua residência, de acordo com o que lhes for mais cômodo, ou caso não se sinta a vontade será custeado um transporte adequado (táxi) pela pesquisadora para transportá-lo até a Universidade Federal do Tocantins/Campus Cimba. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo. Aos participantes será assegurado o acesso aos resultados da pesquisa, as informações geradas a partir da pesquisa irão compor uma dissertação, disponibilizando o material nas dependências da biblioteca da Universidade Federal do Tocantins, campus universitário de Araguaína, Unidade Cimba, no acervo digital da referida Universidade, e caso o participante da pesquisa queira lhes será disponibilizada uma cópia impressa.

2) Desconforto, riscos e benefícios da participação na pesquisa:

A participação do indivíduo na pesquisa poderá gerar desconforto em decorrência das perguntas existentes na entrevista e no formulário, e que podem despertar algum tipo de sentimento e/ou emoção por fazer referência às conquistas e dificuldades enfrentadas. Os riscos da participação do indivíduo na pesquisa têm a ver com o compartilhamento de informações pessoais e/ou confidenciais durante a coleta de informações a partir das entrevistas e dos formulários. Destaco, ainda, como possíveis riscos, o constrangimento e a inibição pelo uso do gravador no momento da coleta do áudio.

No momento de coleta de informações, alguns cuidados serão tomados para evitar ou reduzir os efeitos e condições adversas que possam causar dano, considerando as características e contexto da pesquisa: a) respeito à liberdade da pessoa em responder, em seu tempo, os instrumentos de coleta de informação, no caso as perguntas semiestruturadas e o formulário, b) suspensão temporária da abordagem de coleta de informação, caso o indivíduo tenha algum sentimento e/ou emoção forte no ato de responder aos instrumentos de coleta, c) retomada autorizada do indivíduo da coleta de informações. Caso haja algum desconforto e/ou riscos, algumas providências serão tomadas: a) suspensão da coleta, buscando solucionar o desconforto e/ou o risco, haverá encaminhamento, acompanhamento e assistência junto à terapeutas especializados (psicólogos) e junto à equipe médica; b) destruição, na frente do indivíduo, dos instrumentos de coleta de informação, caso assim seja demandada por ele a recusa em participar da pesquisa em qualquer uma de suas fases.

Os benefícios da participação dos horticultores estão associados às informações que serão geradas sobre a prática de agricultura urbana no contexto social e espacial da cidade de Araguaína-TO, em especial aos fatores associados ao desenvolvimento social.

3) Esclarecimento sobre acompanhamento e assistência da pesquisa:

Em qualquer momento da pesquisa, se você sofrer algum problema comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito à indenização, contando com o encaminhamento, o acompanhamento e a assistência junto a psicólogos e a equipe médica, buscando resolver o desconforto e/ou o risco. A sua participação é voluntária, e a sua desistência em participar não irá acarretar qualquer problema ou perda de benefícios. Você poderá parar a sua participação em qualquer momento da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de informação, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. Em relação à sua confirmação de participação na pesquisa, ficam respeitadas a sua desistência e a eliminação do termo de consentimento. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Caso seja de interesse do entrevistado realizar a coleta de

Dados na Universidade Federal do Tocantins, este contará com serviços de carro fretado pagos com recurso da pesquisadora. Os resultados da pesquisa serão publicados, mas o seu nome não será divulgado, sendo guardado em sigilo em todas as fases da pesquisa. A sua privacidade será mantida em todas as fases da pesquisa, inclusive durante a coleta de dados. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre esta pesquisa, esclarecimentos ou críticas, em qualquer fase do estudo, você poderá entrar em contato com a pesquisadora **Aurélia Matos Brito**, no endereço Av. Paraguai, esq. com a Rua Uxiramas s/n, Setor Cimba, Araguaína-TO, Cep: 77824-838 ou pelo telefone (63) 992292272 ou (Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Araguaína, Bloco C) ou pelo e-mail aureliamatos@hotmail.com. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade Federal do Tocantins (CEP-UFT) no endereço: Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, ALCNO 14, Plano Diretor Norte, Campus Universitário de Palmas, Prédio do Almojarifado, CEP: 77001-090 em Palmas -TO. O telefone de contato é (63) 3229-4023. O horário de atendimento do CEP é de segunda e terça das 14 às 17 horas e quarta e quinta das 9 às 12 horas (exceto feriados).

Eu,

fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo e autorizo a minha participação no projeto, sabendo que eu não receberei nenhum tipo de ajuda financeira pela participação neste estudo e que eu poderei sair quando quiser. Também sei que, caso existam gastos adicionais, estes serão pagos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo entrevistador, ficando uma via com cada um de nós. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UFT, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Data: ___/___/_____

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXO 1 – PARECER COMITÊ DE ÉTICA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL:
UM ESTUDO SOBRE HORTAS EM ARAGUAÍNA-TO

Pesquisador: AURELIA MATOS BRITO

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 15062719.3.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.914.879

Apresentação do Projeto:

A urbanização é uma característica marcante e crescente na sociedade, o ambiente urbano se modificou com o êxodo rural, em especial por ter ocorrido de forma desordeira e sem planejamento na grande maioria das cidades, e com isso surgiram vários problemas econômicos, ambientais e sociais, bem como influenciou em algumas áreas na diminuição da produção e oferta de alimentos, neste cenário, a prática da agricultura urbana surge como uma possibilidade de enfrentamento destes problemas, se vinculando a resultados positivos ligados à economia, saúde, lazer, meio ambiente e outros. Nessa perspectiva, o objetivo desta investigação é analisar e problematizar a possibilidade de correlação das hortas intraurbanas com o desenvolvimento social, a partir do estudo dos produtores em hortas na cidade de Araguaína-TO. Neste contexto, a agricultura urbana surge como um instrumento de aproveitamento desses saberes do campo, desenvolvidos em um novo espaço, considerando que a agricultura no ambiente urbano pode ser exercida de várias formas, a escolhida é a horta, por ser uma das modalidades mais praticadas. Esta proposta o filia-se a sociologia a partir da perspectiva de desenvolvimento social entendida através das expansões das liberdades consideradas instrumentais na teoria de Amartya Sen. Este estudo trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, de acordo com seu objetivo geral exploratória, tendo em vista seus procedimentos técnicos se realizará um estudo de casos múltiplos, bem como diz sobre o método de abordagem indutivo, as técnicas para coleta de dados serão a entrevista e o formulário e a técnica de análise de dados será a de conteúdo.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uf@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.914.879

Na apresentação do projeto, tem-se uma descrição da proposta do trabalho.

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

O objetivo geral é analisar e problematizar a possibilidade de correlação das hortas intraurbanas com a perspectiva de desenvolvimento social ao qual filiou-se, a partir do estudo de produtores em hortas na cidade de Araguaína-TO.

Objetivos Específicos:

Caracterizar os horticultores, através da construção de um perfil socioeconômico, bem como as características da propriedade;

Os objetivos foram descritos adequadamente.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A avaliação dos Riscos e Benefícios, foi realizada adequadamente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto representa uma contribuição para analisar e problematizar a possibilidade de correlação das hortas intraurbanas com a perspectiva de desenvolvimento social ao qual filiou-se, a partir do estudo de produtores em hortas na cidade de Araguaína-TO.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de apresentação obrigatória, foram descritos adequadamente.

Recomendações:

No PB Informações básicas do Projeto, inserir os critérios de inclusão e exclusão.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1363459.pdf	28/12/2019 22:07:42		Aceito
Cronograma	CronogramaMODIFICADO.doc	28/12/2019 22:06:49	AURELIA MATOS BRITO	Aceito
Outros	cartaresposta2.pdf	28/12/2019	AURELIA MATOS	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 3.914.879

Outros	cartaresposta2.pdf	22:04:22	BRITO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEMODIFICADO.doc	28/12/2019 22:03:50	AURELIA MATOS BRITO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoMODIFICADO.doc	28/12/2019 22:03:08	AURELIA MATOS BRITO	Aceito
Orçamento	orcamentoMODIFICADO.doc	22/07/2019 21:51:36	AURELIA MATOS BRITO	Aceito
Outros	Faselnicial.pdf	24/05/2019 18:36:14	AURELIA MATOS BRITO	Aceito
Outros	Entrevista.docx	24/05/2019 18:36:00	AURELIA MATOS BRITO	Aceito
Outros	Formulario.doc	24/05/2019 18:35:35	AURELIA MATOS BRITO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	compromissopesquisadoraresponsavel.pdf	24/05/2019 18:34:41	AURELIA MATOS BRITO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	termouft.pdf	24/05/2019 18:34:18	AURELIA MATOS BRITO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostook.pdf	24/05/2019 18:31:38	AURELIA MATOS BRITO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 13 de Março de 2020

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almojarifado

Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090

UF: TO **Município:** PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br